

BENS ● Açúcar
● Café
● Transportes

ALIMENTARES

VÃO ● Água
● Electricidade
● Combustíveis

AUMENTAR

Com as alterações nas taxas do IVA, o Governo de Cavaco Silva vai impor aumentos em dezenas e dezenas de produtos

Nota do Gabinete de Imprensa do PCP • Pág. 24

A estocada final na URSS

● Artigo de Carlos Aboim Inglez

Pág. 16 e 17

A outra face do capitalismo no Terceiro Mundo

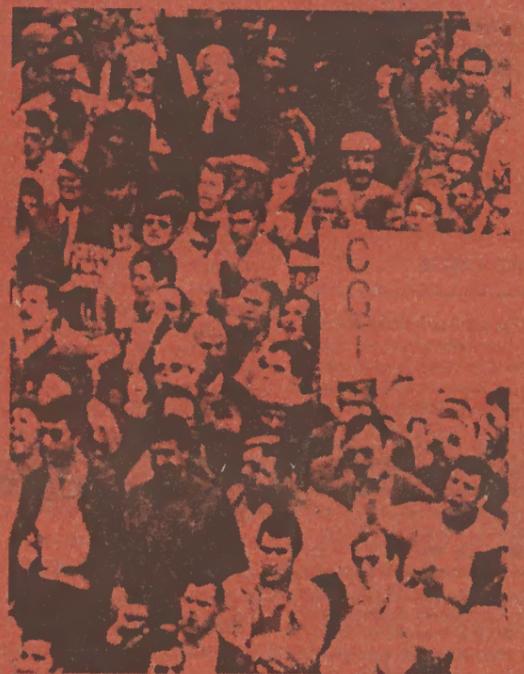
● Artigo de Domingos Lopes

Pág. 18

Carlos Brito novo director do «Avante!»

A partir do presente número, o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, assume, por decisão dos organismos executivos do Comité Central, as funções de director do «Avante!», órgão central do PCP, substituindo o camarada António Dias Lourenço que as desempenhava desde a publicação do «Avante!» legal, em Maio de 1974

Pág. 3
Págs. 22 e 23



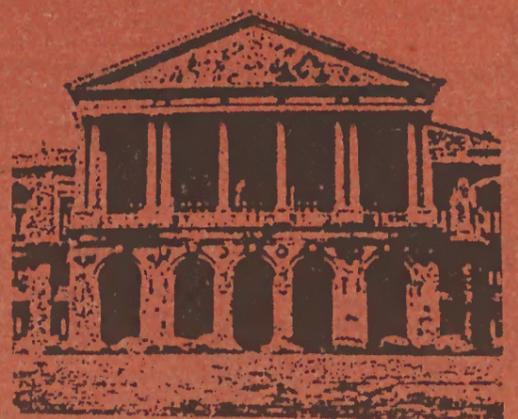
Ano começa com intensa movimentação laboral

Págs. 3 e 4

Dignificar a instituição parlamentar

— artigo de Octávio Teixeira

Pág. 11



RESUMO

26

Quinta-feira

O Secretariado do PCP comenta a demissão de Gorbachov como a «formalização da derrota da perestroika» ■ Segundo a nova versão do relatório indonésio, o massacre de 12 de Novembro em Díli foi obra de «alguns soldados descontrolados que não obedeciam a ordens»; o inquérito admite que foram mortas 50 pessoas ■ Enquanto Chevardnaze se mostra pessimista, em entrevista à CNN, acerca do futuro da CEI, a Ucrânia contesta medidas da Rússia ■ Em declarações públicas após o reconhecimento da Federação Russa como estado soberano, Cavaco Silva e Mário Soares elogiam o papel de Gorbachov ■ George Bush anuncia que os EUA reconhecem a soberania da Rússia e nas 5 repúblicas da ex-URSS ■ Na Argélia tem lugar a primeira volta das eleições legislativas.

27

Sexta-feira

O Conselho de Ministros autoriza o funcionamento de cadeias nacionais de rádios locais; o presidente da Associação Nacional de Municípios saúda a prorrogação pelo Governo do prazo para apresentação dos planos directores municipais, medida que devia ter sido tomada há meio ano, no entender de Mário Almeida ■ Dirigentes da resistência timorense criticam severamente os resultados conhecidos do inquérito indonésio ao massacre de Santa Cruz ■ A China reconhece a Rússia e os restantes estados da CEI, bem como a Geórgia ■ O presidente da comissão de inquérito ao golpe de 19 de Agosto na URSS afirma existirem hoje «mais perguntas que respostas», numa altura em que a comissão sente que já não tem existência jurídica ■ Criticando a mediação da CEE no conflito, a Presidência e o Governo jugoslavos apelam à Comunidade e à ONU para que evitem a desagregação do país ■ Susana Poças regressa a Portugal ■ Um avião da SAS despenha-se perto do aeroporto de Estocolmo, provocando 21 feridos.

28

Sábado

A organização de Mulheres do PCP exige que o Governo revogue a decisão de passar a Comissão para a Igualdade e os Direitos da Mulher da presidência do Conselho de Ministros para a tutela do Ministério do Emprego ■ Sindicatos do sector acusam o Estado e a administração da Soponata de pretenderem entregar navios a estrangeiros ■ Fidel Castro encerra a sessão anual da Assembleia Nacional Popular Cubana ■ Os EUA afirmam que a comissão de inquérito indonésia «fez uma aproximação séria e responsável» dos acontecimentos de 12 de Novembro em Díli.

29

Domingo

Cyrus Vance, emissário especial da ONU, encontra-se com Mário Soares em Lisboa, no dia em que parte para a Jugoslávia a missão portuguesa que vai chefiar a equipa de observadores da CEE no conflito militar que opõe a Croácia e a Eslovénia à Sérvia e à Federação ■ Termina em Tbilissi o breve cessar-fogo entre apoiantes e opositores do presidente georgiano Zviad Gamakhurdia ■ No Uzbequistão a no Azerbaijão têm lugar referendos sobre a independência; os uz-

beques elegem ainda o presidente da República.

30

Segunda-feira

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Deus Pinheiro, reúne com representantes da Sérvia e da Macedónia, com o enviado da ONU, Cyrus Vance, com o presidente da Conferência de Paz, Lord Carrington, e com Van den Broek, no âmbito da transferência de poderes para a presidência portuguesa da CEE ■ A Associação de Amizade Portugal-Cuba divulga um abaixo-assinado, subscrito por 150 artistas, intelectuais e quadros portugueses e estrangeiros, apelando ao fim do bloqueio norte-americano a Cuba ■ O bispo de Díli, Ximenes Belo, afirma que a questão de Timor só pode ser resolvida na «base do diálogo, de um grande diálogo aberto a todas as partes envolvidas: Portugal, a Indonésia, os timorenses, os partidos da resistência e a Igreja»; entretanto, a Indonésia substituiu os chefes militares em Timor, na sequência do relatório sobre o massacre de 12 de Novembro passado ■ Uma sondagem divulgada pela Televisão de Moscovo revela que os russos encaram com pessimismo as reformas económicas anunciadas por Boris Ieltsin ■ A Federação Internacional de Jornalistas revela que morreram 83 jornalistas em 1991 em actividade profissional, o mais elevado número de mortes anual de sempre.

31

Terça-feira

Greve da Rodoviária Nacional do Sul do Tejo paralisa 85 por cento dos trabalhadores da empresa ■ É encontrado mais um corpo da tripulação do Bolama, arrastado desaparecido no passado dia 4 de Dezembro, o que reforça a convicção de naufrágio do mesmo ■ A crise no sector têxtil afectou em 1991 mais de 46 360 trabalhadores de 190 empresas, informa a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal (Fetese); segundo a mesma fonte, só no Vale do Ave encerraram 104 empresas, mais 40 do que em 1990 ■ A convergência nacionalista de Timor-Leste solicita um encontro com o presidente George Bush, que se encontra em Cambera em visita oficial ■ Forma-se o «Comité Nacional para Salvar a Argélia» com o objectivo de impedir a Frente Islâmica de Salvação de alcançar a maioria absoluta na segunda volta das eleições legislativas daquele país ■ Eduardo dos Santos confirma a realização de eleições presidenciais e legislativas em Angola em Setembro de 1992 ■ A Coreia do Norte e a Coreia do Sul assinam acordo de desnuclearização.

1

Quarta-feira

É formalmente transferida para Lisboa a presidência da Comunidade Europeia ■ Centenas de minotos e galegos bloqueiam, durante cerca de duas horas, a fronteira da Madalena, como forma de protesto contra a situação criada pela construção da barragem do Alto do Lindoso ■ Mais de 46 360 trabalhadores, distribuídos por 190 empresas, perderam, em 1991, o emprego, tiveram salários em atraso ou sentiram os efeitos da instabilidade nos postos de trabalho, revela a Fetese ■ Comunidade timorense na Austrália protesta contra massacre de Díli e lança apelo a Bush, em visita ao país ■ O governo e a guerrilha de El Salvador concluem um acordo de Paz ■ Na Jugoslávia, todas as partes envolvidas na guerra aceitam um plano de paz que prevê o envio de capacetes-azuis para a Croácia.

Na primeira linha do combate

A

mudança de calendário do conturbado ano de 1991 para 1992 foi assinalado por novas mudanças no mapa político da Europa e do Mundo.

Em 25 de Dezembro, na sequência da criação da CEI, foi decretada pelo Soviète Supremo da ex-URSS a extinção formal do Estado Soviético; reposta a bandeira dos «czars» em substituição da heróica bandeira da foice e do martelo; suprimidos os dois feriados oficiais de maiores solenidade e participação popular - o 7 de Novembro e o 1º de Maio - substituídos pelo 7 de Fevereiro dia do Natal da Igreja Ortodoxa.

Na mesma sessão do Soviète Supremo com a mais solene encenação e a atribuição de generosas prebendas, Mikail Gorbachov foi destituído do cargo de Presidente da extinta União Soviética. Com todas as honras foi despachado e passado à reforma e com o mesmo solenismo entregou ele nas mãos de Ieltsin, que sem nenhuma consideração lhe ocupava já o gabinete, o celebrado «botão nuclear».

Depois da profunda desestabilização da economia, das relações sociais e da política e da prática desintegração do Estado Soviético; depois da ilegalização do PCUS, da mudança do nome de Leninegrado para o antigo de S. Petersburgo, da reposição da bandeira dos «czars», da solene recepção ao herdeiro dos Romanov; depois da institucionalização da «economia de mercado» como base da privatização dos sectores socialista e cooperativo da economia e do repúdio do Socialismo; depois da irrupção de graves conflitos étnicos da raiz nacionalista exacerbada, além de outras medidas de carácter fascizante tornadas possíveis pela vitória das forças anti-socialistas, as decisões do Natal do Soviète Supremo representam um novo e expressivo passo contra-revolucionário na URSS nos últimos dois anos.

Perante elas, os comunistas portugueses expressam aos comunistas de todos os povos da extinta União Soviética a sua profunda solidariedade, a confiança de que saberão extrair na teoria e na prática as imperativas lições da História.

Comentando estes novos actos escrevia-se na Nota de 26 de Dezembro do Secretariado do CC do PCP:

«Trata-se de acontecimentos graves não apenas para os povos soviéticos que já estão sofrendo directamente as consequências, mas para a luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo». E mais à frente no comentário da formalização da derrota da «perestroika», justamente avançada nas suas propostas iniciais para a correcção de graves erros do passado e traída nos seus objectivos: «Não se trata de um novo passo para o progresso da humanidade mas num novo passo atrás na História».

A

Nota do Secretariado punha ainda o acento no papel decisivo desempenhado pela ex-União Soviética, entre outros pontos de referência, na defesa da paz mundial no último meio século. De facto, as alterações de fundo na ex-URSS corporificam para a preservação da Paz uma das questões mais candentes da actualidade mundial.

Uma ruptura de consequências ainda imprevisíveis acaba de consumir-se no equilíbrio de forças mundiais.

Na era do nuclear, onde nos últimos anos se tinham dado passos de grande alcance para a redução dos armamentos e da tensão internacional, a paridade armamentista entre os dois grandes blocos político-militares do Mundo - a NATO e a Organização do Pacto de Varsóvia - representava, mesmo com todos os perigos iminentes, um factor de dissuasão e de contenção belicistas de importância vital para a humanidade.

Com as alterações políticas e os novos dispositivos de comando das forças armadas do extinto Estado Soviético e com a desapareição da superpotência socialista, criaram-se naquela zona do globo focos de instabilidade e de irresponsabilidade que, associados à existência de confrontos e conflitos regionais armados em áreas nevrálgicas de grande importância estratégica do mundo (Jugoslávia, regiões do sul da ex-União Soviética como a Geórgia, a Arménia e outras, o Próximo Oriente, a África ao norte e ao sul do Saarah, a América Latina), levam água aos moinhos dos sectores mais agressivos do imperialismo, alimentam perigosamente tentações do complexo militar-industrial, podem conduzir a eventuais aventuras bélicas incontrolláveis.

Não somos profetas da desgraça. Apesar das pesadas derrotas do Socialismo nos países de Leste e das suas imprevisíveis consequências, apesar dos graves perigos e ameaças para a Paz e a Segurança dos povos, estes têm ainda nas suas mãos a força potencial para os conjurar, para retomar vitoriosamente o processo revolucionário e os caminhos necessariamente novos e complexos para o Socialismo.

Seria, contudo, um erro grave subestimar a natureza e a gravidade dos perigos reais criados pelos acontecimentos ocorridos na ex-União Soviética e não tirar deles as necessárias conclusões.

D

ariam, porém, lamentáveis provas de curtas vistas os analistas que não envolvessem no complexo processo de mudanças deste final do século as que se estão operando no sistema capitalista mundial, na sua natureza e estrutura, no seu desenvolvimento, nos seus círculos dirigentes e em cuja problemática superação vão inevitavelmente pesar as profundas alterações produzidas nos países do Leste europeu, principalmente na extinta União Soviética.

É impossível neste curto espaço do nosso jornal abordar com a necessária largueza as tranformações que se pro-

cessam na estrutura do sistema capitalista mundial mas apesar disso é útil enunciar aqui, ainda que brevemente, uma das mais significativas.

Numa economia cada vez mais mundializada, os Estados Unidos, ainda principal potência político-militar do mundo, estão em transe de perder a hegemonia como grande potência económica do sistema capitalista.

O processo de disseminação dos centros de decisão do sistema é incontestável. Uma nova arrumação de forças está em curso.

O Japão e a Comunidade Europeia afirmam-se já como grandes concorrentes no mercado mundial e na capacidade produtiva. Outros despontam igualmente nos horizontes sob o impulso da revolução científica e técnica: a incipiente e por enquanto dividida comunidade dos Estados Árabes, detentores de importantes recursos energéticos com base no petróleo; os países em vias de desenvolvimento do Sueste Asiático; mesmo a nascente e periclitante CEI, com vastos recursos produtivos e humanos e de matérias-primas, pode tornar-se à distância um sério concorrente.

O Japão que há 50 anos fez Pearl Harbour não tem presentemente necessidade de atirar para a morte os seus «kamikases» para combater e debilitar os poderosos adversários «ianques» na luta pela hegemonia. Os japoneses dominam já importantes ramos da actividade económica dos Estados Unidos.

Allan Greenspan denunciava há tempo os sinais de abrandamento da economia americana que se agravaram de modo sensível no ano transacto e degeneraram numma recessão difícil de superar. Uma áspera luta se perspectiva nos tempos imediatos entre os gigantes da economia capitalista mundial significativamente se concluíu num recente estudo do INSEE:

«Se até ao ano 2000 os Estados Unidos, o Japão e a CEE não se entenderem na pilotagem da economia mundial o mundo atravessará graves fases de tensão e deriva».

O «entendimento» é cada vez mais uma quimera. As rivalidades no seio do sistema capitalista aumentam de volume e de agressividade. Aumentam por outro lado nos países capitalistas desenvolvidos o desemprego, as manchas de miséria, as falências e o encerramento de milhares de empresas, de que a da poderosa PANAM é um paradigma.

No início deste imprevisível ano de 92, os trabalhadores têm uma palavra decisiva a dizer. De facto, é verdade que a composição social da classe operária se alterou profundamente em razão dos avanços da tecnologia e da ciência. Mas alterou-se, sim, nas posições do trabalhador face à profissão - não quanto à sua posição na produção, quanto à divisão da sociedade entre explorados e exploradores. A luta é e continua a ser o caminho necessário. E nela, nestes primórdios de 1992, na primeira linha do combate, estão e continuarão a estar os comunistas de todos os países. E com eles, orgulhosos da identidade do seu Partido, estarão os comunistas portugueses.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA - Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47059. NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! - R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01)670193/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 67 01 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL: INTERPRESS - Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra - Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7

Composto e Impresso na Heika Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50
ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00
MÁCAU — 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00
Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

TRABALHADORES

PCP

Ano começa com intensa movimentação laboral

Sindicatos de vários sectores anunciaram para os próximos dias ou efectuaram recentemente movimentações e lutas. Além dos motivos habituais (tabelas salariais, contratação colectiva, horários, etc.) merecem destaque especial as lutas pelo emprego e contra a destruição de postos de trabalho.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul lembrou a extinção recente de 420 postos de trabalho na Firestone, na Novoliva (20), Recauchagem IVA (51). Além destes despedimentos colectivos resultantes do encerramento das empresas, aquele Sindicato revelou que a Sapec veio anunciar, «no espaço de quinze dias», mais «dois processos de despedimentos colectivos».

Desta vez e na mesma empresa, cuja solidez nunca foi, que se saiba, posta em dúvida, «os alvos foram os trabalhadores dos Serviços Aéreos e da Proindus, processo que envolve 22 trabalhadores, e os serviços de Nutrição Animal (Sapec Rações) que atinge mais 35 trabalhadores».

Tudo isto continua a significar para a Sapec o que chama reestruturação.

Segundo números do Sindicato, esta última ficou cara aos trabalhadores e aos seus empregos: «Foram destruídos, sublinha a direcção dos Químicos do Sul, nos últimos anos, mais

de 500 postos de trabalho efectivos». E, paralelamente, «vai crescendo a precarização do emprego».

Com a aproximação da quadra festiva, as coisas têm piorado também noutras empresas. Por exemplo, em Vila Real, a União dos Sindicatos chamava recentemente a atenção para o caso da Eurovir. Esta empresa da indústria de confecções, com 70 trabalhadores, ainda há poucos dias não pagava salários. Já com Dezembro entrado, e embora a empresa só tenha três anos de existência, já os salários de Novembro estavam em atraso.

No distrito de Braga, são os casos da Gep/Garp, da Arp/Boop e da Grundig/Blaupunkt. As comissões sindicais e de trabalhadores resumem as «encenações» patronais desta época festiva como cobertura para:

- Despedimentos em massa, dando corpo ao Pacote Laboral e permitindo o aumento do emprego precário (contratos a prazo, aluguer de mão-de-obra e outras formas de precarização);
- Contenção dos salários,

a pretexto de uma previsão irrealista da inflação;

- Limitação dos direitos dos trabalhadores, designadamente dos que dizem respeito à assistência à família, à amamentação, à frequência do ensino, entre outros.

Para hoje, dia 3, estão anunciados nessas empresas, entre outras formas de luta, plenários e greves.

Confirmavam-se, entretanto, em 30 de Dezembro, as paralisações de fim-de-ano nos estabelecimentos hoteleiros da Estoril-Sol. O Grupo Tabopan continuava em tribunal. Na EDP, entregue em 4 de Novembro, mais de um mês depois a proposta sindical para a revisão do acordo de empresa continuava sem resposta. Na Mabor (Porto) eram recusados os cortes de subsídios por turnos a partir deste ano.

No INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica) os investigadores e restante pessoal protestam contra a anunciada extinção. No SIVA eram postos literalmente na rua, num despedimento ilegal e concretizado verbalmente, 80 jovens trabalhadores, num serviço que depende do Ministério das Finanças. Uma greve de zelo está anunciada para a Inspeção Económica.

No Metro de Lisboa, na RN do Sul, na hotelaria do Algarve (Torralta) e noutras unidades hoteleiras, mantém-se as situações de conflito. A greve recente do Metropolitano em Lisboa teve uma adesão praticamente total.

Os guarda-rios e chefes de lanço marcavam, entretanto, um encontro para Coimbra (1 de Fevereiro) a fim de definirem formas de luta.

Professores, enfermeiros e outros pessoal dos serviços públicos demonstram também, com regularidade, o seu descontentamento, acontecendo mesmo casos de salários em atraso, até no ensino superior.

A situação geral levou o coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, a reafirmar em Viana do Castelo (27-12) que o movimento sindical desenvolverá em breve uma «acção reivindicativa de combate a qualquer política de contenção salarial».

Carvalho da Silva acrescentou que «1992 vai ser o ano da afirmação dos trabalhadores portugueses, e será bom que transformem a presidência portuguesa da Comunidade Europeia num período de pressão pela valorização da dimensão social dos portugueses».

«Avante!» e Dias Lourenço uma ligação indissolúvel

O nome de António Dias Lourenço está indissolúvelmente ligado à vida e à História do «Avante!», órgão central do PCP.

Esta ligação resulta, em grande medida, da circunstância de durante 17 anos, desde que o «Avante!» iniciou a sua publicação legal, Dias Lourenço ter desempenhado as funções de seu Director e protagonista das mais importantes intervenções públicas do nosso jornal, especialmente na Festa do «Avante!». Reforçou-se ainda com o conhecimento de que o seu papel destacado na publicação do órgão central do Partido vinha de tempos recuados da clandestinidade, primeiro, como responsável pela sua distribuição e depois, por várias vezes, como responsável pela Redacção.

Tudo isto criou uma associação tão profunda entre o título do jornal e o nome do seu Director que para uma grande parte dos comunistas e dos leitores do «Avante!» (e até de sectores distanciados do Partido e do seu órgão central) não é possível falar do «Avante!» sem pensar em Dias Lourenço, nem falar deste sem lembrar o «Avante!».

Trata-se então de uma ligação tão justamente edificada no trabalho e na luta que não será modificada pela circunstância de Dias Lourenço cessar agora, como há vários anos desejava, as funções de Director do «Avante!».

O lugar que o «Avante!» ocupa na vida deste dirigente operário e comunista traduz, naturalmente, a compreensão que sempre revelou pelo papel da imprensa revolucionária, acima de tudo do órgão central do Partido, como agitador e organizador colectivo na luta dos trabalhadores. Mas é necessário dizer que traduz também uma marcada vocação de Dias Lourenço já anunciada pelas suas colaborações literárias na juventude, na imprensa regional e nos jornais de cultura «O Diabo» e «Sol Nascente» e confirmada pela sua facilidade de exprimir os sentimentos, as aspirações e as reivindicações das massas populares e em transmitir a mensagem, as propostas e as orientações do Partido. Dele se pode dizer que trabalha a palavra com a mesma destreza e rigor que usava na arte de metalúrgico altamente especializado.

A actividade assim desenvolvida por Dias Lourenço, principalmente nas páginas do «Avante!», constituiu uma notável (e em muitos aspectos exemplar) experiência de jornalismo operário. Uma experiência que só não se manifestou, até agora, mais larga e diversificadamente pelo carácter absorvente de uma longa e dura vida revolucionária entregue às exigências da luta dos trabalhadores e à acção do Partido.

Dias Lourenço era operário das OGMA de Alverca quando entrou para o Partido em 1931, desempenhando desde logo tarefas como organizador e responsável do Comité Regional do Ribatejo.

Em 1942, passou à clandestinidade como funcionário do Partido desempenhando entre outras a tarefa de responsável pela distribuição do «Avante!» a nível nacional.

No 3º Congresso (1º ilegal) do Partido, em 1943, foi eleito membro do Comité Central, desempenhando como tal funções da mais alta responsabilidade à frente de direcções regionais e na direcção central do Partido, passando a fazer parte da Comissão Política, desde 1956.

Dias Lourenço foi preso duas vezes pela PIDE, somando um total de 17 anos de prisão nas masmorras do fascismo. Do primeiro período de prisão libertou-se, em 1954, através de uma arrojada fuga, do «segredo» do Forte de Peniche, enfrentando a nado durante um longo percurso um mar encapelado e beneficiando depois da solidariedade popular de trabalhadores de transporte de peixe que o levaram para longe de Peniche. Preso de novo em 1962 foi libertado 12 anos depois com a chegada do 25 de Abril, para que tanto contribuiu.

No Portugal nascido com a Revolução, Dias Lourenço retomou o seu lugar na direcção do Partido, como membro do Comité Central e da sua Comissão Política, além de responsável do «Avante!» e de um dos destacados obreiros da festa do «Avante!». Foi responsável na Comissão Política pela Organização Regional das Beiras e desenvolveu uma intensíssima actividade de esclarecimento sobre o 25 de Abril e sobre os objectivos e o trabalho do PCP.

Foi essa experiência, em muitos aspectos ímpar, e com ela o espírito de classe que Dias Lourenço trouxe para o «Avante!» e o seu colectivo e que aqui permanecerão como um exemplo e uma referência inspiradora dos dias futuros do nosso Jornal.

C.B.

Inquérito patronal revela situação económica contraditória

Um inquérito recente de iniciativa patronal revela, segundo a Lusa, que em 1991 houve um crescimento muito significativo da procura no mercado interno, em Portugal.

Os resultados do inquérito são da responsabilidade da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa e da Associação Comercial de Lisboa.

O presidente da Associação, Vasco Pinto Basto, disse em conferência de Imprensa que o inquérito abrangiu 2000 empresas da indústria, comércio, serviços e agricultura.

Apesar de obter apenas, segundo a Lusa, 16 por cento de respostas, a iniciativa permitiu concluir, disse Pinto Basto, que mais de metade dos empresários avaliou satisfatoriamente a sua actividade em 1991.

A outra metade apontou a insuficiência da procura como causa principal das suas dificuldades. O segundo factor negativo, a se-

guir à concorrência, foi, para o presidente da Associação, o excesso de encargos financeiros.

Segundo as empresas que responderam ao inquérito, este último factor decorre das taxas de juro elevadas. Pinto Basto espera que, em 1992, as taxas de juro possam ser «significativamente inferiores».

Os resultados do inquérito omitem completamente qualquer referência a problemas com pessoal. Quanto aos salários refere-se que aumentaram os «reais» em 91. Higiene e segurança no trabalho, horários, etc. primam pela ausência nos resultados tornados públicos pela agência Lusa.

Para esta última e segundo Pinto Basto, o inquérito revela uma melhoria na situação financeira das empresas, em todos os indicadores, exceptuando os médios prazos de pagamentos e recebimentos, que estabilizaram.

Nas respostas ao mesmo inquérito, 36,7 por cento dos empresários referem um crescimento das importações e 8,3 por cento uma diminuição. Quanto às exportações, 18,7 por cento apontavam para o aumento e 16,9 por cento para uma quebra.

Entretanto, na metalurgia e metalomecânica, os industriais, segundo outro inquérito, registaram uma diminuição de 5,6 por cento na sua facturação em termos reais, durante o primeiro semestre do ano passado.

O crescimento real foi negativo. Segundo a Lusa, que cita vários elementos do inquérito levado a efeito pela Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Norte e pela sua congénere do Sul, o segundo semestre de 1991 teria, no entanto, tendido para um aumento da facturação, com destaque para aquelas empresas que produzem para o ramo automóvel.

TRABALHADORES

A Solisnor pode pagar mais 18 por cento para o ano

— afirma o plenário em Setúbal

Uma conjuntura favorável no mercado internacional dos transportes marítimos permitirá à Solisnor, entre outros factores, aumentar os salários em 18 por cento no próximo ano, prevê o plenário dos trabalhadores.

A ex-Setenave tem praticado salários «abaixo dos níveis verificados em empresas com dimensão equivalente», no distrito de Setúbal.

O plenário de trabalhadores, efectuado em 19 de Dezembro findo, acrescenta que é inaceitável o facto de os salários da Solisnor se manterem «escandalosamente abaixo dos praticados em outros países da CEE».

Esse facto justifica, segundo o plenário, «a exigência de uma aproximação progressiva» às tabelas salariais daqueles países.

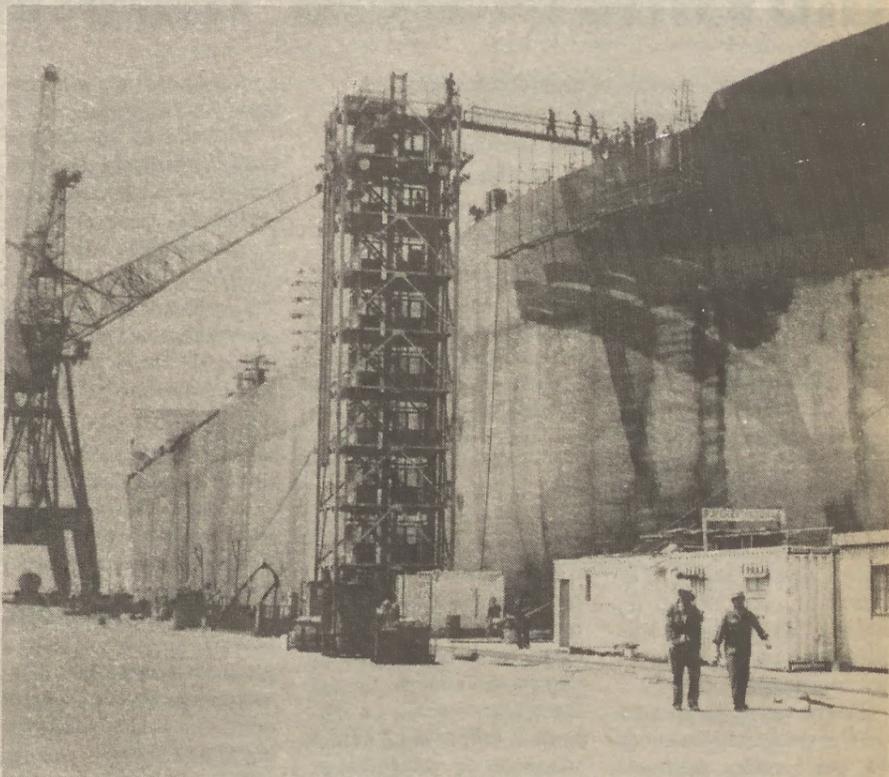
O caderno reivindicativo de 19 de Dezembro, aprovado por unanimidade juntamente com uma introdução, proporcionou na empresa «uma discussão de grande riqueza e sentido de classe», afirmam as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) da Solisnor.

Durante o plenário ouviu-se um trabalhador perguntar: «Que raio de vida é esta que, ao fim de trinta anos de trabalho, só nos dá os bolsos vazios e o corpo cheio de doenças, como a surdez e os bicos de papagaio?»

Foi também alvo de crítica a qualidade da comida servida nos refeitórios. «As vezes seria imprópria até para cães», diz o documento distribuído pelas ORTs.

A redução do horário de trabalho, a higiene e segurança, a manutenção do nível do emprego (é referida a tentativa de desmantelamento do sector de novas construções; estariam em causa mais de mil postos de trabalho).

Segundo as ORTs, a posição dos trabalhadores caracteriza-se pela força e determinação em combater uma política do patronato, quando lesiva dos seus interesses, direitos e garantias legais.



Coordenador da CGTP em Viana do Castelo

A concretizar-se a deslocação anunciada na última sexta-feira, 27, o coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva visitou nesse dia os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, reunindo-se com as organizações representativas dos trabalhadores e almoçando, em seguida, na empresa. Segundo o departamento de informação (DIF) daquela Central, Carvalho da Silva terá efectuado uma outra reunião no mesmo dia com a comissão executiva da União dos Sindicatos de Viana do Castelo.

O mesmo DIF revelava entretanto que o comandante Rúben Rolo, membro da comissão executiva

da CGTP-IN, coordenador da Federação dos Sindicatos do Mar e presidente da direcção do Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante, «sofreu um acidente grave em consequência de queda quando, em trabalho sindical, se dirigia para o navio S. Mamede, da Sociedade Socarmar, a fim de realizar um contacto com os trabalhadores sobre as negociações em curso naquela empresa».

A nota da DIF termina informando que «o comandante Rúben Rolo está hospitalizada em S. José».

A mesma nota é datada de 23 de Dezembro findo.

Novo sindicato

Os trabalhadores do Serviço Nacional de Estrangeiros aprovaram recentemente por unanimidade um projecto para a criação de um sindicato próprio.

Segundo a Lusa, que ouviu o presidente da comissão representativa daquele pessoal, a votação efectuou-se na sede do Serviço, na Direcção Regional de Lisboa, no Porto, Coimbra, Faro, Funchal e Ponta Delgada.

Para a sua oficialização, o novo sindicato terá que aguardar a publicação dos seus estatutos no boletim do Ministério do Emprego e Segurança Social.

Função Pública defende-se da ameaça dos seis e meio

Como o «Avante!» noticiou na semana passada, a Comissão Negociadora dos Sindicatos da Administração Pública recusou os aumentos de 6,5 por cento. Organizações sindicais de todas as tendências apoiaram a mesma recusa. Quinta-feira passada, aquela Comissão reafirmava que «é possível reduzir a inflação com aumento dos salários reais». Ao apresentar uma contraproposta (15 por cento), a CNSAP considerava mais uma vez «irrealista» a intenção governamental de reduzir os salários reais dos trabalhadores.

Reunida quinta-feira pas-

sada em Lisboa, a Comissão (CNSAP) decidiu, entre outras questões, «propor uma reunião à estrutura sindical da UGT para a Função Pública».

A iniciativa tem em vista «uma convergência de posições». O seu sentido deve ser «favorável ao combate à proposta do Governo e à defesa de justos aumentos e dos direitos dos trabalhadores». A Comissão Negociadora pretende debater com a UGT (FP) «o actual processo negocial».

Para 16 de Janeiro em curso, a CNSAP marcou um plenário nacional de dirigentes sindicais, em Lis-

boa. O objectivo anunciado é «fazer o ponto das negociações, ratificar as propostas sindicais para a negociação e aprovar as acções e formas de luta que a situação justificar».

É o seguinte o teor da contraproposta a apresentar ao Governo pela Comissão:

• Rejeição da proposta governamental de 6,5 por cento, considerando «irrealista a meta de inflação que o Governo pretende fixar e que apenas visa servir de «tecto» para a imposição de baixos aumentos salariais à Função Pública e ao sector empresarial».

• Baixar para 15 por cento a proposta sindical, «defendendo que os aumentos em 1992 devem ser 4,5 por cento acima das previsões da OCDE para a inflação do próximo ano (10,5 por cento)».

• Exigência da discussão, «em simultâneo com os salários, do descongelamento de escalões do NSR (novo sistema retributivo) e do quadro legal da negociação colectiva», bem como «a criação de comissões técnicas para a negociação de carreiras e das leis-quadros de higiene e segurança no trabalho e formação profissional».

Base das Lajes

Solidariedade para salários

Os trabalhadores portugueses despedidos da Base das Lajes continuavam a não receber qualquer salário da entidade empregadora no final da semana passada. No entanto, segundo a Lusa, os outros trabalhadores cotizaram-se para, juntamente com organizações sindicais, suprirem

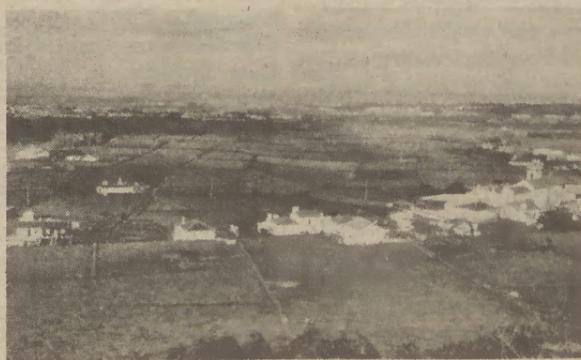
aquela falta de pagamento aos cerca de 100 despedidos que continuam a comparecer no seu local de trabalho.

De acordo com as autoridades nacionais (assim se refere a agência Lusa) os trabalhadores foram despedidos à revelia do acordo que regulamenta a presença norte-americana nas Lajes.

Como já veio a público, o comando das forças armadas americanas nos Açores não atribui ocupação a esses 100 trabalhadores, nem lhes paga qualquer salário. A medida dos responsáveis americanos teria como fundamento — acrescenta a Lusa — a necessidade de reorganizar o serviço de cantinas e de diversões na Base.

Assim, o comandante decidiu-se pelos despedimentos, contestados, como se sabe, por vários responsáveis regionais, designadamente o ministro da República.

Ainda citando a Lusa, Mário Pinto alegou que a concretização dos despedimentos significaria a abertura de um grave conflito diplomático entre Portugal e os Estados Unidos.



Proletários de todos os países, UNI-VOS!

O Militante

TIMOR

MESA REDONDA com

Abílio Araújo FREILIN
Paulo Pires UDT
Miguel Urbano PCP

UM COMBATE EXEMPLAR

Linha do Tua

Governo e CP recuam no encerramento face à determinação das populações

Mais uma vez o Governo e a CP pretendem impor às populações a política do facto consumado. Desta feita é a linha do Tua que foi encerrada, mais uma na série de desafectações que a CP há muito vem fazendo, desguarnecendo Trás-os-Montes de comunicações que têm sido essenciais para a comunicação entre as povoações da região. A substituição de comboios por autocarros é o «início da ofensiva que, a não ser travada, levará ao encerramento» completo da linha, adverte um comunicado da Direcção da Organização de Bragança do PCP. No entanto, o processo não está concluído e não tem sido fácil à CP, e portanto ao Governo, impor tais medidas, que tiveram pela frente a luta das populações.

Foi no passado dia 16 que o primeiro passo no sentido do encerramento da linha do Tua foi dado. Assim mesmo foi admitido por funcionários da CP que nesse mesmo dia declaravam à imprensa que a interrupção do tráfego de caminho-de-ferro entre Mirandela e Macedo de Cavaleiros devia ser considerado como «o primeiro passo para o encerramento definitivo do troço Bragança-Mirandela e a primeira fase do encerramento da linha do Tua».

Motivos... e desculpas

Na altura, o inspector da CP encarregado do processo afirmava à Lusa que o encerramento se devia a «motivos de segurança devido ao estado de degradação da linha». Entretanto, outros funcionários da CP contactados por aquela agência manifestaram a sua descrença nessa «desculpa», recordando que no caso das linhas do Sabor e do Pocinho, «o processo foi o mesmo e as linhas encerraram mesmo».

As reacções a esta tentativa não se fizeram esperar. E não foram apenas as populações, directamente afectadas, que fizeram ouvir os seus protestos. Os próprios empresários exigiram desde logo a reabertura imediata da linha, tendo o presidente do Núcleo Empresarial da Região de Bragança acusado o Conselho de Gerência da CP de «falta de competência para rentabilizar a linha do Tua, e de seguir o caminho mais fácil, que seria fechá-la». Segundo o organismo a que preside, «não houve diálogo» com os agentes económicos, deixando-se «degradar deliberadamente a linha e os serviços», levando assim as pessoas a mudar de transporte para depois a CP justificar o fecho, «com o argumento de que não tinha procura».

Curiosamente, aos protestos gerais das mais variadas entidades, dos partidos de oposição — ver o comunicado da DORBA do PCP — e de organismos representativos de trabalhadores, juntou-se a voz, um pouco tímida, é certo, do presidente da distrital do PSD, Adão e Silva, para quem, segundo a Lusa, a decisão da CP se afigura «precipitada», por vir assim

do outras razões: «a falta que a linha faz à região no transporte de pessoas e mercadorias para as mais recônditas freguesias, mas também pelo seu interesse turístico».

Descarrilamento a propósito

Na tarde do dia seguinte, entretanto, um acontecimen-

lento antecipava o «encerramento definitivo e total» da linha do Tua.

Contra esta decisão começaram então a manifestar-se as populações. E isto apesar de a CP, muito «oportunamente», ter posto a circular autocarros «alternativos». Em Fermentões o sino tocou a rebate e a população reteve durante horas um desses

sas, onde foi feito parar pelos populares. De novo o sino tocou a rebate, saindo o povo para a rua e contactando outras aldeias da vizinhança. As populações exigiram que a CP garantisse o funcionamento da linha, e advertiram que cortariam a estrada IP-4 se não obtivessem a concordância dos caminhos-de-ferro.

Na sequência dos protestos populares, o Governo parece ter recuado e chegou mesmo a desautorizar a gerência da CP. Com efeito, o governador Civil de Bragança anunciou ter obtido do secretário de Estado dos Transportes a «garantia» de que a linha do Tua se vai manter em funcionamento «por enquanto». O governador Cruz Oliveira foi peremptório em declarações à Lusa. «Não foi decidido o encerramento da linha», afirmou após a reunião com o secretário de Estado Jorge Antas, na qual participaram ainda os presidentes das câmaras de Macedo de Cavaleiros e de Mirandela e o presidente do Núcleo Empresarial da Região de Bragança.

Mas tudo depende de «ses». «Se» a opção for a de construir uma nova linha — adiantou Cruz Oliveira — realizar-se-ia uma reunião, ainda este ano(!), entre o secretário de Estado dos Transportes e os presidentes das câmaras de Mirandela e de Macedo de Cavaleiros, a fim de determinar o seu percurso...

Estas promessas não venceram. E devem ter chei-

rado a cozinheiro político entre o secretário, o governador e os presidentes dos municípios. Sete autocarros alternativos da CP continuavam retidos nas aldeias de Sortes, Salsas e Cortiços. As populações exigiam uma resposta definitiva para a questão, por parte do Governo. Os recentes exemplos de encerramentos de linhas não davam credibilidade a declarações governamentais.

A tensão subiria, depois, com a paragem, que as populações determinaram, de composições onde seguiam técnicos da CP, alegadamente para verificarem o estado da linha. Um dos elementos da equipa técnica, Alcino Lopes, subchefe da brigada da CP de Bragança, desmentiria à agência Lusa que a linha se encontrasse em mau estado de funcionamento. O técnico, que há mais de trinta anos trabalha nesta linha, declarou-a «segura». «Os comboios podem circular», afirmou.

Mas as opiniões cruzadas e diversas não pararam de vir ao de cima. Um porta-voz da Direcção de Conservação da CP defendia por seu lado a construção de uma nova linha.

Entre as esperanças de uma nova linha e as promessas de carreiras «alternativas» que vão até às aldeias normalmente servidas pelos caminhos-de-ferro, as populações aceitaram libertar os autocarros retidos. E aguardar. Mas não vão desistir na defesa dos seus interesses.



Linhas encerradas na desolada paisagem. É assim que o Governo vê o «desenvolvimento» de Trás-os-Montes (foto de arquivo)

«ferir os interesses do Nordeste, uma vez que não estão ainda criadas as vias rodoviárias». A Concelhia do PSD manifestou-se, ainda segundo a Lusa, «indignada com a interrupção da circulação de comboios», avançan-

to verificado entre Macedo de Cavaleiros e Bragança, veio mesmo a propósito para os propósitos da CP e da política governamental de acabar com a linha. Uma «fonte» da CP citada pela Lusa diria que este descarrilamento

verificado entre Macedo de Cavaleiros e Bragança, veio mesmo a propósito para os propósitos da CP e da política governamental de acabar com a linha. Uma «fonte» da CP citada pela Lusa diria que este descarrilamento

Protestos e solidariedade

As reacções de protesto contra o encerramento da linha do Tua não se fizeram esperar. Partidos, organizações de trabalhadores, autarquias manifestaram o seu repúdio por mais esta ofensiva e acusaram o Conselho de Gerência da CP e o Governo de pretenderem liquidar as linhas transmontanas. A Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP divulgou na passada semana a nota que transcrevemos na íntegra:

«Passado que foi o acto eleitoral de 6 de Outubro o Governo PSD/Cavaco Silva e o Conselho de Gerência da CP dão início à tentativa de encerrar mais uma linha férrea transmontana — a linha férrea do Tua.

Ao pretenderem substituir o comboio por autocarros, no troço entre Mirandela e Bragança, dão início à ofensiva, que a não ser travada, levará ao encerramento da linha férrea do Tua. Já em 30 de Maio de 1990 a Comissão Distrital de Bragança do PCP, no seguimento de posições anteriormente tomadas, tinha alertado para as intenções de encerrar a linha.

Depois dessa data continuaram a degradar serviços, foram transferidos trabalhadores das oficinas para outras regiões, não foram feitos os investimentos necessários.

O Conselho de Gerência da CP, que é nomeado e depende do Governo, ao pretender substituir a circulação de comboios por autocarros de empresas privadas, utiliza mais uma vez o processo usado na linha do Sabor e que conduziu ao seu encerramento definitivo.

— Na linha do Sabor não se iniciou o processo com a redução de comboios?

Na linha do Tua a supressão de circulações

vem acontecendo desde há anos.

— Não foram na linha do Sabor os comboios substituídos por autocarros da CP?

Na linha do Tua tentase ensaiar essa solução e já com autocarros de empresas rodoviárias privadas.

— Não foi no percurso da linha do Sabor a CP degradando e encarecendo o serviço de autocarros até levar ao encerramento? No percurso da linha do Tua é o que irá acontecer se não for impedido o encerramento da linha férrea do Tua.

O Partido Comunista Português repudia a actuação do Governo e Conselho de Gerência da CP que procuram lenta mas inexoravelmente liquidar as linhas férreas transmontanas.

A Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP apoia e defende a manutenção da linha férrea do Tua

e solidariza-se com as populações em luta pela defesa do comboio que há uma centena de anos serve aldeias, vilas e cidades do distrito de Bragança.»

Outros protestos

«Com os resultados eleitorais últimos, o Conselho de Gerência da CP e o Governo que o nomeou querem legitimar o poder encerrando, privatizando, vendendo ao estrangeiro tudo quanto é do país e dos portugueses», acusa por seu lado a União dos Sindicatos de Bragança (CGTP/IN), em comunicado repudiando o encerramento do troço de Mirandela-Bragança, atitude que a USB classifica de «má-fé e de enorme falta de respeito para com os trabalhadores ao seu serviço e da população em geral», defendendo que «sejam efectuados melhoramentos na via e no material circulante» e «solidarizando-se

com as acções populares em curso».

Por seu lado, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses manifestou «a sua inteira solidariedade com as populações da linha do Tua que legitimamente se opõem à supressão dos comboios entre Mirandela e Bragança.» Responsabilizando o Estado, diz o comunicado da Federação que «as populações não acreditam nas soluções alternativas prometidas pelo CG da CP, porque sabem que o CG está a mentir e não tem a mínima intenção de as garantir no futuro».

O Colectivo de Base da Região de Bragança do Partido «Os Verdes» tomou também posição sobre o problema, considerando as decisões da CP e do Governo mais um duro golpe contra as populações do Nordeste transmontano e manifestando a sua solidariedade com as lutas populares pela reabertura da linha.

Jovens no desemprego

Os jovens portugueses têm sérios motivos para passarem esta quadra festiva preocupados e mesmo desiludidos com a política de Cavaco e dos seus pares.

Cavaco prometeu estabilidade, mas os trabalhadores da administração central e local, em particular os jovens, conhecem bem os resultados desta estabilidade. Cavaco prometeu redução de desemprego, contudo, seguindo a sua política anterior, mais de 300 trabalhadores na Função Pública, na maioria jovens já foram postos na rua.

A estabilidade neste sector caracteriza-se por irregularidades cometidas pelo Governo designadamente nos serviços de IVA e IRS onde se registam contratos ilegais e mesmo trabalhadores sem qualquer contrato. Situação não menos gravosa enfrentam os jovens nos programas OTJ no SIVA já que em Junho de 90 existiam 70 vagas para regularizar a sua situação, acontecendo que 50 das vagas foram preenchidas por pessoas exteriores ao SIVA. Hoje perante as irregularidades cometidas e a incapacidade em resolver como seria justo a integração destes jovens nos referidos serviços, responsáveis do Governo põem em causa as suas capacidades. É caso

para perguntar: quem é mais incapaz? Em nossa opinião, sem margem de dúvidas, a incapacidade é do Governo.

Os decretos-leis recentemente divulgados, aprovados no Conselho de Ministros em Junho de 91, e só referendados em Outubro, revelam bem pelo espaço de tempo entre a aprovação e a publicação dos mesmos o conteúdo destes.

Os trabalhadores da Administração Local e fundamentalmente os jovens neste sector, designadamente os contratados a prazo, são grandemente afectados por estas medidas.

A estabilidade prometida, torna-se cada vez mais evidente, a vaga de despedimentos aumenta e os jovens são os mais visados, exemplo recente são os despedimentos de 900 trabalhadores no total de 2450 na COELIMA, agravando ainda mais a situação já gravosa no sector têxtil, neste distrito, o mais pobre do País.

Os jovens visados têm respondido, têm protestado, os jovens comunistas vêm mais uma vez mostrar a verdadeira face deste Governo e apelar aos jovens trabalhadores e desempregados para se unirem na condenação a esta política e a este Governo.

Embarque ilegal para o Irão

Instada pela comunicação social a comentar as notícias vindas a lume sobre um possível embarque ilegal de peças de armas pesadas para o Irão, ocorrido no passado dia 20 de Dezembro, no porto de Setúbal, a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP declara:

O PCP, tal como escreveu no seu Programa Eleitoral, «apoiar a indústria nacional de defesa, nomeadamente através de opções em sede de programação militar que tenham em conta a sua viabilização e reforço»; desde logo, impõe-se o carácter patriótico de tais opções;

O envio de armas para zonas de grande conflito — como é o caso do Médio Oriente — contraria esforços de apaziguamento dos mesmos, com vista à obtenção de uma paz justa e duradoura;

A denúncia desta hipotética situação lembra que até 6 de Outubro o Governo PSD deixou cair pura e simplesmente o tão propagandeado debate público sobre Defesa Nacional, e tendo em conta o novo programa apresentado recentemente na Assembleia da República nada nos faz vislumbrar uma alteração significativa que ponha cobro a esta grave omissão e fuga às responsabilidades.

CAMARADAS FALECIDOS

ERNESTO MARREIROS

Faleceu no passado dia 25 de Dezembro, Ernesto Batista Marreiros, primeiro sargento reformado da Força Aérea, residente em Vila do Bispo, onde era muito estimado. Ernesto Batista era filho de Tomás Marreiros, ex-tarrafalista que cumpriu 20 anos nas masmorras fascistas.

VITÓRIA FIDALGO

Faleceu no passado dia 27 de Dezembro, Maria Vitória Amigo Fidalgo Carvalho, com 67 anos. Natural de Santiago de Sesimbra, pertencia à Organização de Freguesia local do PCP.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

JCP faz balanço positivo no distrito de Leiria

A participação empenhada da JCP nos dois actos eleitorais de 1991 e a concretização de mais de 90 por cento das actividades previstas para o ano agora findo, foram os aspectos mais salientes do balanço efectuado pela JCP no distrito de Leiria.

Entre as realizações mais assinaláveis, destaca-se um plenário de jovens trabalhadores comunistas, cujas conclusões e propostas permiti-

ram avançar nesta área, designadamente através da eleição de um núcleo de intervenção distrital. Os jovens comunistas de Leiria realçam ainda a grande participação no convívio nacional «Em Festa» e na Festa do «Avante!».

As eleições presidenciais e legislativas constituíram para a JCP pontos altos da actividade, no âmbito das quais foram promovidas várias actividades, nomeada-

mente um encontro distrital da Juventude CDU, em Peniche. Foi ainda neste quadro que se registaram no distrito 30 adesões à JCP.

A distrital de Leiria refere igualmente no seu balanço o 5º Festival «Viva a Festa», que decorreu no contexto das comemorações do 12º aniversário da JCP e contou com a participação de mais de 200 jovens.

Os jovens comunistas or-

ganizaram ainda duas excursões para a Festa do Avante!, um debate sobre o Serviço Militar Obrigatório, um convívio no dia Nacional da Juventude e vários torneios desportivos e bancas de Natal.

Por último é de salientar a eleição do representante da JCP no quadro do Conselho Nacional da Juventude, para o Conselho Consultivo Regional do Instituto da Juventude de Leiria.

DORAM reuniu com STAL

Pacote autárquico ameaça com despedimentos

O PSD de Cavaco Silva e Alberto João Jardim continua a desenvolver a sua política de estrangulamento das Autarquias Locais com a constante atribuição de novos encargos e a redução de verbas a gastar com o pessoal. Como se isso não bastasse aprovou nova legislação laboral para o sector que põe em perigo os postos de trabalho de parte dos trabalhadores da Administração Local.

Já era delicada a situação de algumas centenas de trabalhadores das Autarquias da Região, entretanto Cavaco Silva fez publicar um

conjunto de decretos-leis, já conhecido por «pacote autárquico». Legislação essa que vem fazer perigar ainda mais os postos de trabalho de uma parte significativa dos trabalhadores autárquicos. Existem trabalhadores com 15 e mais anos de serviço, mas que não estão no quadro, que podem perder o seu vínculo e irem para o desemprego. Trabalhadores especializados que em virtude das exigências da nova legislação podem baixar de escalão e ver reduzido o seu salário.

Todas estas situações foram debatidas entre a

DORAM e o STAL numa audiência a pedido deste Sindicato. As preocupações e pontos de vista face a esta nova legislação são coincidentes. De salientar que o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República já apresentou um projecto de lei com vista a revogar esta legislação.

O STAL informou a DORAM do PCP da situação dos trabalhadores da Câmara Municipal de Machico e expôs as suas preocupações e propostas para a resolução deste problema.

A DORAM entende que a administração da Câmara

Municipal da Madeira deve assumir as suas responsabilidades pagando aos seus trabalhadores os retroactivos que remontam a 89, que no seu conjunto perfaz uma verba na ordem dos dez mil contos. O Governo Regional deve assumir os seus compromissos financeiros para com a Câmara, os seus trabalhadores e todos os municípios de Machico. Entende a DORAM que o Governo Regional deve descentralizar para as autarquias as verbas necessárias para que estas façam face ao novo sistema retributivo da Função Pública.

Um milhão de contos para onde foi?!

Quem devia saber é o Governo Regional. Isto porque, segundo o Tribunal de Contas, em 1989, o Governo Regional não apresenta os respectivos documentos de despesa de cerca de um milhão de contos. E os que apresenta não são de confiança.

Tudo isto e muito mais consta de um documento que os deputados da Assembleia Legislativa Regional têm em seu poder desde Junho deste ano. Ora! Por estranho (ou não) que pare-

ça, passados 6 meses este documento nunca foi analisado nesta Assembleia.

Mas! O mais caricato e não menos escandaloso é que neste momento os deputados estão a discutir o Plano e Orçamento para 1992, ou seja, antes do Governo Regional responder pelas contas anteriores, nomeadamente esclarecer a Assembleia Regional e a população sobre o destino que deu aos tais cerca de um milhão de contos.

Numa altura em que, por

todo o lado se diz à «boca pequena» que a corrupção tomou conta da Administração Pública Regional, este exemplo de falta de transparência democrática aumenta ainda mais as dúvidas acerca da forma como são gastos os dinheiros públicos.

Tanto mais que, ainda há pouco tempo, o PSD pela boca do seu Presidente afirmou que, em 1992, os salários dos trabalhadores têm que aumentar menos que em 1991.

Equanto há dinheiros públicos que não se sabe onde e como foram gastos, tudo indica que no início do próximo ano vamos ter aumentos gerais de preços e de impostos, em particular do IRS.

O PCP/Madeira apela à população em geral e em particular aos trabalhadores que exijam o esclarecimento público destas situações e manifestem publicamente o seu protesto e desacordo, lutando por melhores condições de vida.

DORPOR promove debate sobre desenvolvimento

A DORPOR do PCP considerou a OID/NA, desde a sua instituição em 1988, um instrumento importante para o desenvolvimento integrado da região.

Tal objectivo era possível alcançar se na sua concepção, programação e execução tivesse em conta programas e projectos articulados e a real participação de todas as forças políticas, económicas, sociais e culturais interessadas na estratégia de desenvolvimento.

Apesar de sucessivas recomendações nesse sentido,

a preparação e a implementação do processo decorreram em termos demasiado fechados, em redor da estrutura burocratizada do Estado na região, nomeadamente a CCRA.

Nunca houve articulação entre as infra-estruturas para o desenvolvimento e os investimentos produtivos. Novas estradas construídas, redes de água e esgotos colocadas em loteamentos industriais e outras infra-estruturas podem não ter quem as utilize. Não respondeu às carências sociais do distrito.

Passados 4 anos, e como prevíamos, confirma-se agora um aproveitamento insuficiente dos fundos disponíveis, e (o que não é menos grave) os casos de «boa realização financeira» (dinheiro utilizado) não se traduzem em reais modificações de fundo que permitam ao distrito de Portalegre aproximar-se dos padrões médios nacionais e, menos ainda, dos europeus.

A DORPOR do PCP reafirma a necessidade urgente da regionalização, como forma eficaz de

garantir a intervenção e defesa dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento.

Tendo presente a experiência destes últimos anos e a necessidade de garantir a correcção de erros e distorções e de assegurar o desenvolvimento harmonioso e rápido do distrito, no futuro Quadro Comunitário de Apoio, a DORPOR do PCP decidiu promover um debate alargado e aberto a todas as estruturas e personalidades interessadas, a realizar no 1.º trimestre de 1992.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Mina de S. Domingos e Pomarão Urge superar os obstáculos que entravam o desenvolvimento

A indefinição do regime de propriedade das localidades de Mina de S. Domingos e Pomarão, no concelho de Mértola, questão que tem impedido a Câmara Municipal de exercer as suas atribuições e competências na área do município e barrado o acesso da população, entre outros equipamentos, às infra-estruturas básicas (rede de esgotos, água e luz), voltou a ser tema em foco na Assembleia da República.

A questão foi despoletada pela deputada Lourdes Hespanhol que em intervenção recentemente proferida numa das últimas sessões plenárias antes das férias de Natal voltou a insistir em questionar o Governo sobre as medidas que este pensa adoptar no sentido de solucionar o problema cujas incidências têm reflexos não apenas na qualidade de vida das populações como em qualquer estratégia de desenvolvimento integrado para aquela região.

A história deste caso con-

ta-se em poucas palavras, residindo o essencial no facto de, passados 26 anos sobre o encerramento da exploração mineira, uma parte do território do concelho de Mértola continuar a ser propriedade dos antigos senhores que detinham essa exploração, com todas as consequências daí decorrentes.

De entre elas, recorde-se, está a impossibilidade de os residentes e outros interessados poderem construir as suas próprias habitações de raiz ou mesmo remodelar as residências já existentes, a que acresce a impossibilidade de a Câmara Municipal e outras entidades locais poderem desenvolver acções de interesse público, designadamente no plano do saneamento básico e da construção de outros equipamentos.

A estes aspectos considerados fulcrais importa ainda associar, como assinalou Lourdes Hespanhol na sua intervenção, a circunstância das localidades de Mina de S.

Domingos e Pomarão disporem de um valioso património arquitectónico, urbano e paisagístico, de tal ordem importante que acabaram por ser recentemente classificadas como «imóvel de interesse público».

É que a sua história, assinala-se, remonta ao que se sabe pelo menos ao tempo dos romanos e cartagineses, tendo sido procurada na Idade Média por outros povos da Europa e da Ásia para extracção de minérios ricos. No início do século XIX, como recorda Lourdes Hespanhol, a exploração mineira é redescoberta e vendida a sua área de exploração a uma empresa de capitais mistos, **La Sabine**, com sede em Huelva, que por sua vez faz a concessão em 1858 à companhia **Mason & Barry**, ano em que são extraídas 236 toneladas de pirites sulfurosas.

«Começou por esta altura um período áureo para a região: foi instalada a primeira central eléctrica de todo o

Alentejo; foi montada a primeira linha ferroviária do País, numa distância de 17 km, entre Mina de S. Domingos e Pomarão, onde foi construído um porto fluvial no Guadiana e onde chegaram navios de vela e vapores para escoamento do minério para a Grã-Bretanha», referiu a deputada comunista, pondo em evidência o valioso património representativo de uma fase do desenvolvimento daquela área da margem esquerda do Guadiana.

Um desenvolvimento que, após um longo período de recessão da inteira responsabilidade das empresas que exploraram as minas e dos governos de então, volta a ser agora naturalmente em moldes diferentes a grande aposta do Poder Local, como demonstra a realização do Plano Geral de Urbanização de Mina de S. Domingos e de Pomarão, iniciado em 1989, projecto pioneiro de reconversão integrada de uma estrutura mineira no nosso País.

Hemofílicos com SIDA

PCP pede debate no Parlamento

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou com carácter de urgência um debate no parlamento sobre a contaminação de hemofílicos portugueses com o vírus da SIDA e reclamou do Governo o «imediato e cabal esclarecimento público dos factos ocorridos».

Em causa, segundo notícias recentemente vindas a público, está um lote de concentrado de sangue contaminado com o referido vírus distribuído em 1986 pelo Ministério da Saúde a hemofílicos portugueses.

Na opinião dos deputados comunistas este caso reveste-se da maior gravidade uma vez que a transmissão do vírus da SIDA através de injeção de produtos terapêuticos (caso dos hemofílicos e transfusionados) tem forçosamente na sua origem «grave negligência das autoridades sanitárias a quem cabe assegurar a execução e perfeição das técnicas de controlo destinadas a evitar tal ocorrência».

Deputado do PCP visita Bragança

Agostinho Lopes, deputado comunista à Assembleia da República, e membro da Comissão Política do PCP, esteve, nos dias 21 e 22 de Dezembro, no distrito de Bragança, numa visita de trabalho durante a qual reuniu com as juntas de freguesia de Mirandela e Carvalhais e contactou com as populações dos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Mirandela.

Nos locais visitados, o deputado do PCP constatou a firme determinação da população em defender a linha férrea do Tua, que o Governo e a CP pretendem encerrar.

Recorde-se que ainda muito recentemente o deputado Agostinho Lopes tomou duas iniciativas na AR sobre a matéria, nomeadamente através de um requerimento dirigido ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e, no dia 20, juntamente com mais quatro deputados do PCP, propôs a realização de uma audição parlamentar, para serem ouvidas as autarquias e organizações sociais da região.

PARLAMENTO EUROPEU

Impasse no GATT

Os ministros do Comércio e da Agricultura dos Doze rejeitaram a semana passada, em Bruxelas, a proposta de compromisso apresentada pelo director-geral do GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Pautas Aduaneiras), Arnold Dunkel, para o encerramento das negociações do Uruguai Round sobre a libe-

ralização do comércio internacional. Num comunicado divulgado a propósito, os ministros consideram que o documento de Dunkel «não é equilibrado ou global» e que «não é aceitável» para o *dossier* agrícola.

Como tem vindo a suceder ao longo das várias rondas de

negociações sobre o GATT, o impasse resultou das profundas divergências entre os responsáveis da CEE e a delegação dos EUA, com os primeiros a recusarem reduzir drasticamente os apoios estatais aos agricultores, como pretendem os norte-americanos. Desde 1990 que os EUA de-

fendem uma redução de 75 por cento das barreiras à importação e dos subsídios à agricultura, e de 90 por cento dos subsídios destinados à exportação, enquanto a CEE propõe efectuar cortes de 30 por cento em algumas áreas. A delegação americana exige igualmente concessões da CEE nos domínios têxtil,

indústria transformadora e serviços (banca e telecomunicações).

As negociações, que já deveriam ter terminado há um ano, culminaram a semana passada na apresentação da proposta de acordo elaborada por Arthur Dunkel, que convidou os representantes

dos 108 países membros a emitir um parecer até ao próximo dia 13 deste mês. Mas não foi necessário esperar muito para que os doze se manifestassem contra a proposta, considerando-a «inaaceitável»; sendo «muito reduzidas as perspectivas de acordo antes do final de Janeiro».

Programa «Leader»

Portugal assinou nos últimos dias as convenções de financiamento das regiões norte e centro para a adopção do programa comunitário «Leader», que nos próximos dois anos deverá contribuir com um investimento de 18 milhões de contos para o desenvolvimento agrícola integrado de 20 regiões. Recorda-se que o programa «Leader» visa combater a desertificação do espaço rural, criando condições para a salvaguarda do património existente e a melhoria das condições de vida das populações. O programa, de iniciativa comunitária, é uma iniciativa piloto que responsabiliza as entidades locais directamente envolvidas nos problemas de desenvolvimento, na aplicação de um plano previamente concebido e submetido, para apreciação, à Comissão Europeia.

Mercado Único Europeu

Segundo um relatório da União de Bancos Suíços (UBS), há dias divulgado, um dos primeiros efeitos do Espaço Económico Europeu (EEE) será a moderação dos preços no consumidor naquele país. A diminuição dos preços será mais significativa nos produtos alimentares, que em média são cerca de 50 por cento mais elevados do que na CEE, garante a UBS. No seu estudo, a União de Bancos refere que as frutas e legumes custam na Suíça 39,4 por cento mais que na CEE, os géneros à base de cereais 47,8 por cento mais, as carnes, ovos e peixes mais 82 por cento, enquanto nos restantes produtos alimentares se paga na Suíça mais 32,6 por cento. A UBS considera ainda que a redução global dos preços no consumidor será, dentro de seis ou sete anos, de oito por cento, caso a Suíça opte pela

adesão à CEE, e de seis por cento se optar pela via do EEE, acordado entre a Comunidade e a EFTA para 1993. O Tratado sobre o EEE só entrará em vigor após a respectiva ratificação pelos parlamentos europeus e dos países da EFTA (Suíça, Suécia, Áustria, Noruega, Islândia, Liechtenstein e Finlândia). Os suíços pronunciar-se-ão sobre esta questão em Dezembro de 1992.

Ajuda a Moscovo

A CEE fez chegar a Moscovo, no passado domingo, um avião com 40 toneladas de medicamentos e uma tonelada de leite em pó, no âmbito da ajuda humanitária atribuída pela Comunidade à Rússia na cimeira de Maastricht. Os medicamentos foram fornecidos pela organização não governamental francesa «Farmacêuticos Sem Fronteiras», que deve também assegurar sessões de formação profissional em Moscovo e São Petersburgo. Recorda-se que na cimeira de Maastricht os Doze decidiram atribuir uma ajuda de emergência que inclui carne, leite em pó e manteiga, entre outros produtos, num total de 200 milhões de ecus, até Fevereiro próximo.

Seguros sem restrições

A CEE decidiu levantar as restrições à venda de seguros no espaço comunitário, à excepção dos do ramo vida, a partir de 1 de Julho de 1994. O acordo prevê excepções para Portugal, onde o sistema só entrará em vigor em 1996, e para a Espanha e a Grécia, onde será aplicado a partir de 1998. A partir daquelas datas, as companhias de seguros instaladas em qualquer dos Estados membros passam a

poder abrir agências em qualquer outro país da Comunidade. Os seguros de vida, não contemplados no presente acordo, serão alvo de negociações em 1992.

Acordo de Pescas

Está marcada para os próximos dias 8, 9 e 10, em Bruxelas, nova ronda de conversações sobre o acordo de pescas entre a CEE e Marrocos. Na última reunião, realizada dia 20 de Dezembro, em Rabat, não foram concretizados os termos do acordo; enquanto os espanhóis, que actuam na região com 700 embarcações, pretendem que a sua frota não seja diminuída, e Portugal, que dispõe de 70 embarcações, quer aumentar as suas quotas pesqueiras, o governo marroquino está confrontado com exigências internas de diminuição da tonelagem de pescado e o alargamento de um para três meses o repouso biológico, para preservação das riquezas marítimas. Crê-se que a questão venha a ser resolvida em Bruxelas, com um aumento das contrapartidas financeiras por parte da CEE.

Comando português na Jugoslávia

Partiu no domingo para a Jugoslávia o comando e o estado-maior da brigada de forças especiais do Exército português que vai assegurar o comando da missão de observadores da CEE naquele país. A representação portuguesa, que substituiu a holandesa, insere-se no âmbito das responsabilidades decorrentes da presença de Portugal na «troika» comunitária e estará em funções de Janeiro a Junho de 1992, coincidindo com a presidência portuguesa da CEE.

INTERNACIONAL

Cuba

Assembleia denuncia neoliberalismo económico

A Assembleia Nacional cubana aprovou uma resolução em que indica que Cuba está disposta a discutir qualquer problema, incluindo o «aperfeiçoamento» do seu sistema político, se os Estados Unidos «deixarem de constituir uma ameaça».

Respondendo às pressões internacionais para a implementação de reformas em Cuba, a resolução diz que o sistema unipartidário «conseguiu criar condições de igualdade, justiça e progresso sem paralelo na história» do país mas «necessita de ser aperfeiçoado».

A resolução salienta no entanto que a mudança «será impossível» sem «condições externas» favoráveis, comentando que «quem tiver ideias sobre como mudar Cuba deveria primeiro

exigir alterações na política norte-americana».

«Ninguém pode esquecer o facto de que Cuba enfrenta uma persistente, sistemática e obstinada campanha de agressão por parte do governo norte-americano», refere a resolução do parlamento cubano, sublinhando que «os Estados Unidos é que deveriam ser pressionados a alterar a sua obsoleta e irracional política para com Cuba».

A resolução sugere que os deputados cubanos estão dispostos a discutir o seu sistema político num «foro de integração e unidade latino-americanas» desde que todos os participantes «estejam unidos na oposição à política norte-americana para com Cuba».

Adianta que os sistemas políticos de todas as nações participantes teriam igualmente de «estar abertos» à discussão.

A resolução comenta que as deliberações sobre a situação cubana em reuniões parlamentares e em cimeiras de líderes políticos ou chefes de governo «não passam de monólogos estereis» sem a participação de Cuba.

A Assembleia Nacional cubana rejeitou, por outro lado, a economia de mercado e criticou as «políticas neoliberais» implantadas na América Latina, comentando que «62 por cento da população (da região) vive na pobreza».

«Em Cuba vive-se modestamente, mas não há miséria nem indigência», des-

taca a declaração aprovada pela Assembleia Nacional no final de uma sessão de dois dias, defendendo que Cuba tem menos pobreza, doença, crime, tráfico de droga e corrupção do que qualquer outra nação latino-americana.

«Apesar das contínuas pressões para que a economia cubana se transforme em capitalista, bastaria contemplar o exemplo económico da América Latina sob o neoliberalismo para tirar conclusões sobre o valor da proposta», refere a resolução.

O texto diz que há «84 milhões» de pobres na América Latina, onde a taxa de inflação deverá atingir este ano «300 por cento» e a dívida externa se elevará a «445 mil milhões de dólares».

Coreia

Prepara-se desnuclearização da Península

A desnuclearização da Península Coreana é uma questão que hoje assume particular actualidade e tem vindo a ser centro de polémica e notícias contraditórias.

Em vésperas de Natal, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular Democrática da Coreia divulgou uma Declaração, em que se afirma uma posição de esperança e de dúvida.

«O Governo da nossa República tem vindo a insistir em retirar todas as armas nucleares da Coreia do Sul, liquidar a fonte de guerra nuclear e transfor-

mar a Península Coreana em zona desnuclearizada», sublinha-se na Declaração, para a seguir se expor qual o ponto da situação actual.

«No dia 18, o alto responsável da Coreia do Sul afirmou não existir nem uma arma nuclear no seu território, ao propor uma declaração relativa à desnuclearização da Península Coreana».

«Não obstante, o que nos deixa na incerteza é o facto de os próprios EUA, que têm o total direito de comando sobre todo o tipo de armas nucleares na Coreia do Sul, manterem silêncio e não divulgarem qualquer informação ou declaração

oficial relativamente a esta retirada (...). Sem confirmação da parte dos verdadeiros donos destas armas e somente com a palavra de quem não tem competência para tomar resoluções neste domínio, é difícil saber ao certo se a retirada foi feita ou não».

Apesar destas dúvidas, o governo da RPD da Coreia declara-se disposto a assinar o Tratado de garantia nuclear e a aceitar a inspecção nuclear, que deveria ser simultânea, a Norte e a Sul.

E a Declaração conclui: «Para proceder à inspecção nuclear simultânea, é inevitável realizar a negociação entre o nosso País e

os EUA, dono destas armas, e devem ser discutidos o problema de eliminação da ameaça nuclear, entre outros.

«Neste momento em que, após a nossa proposta de desnuclearização da Península Coreana, as autoridades sul coreanas também tinham proposto uma declaração do mesmo sentido e que pretendem que não existem as armas nucleares na Coreia do Sul, o Norte e o Sul devem adoptar conjuntamente, quanto antes, uma Declaração para transformar a Península Coreana numa zona desnuclearizada.»

Solidariedade com os comunistas checos e eslovacos

A ofensiva antidemocrática que se aprofunda nos países do Leste da Europa conheceu recentemente dois novos desenvolvimentos na Checoslováquia. Depois de em Outubro o Parlamento Federal ter proibido o exercício de postos oficiais durante cinco anos a todos os cidadãos que tenham tido algum cargo no Partido Comunista — e são centenas de milhares —, em 10 de Dezembro foi introduzida uma emenda no Código Penal que ilegaliza a ideologia comunista, grosseiramente falsificada para o efeito, e pune com penas que podem ir até cinco anos de prisão aqueles que propagarem os ideais do comunismo. Esta escandalosa medida dá conta do ascenso das forças da direita revanchista e visa destruir o Partido Comunista, que nas últimas eleições, em 1990,

se afirmou como terceira força política do país, alcançando 47 lugares de deputados no Parlamento.

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou o seguinte protesto a Vaclav Havel, Presidente da República Checa e Eslovaca:

«Os comunistas portugueses, que lutaram 48 anos contra a repressão fascista, pela liberdade e a democracia, profundamente indignados com as recentes medidas de perseguição anticomunista tomadas no vosso país em clara infracção dos direitos e liberdades fundamentais, manifestam a sua total solidariedade com os comunistas checos e eslovacos e reclamam a revogação de tão injustas e discriminatórias medidas antidemocráticas.»

MINEIROS

O movimento de greve que paralisa há dias a actividade da empresa mineira espanhola Hunosa (sector público) vai prosseguir, anunciou em Oviedo fonte sindical.

Num comunicado, os dois grandes sindicatos espanhóis, a União Geral dos Trabalhadores (UGT, socialistas) e as Comisiones Obreras (CCOD, comunistas), anunciaram também uma greve geral para hoje na bacia mineira do Caudal e do Nalon (Astúrias).

Os sindicatos consideram que o apoio do governo central ao plano de recuperação da Hunosa, uma das mais importantes empresas mineiras do país implantada no norte das Astúrias, prevê uma «agressão considerável contra os interesses das Astúrias».

Para além do movimento de greve, marcado nestes últimos dias por numerosos confrontos entre mineiros e polícias, 36 representantes sindicais continuavam encerrados numa mina para protestar contra este plano de reestruturação.

ITÁLIA

O Parlamento italiano aprovou um orçamento «de austeridade» para 1992, com um défice previsto de 128 mil milhões de dólares (1,5 mil milhões de contos).

Os analistas consideram que a aprovação do Senado e da Câmara dos Deputados representa uma vitória para o primeiro-ministro italiano, Giulio Andreotti, após três meses de discussões e polémicas sobre o projecto de orçamento para 1992.

O texto apresentado pelo governo visa reduzir as despesas públicas e controlar o crescimento do défice, de forma a evitar um retrocesso da economia italiana aquilo que a imprensa transalpina considera como a «segunda divisão europeia».

IRAQUE

Mais de 150 iraquianos concentraram-se frente ao edifício das Nações Unidas na capital jordana em protesto contra a manutenção das sanções económicas contra o Iraque.

«Levantem as sanções cruéis contra o Iraque», dizia um cartaz colocado à entrada do edifício.

Os iraquianos, a maioria dos quais efectua uma curta visita à Jordânia, entregaram também um apelo dirigido ao secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, para que contribua para o levantamento do bloqueio imposto após a invasão do Kuwait, em Agosto de 1990.

«Há falta de alimentos e medicamentos em Bagdad e as nossas crianças estão a morrer de malnutrição», refere a petição.

A UNICEFE, fundo das Nações Unidas para a Infância, que desenvolve um programa de ajuda humanitária no Iraque desde Fevereiro, calculou recentemente em 87 mil as crianças iraquianas que morreram em consequência das sanções económicas.

CHINA

A China vai assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear de acordo com uma decisão tomada pelo Comité Permanente do Congresso Nacional do Povo, noticiou a agência Nova China.

O primeiro-ministro chinês, Li Peng, anunciou em Agosto que a China concordava, em princípio, em assinar o tratado de 1968 que limita as transferências de matérias nucleares e a que aderiram 140 países.

SANÇÕES

Uma maioria de centro-esquerda no Parlamento dinamarquês (Radical, Sociais-Democratas e Socialistas Populares) reafirmou a sua oposição ao levantamento das sanções económicas à África do Sul, disse fonte parlamentar em Copenhaga.

Os três partidos da oposição, que votaram em 1986 pela imposição de sanções a Pretória, sustentaram que o processo de democratização na África do Sul «ainda não avançou o suficiente» para justificar o restabelecimento das relações comerciais entre os dois países.

Ao reiterar a sua recusa em levantar as sanções contra a África do Sul, a Dinamarca continua a bloquear uma decisão recente da Comunidade Económica Europeia (CEE) visando restabelecer o comércio de aço, ferro e moedas de ouro entre os «doze» e Pretória.

CEI Instabilidade e conflitos

Lutas de poder, profunda fragilidade e instabilidade no plano social, acentuadas divergências entre os diferentes governos da nova Comunidade, agravamento de conflitos armados marcam, neste momento, a vida na ex-URSS, em transição para novas estruturas de poder ainda mal definidas.

A primeira grande divergência, ao nível de poder, foi registada nas relações entre a Rússia e a Ucrânia, ex-repúblicas maiores da URSS, cujos governos consideram desiguais as suas condições financeiras em vésperas da liberalização dos preços que ontem, dia 2 de Janeiro, deve ter sido desencadeada.

Em entrevista à TV nacional ucraniana, o ministro das Finanças da Ucrânia, Vladimir Lanovoi, acusou o governo da Rússia de não desejar concertar com os outros países da CEI a sua

política monetária, de preços e financeira.

A Rússia, que se reserva o direito de emissão do rublo, recusa-se a fornecer o papel-moeda a outras repúblicas que, por isso, não podem aumentar os salários face à liberalização dos preços, afirmou o ministro ucraniano.

A Ucrânia pedira também que a Rússia adiasse a data da liberalização dos preços para um prazo que permitisse às demais repúblicas acumular a massa monetária suficiente.

Outra questão central — na nova aliança cabe à Rússia a parte leonina da herança deixada pela URSS, inclusive a posse da chave de comando das armas nucleares, os serviços de segurança de Estado, a emissão da moeda nacional, os ministérios do Interior e das Relações Exteriores e, finalmente, o lugar no Conselho de Segurança.

Prosseguem entretanto — e agudizam-se mesmo — os conflitos armados na antiga URSS, em particular em Nagorno Karabakh.

A retirada dos cerca de 2400 soldados do Exército central ordenada pelo presidente russo Boris Ieltsin provocou um agravamento da situação de guerra civil que se vive no território e deixou a população arménia totalmente indefesa e à mercê de ataques dos grupos armados do Azerbaijão, segundo um alto funcionário do Comité executivo de Nagorno Karabakh. Pouco depois da saída dos militares, as bombas começaram a cair sobre a capital do enclave cristão, de 190 000 habitantes, que no dia 1 de Dezembro proclamou a sua independência do Azerbaijão. Os violentos conflitos que devastam o território desde 1988 já fizeram mais de 800 mortos.

Também na Geórgia, o conflito de poder entre a oposição e o presidente Gamsakhourdia já levou à morte de cerca de duas centenas de pessoas. O presidente acusa a oposição de «pretender desestabilizar a situação na república, criar o caos e desencadear a guerra civil». Por outro lado, personalidades como o cineasta georgiano Otar Iosseliani acusam Gamsakhourdia de jogar com os sentimentos nacionalistas e arrastar o país para a xenofobia. E alerta: «Receio que o capitalismo dos povos ex-soviéticos seja selvagem e sem piedade».

Situação económica Factor determinante

Por toda a ex-URSS a instabilidade e indefinição do momento actual potencia possíveis situações de conflito.

Antes do mais, é o próprio quadro económico — de par das lutas de poder, que nada terão a ver com a solução dos reais problemas sociais — que alimenta esse panorama de fundo de instabilidade.

Importa aqui recordar que a queda do antigo sistema de produção centralizado, sem que novas relações económicas se tenham chegado a afirmar, provocou uma degradação sistemática e progressiva da situação económica por toda a ex-URSS.

Assim, em 1990, a produção de riquezas baixou, oficialmente, de 4%. No decurso do primeiro trimestre de 1991, caiu de 12% em relação a idêntico período do ano anterior. A produção industrial, que tinha sofrido um recuo de 1,2% em 1990, diminuiu de 5,4% nos três primeiros meses de 1991 e de 6,6% em Abril. Em Março, calculava-se que a quebra total da produção nacional iria ser da ordem de um quarto em relação ao ano anterior. A aceleração do processo a partir do Verão leva a temer que a produção total de riquezas tenha sido de pelo menos um terço inferior nos fins de 1991 em relação a 1990.

Neste quadro, as questões socioeconómicas ganham uma dramática acuidade. Não por acaso se fazem sentir nesse plano algumas das maiores divergências na CEI. Ainda recentemente, o candidato único às presidenciais no Uzbequistão, Islam Karimov, afirmava que, defendendo embora a economia de mercado, «não pretende copiar os métodos aplicados noutras repúblicas».

Concretamente, «antes de liberalizar os preços, importa conseguir garantias sociais para as camadas da população mais pobres». Uma exigência ainda mais premente num país em que se regista um dos níveis de vida mais baixos entre as repúblicas da ex-URSS.

Tais preocupações se fazem sentir também na Rússia. Um decreto assinado por Ieltsine determinou que a «privatização acelerada» das empresas russas tenha começado dia 1, num processo que deverá começar a nível local. Entretanto, o governo russo deve concluir até 1 de Março um programa de privatizações à escala nacional. Mas já ontem, dia 2, se iniciou a liberalização dos preços.

Uma decisão criticada pelo próprio vice-

presidente russo, Alexandre Rutskoï, que embora aceitando que eventualmente os preços tivessem de ser liberalizados, defendeu que isso devia processar-se por etapas e depois de tomadas várias medidas para atenuar o impacto social do agravamento súbito do custo de vida.

«Após a liberalização, os preços podem continuar a subir indefinidamente, sem qualquer limite, até à chegada ao poder de um ditador qualquer», alertou.

Em simultâneo com os graves problemas de ordem económica, a própria estrutura geográfico-política do território da ex-URSS está ainda por definir.

Dois exemplos, apenas.

A Moldova, pequena república do Sudeste da ex-URSS e membro da Comunidade de Estados Independentes, pretende «acelerar a integração económica, financeira e cultural» com a vizinha Roménia — questão abordada em encontro entre os primeiros-ministros das duas repúblicas. A Moldova tomou recentemente algumas medidas visando uma eventual reunificação com a Roménia. A sua língua oficial é o moldovo, semelhante ao romeno, e a bandeira e o hino de Estado são actualmente os da Roménia.

Entretanto, o governo alemão pediu a Ieltsin que entregue o mais breve possível aos alemães originários da ex-URSS a «República do Volga».

Os alemães do Volga são descendentes dos colonos emigrados cerca de 1760 para as margens do Volga. Lênine atribuiu-lhes uma República em 1918, que Estaline suprimiu em 1941.

Actualmente o Governo de Bona pretende que os alemães de origem se fixem na nova república para travar os pedidos de emigração em massa para a Alemanha. O comunicado do governo alemão salienta que a Alemanha está disposta a auxiliar financeiramente a restauração da «República do Volga».

Um quadro a que há que somar a sua muito significativa dimensão internacional. E que respeita sobretudo ao controlo e destino dos imensos arsenais militares da ex-URSS. Os arsenais nuclear e químico da ex-URSS encontram-se sem uma direcção efectiva e sem controlo, afirmou há dias o chefe da delegação checoslovaca à Conferência da ONU sobre desarmamento. Uma, entre múltiplas outras, vozes de alerta.

Cimeira de Minsk Acordos restritos

As divergências entre os Estados que hoje compõem a CEI marcaram de forma clara a Cimeira de Minsk, onde resumidamente só foi possível chegar a acordos (relativos) sobre as forças estratégicas, sobre as forças armadas — liberdade de cada república aderir ou não a um comando unificado —, sobre as instâncias superiores da Comunidade e sobre o direito de cada Estado poder vir a dispor de uma parte dos bens da antiga União Soviética no estrangeiro.

Foi sublinhada a necessidade de manter a cooperação nos campos da cultura, da ciência e, em particular, na exploração do espaço cósmico.

Entretanto, os participantes da Cimeira começaram por não conseguirem entender-se sobre as formas de análise e discussão dos estatutos da Comunidade. As questões económicas (nomeadamente no que se refere à moeda) e militares estiveram no centro das divergências.

Participaram na Cimeira os presidentes da Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Uzbequistão, Rússia, Tadjiquistão, Turquemenistão e Ucrânia.

Da ordem de trabalhos, constavam dez pontos: acordo sobre instituições de coordenação da Comunidade; acordo sobre a Defesa para o período de transição; criação de uma companhia conjunta de radiotelevisão e de um órgão de imprensa da Comunidade; situações ecológicas extremas; acordo sobre distribuição, em 1992, de géneros alimentares adquiridos com fundos concedidos a título de auxílio estrangeiro; medidas provisórias a tomar para a utilização coordenada de missões diplomáticas e consulares (proposta da Rússia); acordo de sucessão jurídica da propriedade da ex-URSS (proposta da Ucrânia); acordo sobre o procedimento da assinatura e aplicação dos acordos de cooperação política, económica, científica e cultural; acordo de cooperação cultural; acordo sobre o Espaço e diversos.



Os resultados das eleições legislativas na Argélia provocaram profunda preocupação, tanto no país como no exterior. Os integristas da FIS, vencedores desta primeira volta das eleições, com cerca de 190 deputados eleitos, conseguiram apesar disso menos apoio que nas eleições autárquicas de Junho de 1990, onde obtiveram 53 por cento dos votos. Mas as consequências políticas poderão vir a ser particularmente graves. Entretanto, o Partido Argelino da Vanguarda Socialista (comunista) exigiu a anulação das eleições legislativas considerando o processo inconstitucional, e apelou à proibição e desmantelamento das forças «totalitárias e obscurantistas», porque «pretendem acabar com a República, a democracia e os democratas».

Indonésios passam de 19 para 50 mortos

O número de 50 mortos avançado pela Indonésia para o massacre de Santa Cruz justifica elogios norte-americanos e australianos à comissão de inquérito de Djakarta.

O relatório preliminar da comissão de inquérito indonésia aos acontecimentos de 12 de Novembro em Díli agora apresentado, aponta para «cerca de 50 timorenses» mortos pelo exército, contra o total de 19, anterior número defendido pelas autoridades militares em Díli e pelo próprio juiz Jaelani, presidente desta comissão de inquérito, que divulgaria estes novos resultados após uma reunião com o presidente Suharto, dias depois de ter afirmado que nada havia que contrariasse o balanço oficial de 19 mortos.

A comissão de inquérito indonésia diz que o número de 50 mortos é baseado em relatos de testemunhas e o que se passou no cemitério de Santa Cruz não passaria de uma reacção de soldados indonésios «descontrolados que não obedeciam a ordens», após alegadamente manifestantes timorenses pró-Fretilin terem apunhalado

do um oficial indonésio e apedrejado uma esquadra da polícia.

Este versão dos acontecimentos de 12 de Novembro iliba de responsabilidades o Governo e o comando militar indonésio em Díli.

Jaelani disse que dos 308 timorenses inicialmente detidos após os incidentes, 32 estão ainda presos e vão ser julgados, havendo mais de 90 pessoas dadas como desaparecidas provavelmente por terem ficado feridas e terem preferido esconder-se a apresentar-se no hospital para tratamento, segundo afirma o juiz indonésio.

Noutro ponto deste relatório preliminar, reconhece-se que os militares enterraram os corpos das vítimas sem darem tempo aos familiares para identificar os corpos.

Estratégia indonésia

Depois dos repetidos pedidos à comunidade internacional por parte de Ali

Alatas, o ministro dos Estrangeiros indonésio, para que se aguardasse os resultados da comissão de inquérito indonésia, pois eles provariam a inutilidade de envio de um inquérito imparcial, os números e os factos que agora os indonésios afirmam como verdadeiros surgem como tentativa de resposta a países como a Austrália, Estados Unidos, Canadá e membros da CEE que ameaçavam reconsiderar as suas relações com Djakarta à luz das conclusões do inquérito e da punição dos responsáveis do massacre.

No entanto a Amnistia Internacional, que divulgara o número de 70 mortos, afirmou persistirem «dúvidas» quanto à credibilidade do relatório e reafirma que um inquérito internacional é necessário. Para esta organização a proclamação anterior ao massacre foi pacífica e «as tropas actuaram de um modo disciplinado e organizado».

Aplausos norte-americanos

Em contrapartida os Estados Unidos da América (cujo presidente George Bush está em vésperas de se deslocar a países desta região tendo na única vez que pessoalmente se referiu a Timor afirmado não ser sua intenção abordar o assunto com os governos com que se vai encontrar) consideraram já, através do Departamento de Estado, que a comissão indonésia fez «aparentemente investigações sérias e responsáveis» e aconselhou o poder indonésio a actuar contra os militares que «usaram ou permitiram força excessiva» no massacre de Díli.

Três dias depois destas afirmações americanas, o chefe de Estado-Maior-Geral das Forças Armadas Indonésias, Try Sutrisno, nomeia dois novos oficiais gerais para a região de Timor-Leste, depois do presidente Suharto ter conside-



rado existir responsabilidade dos anteriores chefes militares indonésios nos acontecimentos do cemitério de Santa Cruz.

Também a Austrália, que tem com a Indonésia um negócio de exploração de petróleo no mar de Timor, teve uma reacção positiva ao relatório indonésio. O primeiro-ministro Gareth Evans diria que ele era «encorajador» e que «torna claro que os acontecimentos foram desencadeados por uma reacção excessiva das forças militares».

Portugal

Num comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Governo português acusa as autoridades indonésias de «um comportamento vergonhoso» em todo este caso, tentando agora «melhorar a imagem». Ficam

por explicar as divergências dos números apresentados pelos indonésios com as de praticamente todos os testemunhos objectivos conhecidos.

Por saber está também a sorte dos desaparecidos, as graves acusações de execuções posteriores, o comportamento ordenado e disciplinado dos soldados e a tentativa de ocultação de corpos. A nota insiste ainda na necessidade de uma investigação «sob supervisão internacional» e reafirma o direito à autodeterminação dos timorenses.

Entretanto o governador de Timor nomeado pela Indonésia, Mário Carrascalão, disse que depois deste relatório as razões que tinha apresentado para um eventual pedido de demissão deixaram de existir.

Gestos portugueses

● A DORPortalegre do PCP aprova uma moção de solidariedade com o povo de Timor e defende uma intervenção enérgica do Governo português junto das Nações Unidas e outras organizações internacionais.

● O Organismo de Direcção da Organização dos Professores de Coimbra do PCP aprova uma nota sobre Timor e os timorenses onde se refere o genocídio contra o povo maubere, comparável ao assassinato pelo mesmo regime indonésio de centenas de milhares de comunistas. Realçando as responsabilidades de Portugal neste caso, assinala-se a falta de intervenção de numerosos países aliados e parceiros de Portugal (na ONU, NATO e CEE). O comunicado propõe a professores, sindicatos dos professores, associações profissionais de professores, órgãos de gestão das escolas, estudantes, associações de estudantes, encarregados de educação, associações de pais, etc., que multipliquem as tomadas de posição e iniciativas em torno da defesa dos direitos do povo maubere.

● O Núcleo de Intervenção e Solidariedade entre os Povos (NISP) decorou uma árvore de Natal no Rossio de Lisboa com frases alusivas à situação do povo de Timor e paralelamente recolheu assinaturas que foram entregues na véspera de Natal na residência oficial do Primeiro-Ministro.

● A Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares aprova por unanimidade uma moção que condena o massacre de Díli e de associação ao movimento nacional de apoio a Timor.

● O projecto UMAR (Projecto Mulher Anos Noventa) exige ao Governo «uma maior actuação a nível internacional» no caso de Timor e condena os Estados Unidos por continuarem a vender armas à Indonésia.

● Um leilão de obras de arte realizado no Porto a favor da resistência timorense rendeu cinco mil contos. Júlio Resende, Nadir Afonso, Pedro Tudela, José Rodrigues, Zumiro de Carvalho foram alguns dos artistas representados.

● Uma exposição-venda de 60 obras de arte em Coimbra, da iniciativa de uma pintora timorense radicada em Portugal, envolve mais de uma dezena de artistas. O produto das vendas reverte a favor da resistência timorense.

● A Comissão Nacional Justiça e Paz propõe à Igreja Católica que realize um dia de oração e reflexão sobre Timor e lança uma campanha de fundos através da conta da Caixa Geral de Depósitos, n.º. 00024560830.

● O Instituto Piaget lança um livro de poesia de António Oliveira Cruz cujo produto da venda reverte a favor da resistência maubere.

● A Câmara Municipal de Oeiras decide geminar-se com o município de Díli.

● Os «Rotários» do Algarve lançam um apelo ao presidente do Rotary Internacional para que interceda junto da ONU em defesa de Timor-Leste.

● A Associação Nacional de Jovens Empresários envia às suas congéneres mundiais uma carta onde solicita um «pronunciamento público» nos respectivos países acerca do «drama vivido em Timor-Leste».

● Centenas de estudantes da Universidade de Aveiro participam numa marcha silenciosa em defesa dos direitos do povo maubere.

● O Movimento por Timor em Viseu lança um abaixo-assinado a ser enviado aos órgãos de soberania portugueses, ONU, CEE, presidente dos Estados Unidos e Igreja onde se solicita a condenação da ocupação de Timor pela Indonésia e a defesa da autodeterminação do povo maubere. Uma campanha de fundos tem as seguintes contas bancárias de Viseu: BPA n.º. 390-7788908; CGD n.º. 930-100606; BCI n.º. 030-0171603.

● Um autarca socialista de Setúbal abstém-se numa moção de apoio ao povo de Timor votada por todas as forças políticas da Assembleia Municipal desta cidade. O autarca disse que o seu voto era um protesto «contra a hipocrisia. Foi preciso um jornalista americano ter sido agredido para se tornarem conhecidos casos que já se passam há 15 anos», afirmou João Gonçalves.

● A Assembleia de Freguesia de Campolide aprovou uma mensagem dirigida ao povo de Timor-Leste, tendo guardado numa sessão um minuto de silêncio em memória das vítimas da ocupação indonésia.

● A Coordenadora das Colectividades e Associações da Freguesia de Sacavém aprova uma moção como forma de manifestação de repúdio pelos últimos acontecimentos contra o povo timorense e a sua solidariedade para com esse povo.

Esperanças na ONU

A entrada de Cabo Verde a partir deste mês para novo membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU e os anteriores contactos da diplomacia portuguesa com o novo secretário-geral das Nações Unidas, o egípcio Buthros Gali, são motivos para o subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Duarte Ivo Cruz, afirmar que a ONU poderá desempenhar a partir de agora uma acção mais intensa no caso de Timor-Leste.

O membro do executivo português falava na semana passada após uma reunião na Assembleia da República com a Comissão Parlamentar que acompanha a questão de Timor-Leste, e disse aos jornalistas que o Governo «espera que o assunto seja logo assumido» pelas Nações Unidas a partir do momento em que Buthros Gali assumisse o cargo, na quarta-feira passada.

Entretanto o representante da Fretilin em Cabo Verde, Luís Corte-Real, afirmou após uma reunião com o primeiro-ministro Carlos Veiga que este prometera que o seu Governo «em conjunto com Portugal e com os outros países de língua portuguesa, continuará a procurar sensibilizar os Estados que mantêm relações diplomáticas com Cabo Verde» para a importância do exercício do direito à autodeterminação pelo povo maubere.

Quanto à situação que se vive actualmente em Timor, ainda após a reunião com a Comissão Parlamentar para esta questão, Ivo Cruz diria que as informações que o seu Governo dispõe «são muito más», em particular porque se entrou na fase dos julgamentos de timorenses que participaram nos acontecimentos que terminaram no massacre de Díli de 12 de Novembro.

O subsecretário de Estado referiu também que Portugal ainda não teve acesso ao relatório do enviado do Papa que visitou Timor nas últimas semanas. «Gostaríamos que a Santa Sé o tornasse público», afirmou Ivo Cruz.

Depois do minuto de silêncio decretado há duas semanas pelas organizações sindicais em memória das vítimas de Timor, cumprido em todo o país, diversas iniciativas de solidariedade e apoio à resistência maubere são feitas um pouco por todo o lado, tal como damos conta em outro local desta página.

A nível institucional o destaque vai para o envio de missões de sensibilização da Assembleia da República a parlamentos estrangeiros, a começar este mês nos Estados Unidos e Canadá, medida que se justifica pela importância dos Estados Unidos como aliado da Indonésia. Naquele país os deputados portugueses vão contactar com congressistas norte-americanos e universidades influentes.

Depois dos Estados Unidos e Canadá, a delegação de três deputados portugueses prosseguirá com visitas a vários países europeus, ao Japão e à Austrália.

Material audiovisual e escrito será mostrado pelos parlamentares portugueses aos seus congéneres dos outros países.

Uma carta para Timor

Entretanto 18 organizações portuguesas mantiveram um encontro com o embaixador holandês em Lisboa a quem pediram para fazer chegar a 59 presos políticos timorenses uma carta de solidariedade.

CGTP, UGT, CIDAC, Centro de Reflexão Cristã, A Paz é Possível em Timor-Leste, Comissão dos Direitos do Povo Maubere, Conselho Nacional de Juventude são algumas das organizações que contactaram a embaixada da Holanda, enquanto, na altura, representante da presidência da CEE e ex-potência colonizadora da Indonésia.

«Todos os dias, em Portugal, há uma vela que se acende — para ti. Todos os dias há um texto que é escrito — em tua intenção. Uma criança faz um desenho — em tua homenagem», diz a carta que se pretende venha a chegar a cada um dos presos timorenses.

«É por isso que te escrevemos; para te dizer que, por muito longínqua que seja a nossa voz, por muito pequena que seja a nossa força, estamos contigo. Convosco. Que continuaremos a acender velas, a escrever textos, a fazer desenhos — por ti, por vocês», acrescenta.

O mesmo grupo de entidades pretende organizar no início deste ano uma Conferência Internacional sobre Timor-Leste.

FMJD toma posição

A Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) apelou há duas semanas a que se ponha fim à agressão brutal aos direitos humanos em Timor num comunicado que transcrevemos na íntegra:

«Estamos a seguir com grande apreensão o cada vez maior número de mortos em Timor Leste, particularmente jovens e crianças, resultante dos massacres perpetrados pelas autoridades indonésias, desde há 17 anos, em brutal violação dos direitos humanos e resoluções das Nações Unidas que reflectem a Comunidade Internacional a este respeito».

«A Federação Mundial da Juventude Democrática ape-

la uma vez mais a que se ponha fim a esta agressão brutal. A livre vontade do povo maubere deve ser respeitada e as resoluções neste sentido das Nações Unidas e outras instituições internacionais devem ser estritamente observadas.»

«A FMJD considera que actualmente, quando conflitos a nível internacional são resolvidos de forma pacífica e o papel da democracia é cada vez mais significativo, as violações anteriormente referidas são inaceitáveis.»

«A FMJD apela a todas as organizações nacionais e internacionais, assim como a todas as entidades com boa vontade a juntarem as suas vozes e acções de apoio com o povo maubere.»

Dignificar a instituição parlamentar

1. No passado dia 20 de Dezembro, a Assembleia da República suspendeu os seus trabalhos para as «férias» de Natal e Ano Novo. Após um mês e meio de funcionamento do novo parlamento resultante das eleições de 6 de Outubro, era um momento adequado para se proceder a um balanço crítico da actividade efectiva daquele órgão de soberania e das estratégias perceptíveis para o comportamento parlamentar das principais forças políticas representadas na Assembleia da República. E foi isso que o Grupo Parlamentar do PCP fez, em conferência de imprensa, como foi noticiado na anterior edição do «Avante!».

Parece útil, porém, que nos debruçemos um pouco mais pormenorizadamente sobre o balanço e análise críticas que então foi feito.

2. No âmbito do balanço da actividade desenvolvida na Assembleia da República, o que desde logo ressalta é que o Grupo Parlamentar do PCP confirmou na prática que, apesar da sua redução numérica relativamente à anterior legislatura, está totalmente empenhado (e em condições) de corresponder às exigências políticas que na frente parlamentar se colocam ao Partido e de dar concretização aos compromissos eleitorais assumidos pelo PCP. Em termos quantitativos, as estatísticas parlamentares demonstram-no cabalmente: dos 30 projectos de lei apresentados pelo conjunto dos grupos parlamentares (PSD, PS, PCP, CDS e PEV), dois terços, exactamente 20, foram da iniciativa do PCP. E se é de realçar a actividade do grupo parlamentar do Partido no âmbito das propostas legislativas, não deixa de ser de salientar a falta de dinamismo de outros grupos parlamentares da oposição, em especial do PS que, dispondo de 72 deputados, não foi além da apresentação de 4 projectos de lei. E em relação a outras figuras regimentais (projectos de deliberação ou resolução, ratificações, audições parlamentares, ...) o quadro é idêntico.

Mas, como foi salientado pelo nosso grupo parlamentar, «a relevância desta questão não está na expressão dos números. A questão não é numérica, a questão é política. A verdade é que a Assembleia, como qualquer outra instituição ou organização, não funciona sem objecto de trabalho. E se não são apresentadas iniciativas (...) a Assembleia carece de ordem de trabalhos e não pode fazer o que deve, designadamente as leis e os actos de fiscalização do Governo que lhe compete concretizar».

É evidente que uma situação de carência de «objecto de trabalho» para a Assembleia da República é do interesse do Governo e do seu grupo parlamentar. Mas não é compreensível que partidos da oposição com especiais responsabilidades, designadamente o PS, para ela contribuam objectivamente. E este facto é mais evidente quando se passa da análise quantitativa para a do conteúdo das iniciativas legislativas apresentadas. O PSD limitou-se a apresentar projectos de novas vilas e freguesias e o Governo ficou-se pela apresentação da alteração ao Orçamento de Estado de 1991, enquanto os projectos do PS se circunscreveram a

questões relacionadas com os imigrantes que residem no nosso País. Em contraste, os projectos do PCP visam dar solução a um amplo conjunto de problemas sentidos por largas camadas da população, relacionando-se com os direitos dos trabalhadores (revogação de aspectos negativos do pacote laboral, redução do horário de trabalho, etc.), com necessidades dos reformados (elevação significativa do valor das pensões e reformas, acesso gratuito aos medicamentos no caso de doenças crónicas e a próteses), com aspirações dos jovens estudantes (extinção da PGA e novo regime de acesso ao ensino superior), com a atribuição de competências e meios às freguesias, com os direitos dos cidadãos (indenização às vítimas de crimes, responsabilidade do Estado por prisão ilegal, acesso aos documentos da Administração, direito de acção popular, etc.), etc.

Em suma, nestes primeiros 45 dias da actividade parlamentar só o PCP apresentou «um vasto e consequente programa de iniciativas parlamentares, tendo em vista o exercício pela Assembleia da República das suas competências» constitucionais e legais.

3. Durante esta fase da actividade parlamentar, o plenário da Assembleia da República apenas discutiu uma iniciativa legislativa: a proposta de lei de alteração do Orçamento de Estado para 1991 apresentada pelo Governo. Nunca, em qualquer outro início de legislatura, a Assembleia da República «produziu» tão pouco. Não por falta de «objecto de trabalho», pois o grupo parlamentar do PCP, e só ele, garantiu-o com projectos de lei úteis e urgentes.

Sucedeu, isso sim, que a maioria absoluta do PSD impediu que qualquer das iniciativas legislativas do PCP fosse agendada para debate no plenário. Trata-se de uma actuação prepotente do PSD, manifestamente antidemocrática, que confirma a prevenção do Comité Central do PCP para os perigos, no plano institucional, de «novas ofensivas governamentalizadoras com desrespeito pela esfera de competências de outros órgãos de soberania, designadamente em relação à Assembleia da República...». Ou seja, esta actuação do PSD, que tem de ser denunciada, criticada e combatida, era previsível. O que não se pode entender é a passividade, e mesmo complacência, com que o grupo parlamentar do PS tem vindo objectivamente a assistir à recusa de agendamento das oposições e ao estilo de trabalho parlamentar que a maioria do PSD quer impor à Assembleia da República. Esta aparente indiferença do PS é tanto mais preocupante quanto é certo que o PSD já anunciou a sua intenção de diminuir o número de sessões plenárias da AR (actualmente às tardes de terça e quinta-feira e manhãs de sexta-feira), procurando esconder a actividade parlamentar no segredo das Comissões.



OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro da Comissão Política

«Nestes primeiros 45 dias da actividade parlamentar só o PCP apresentou um vasto e consequente programa de iniciativas parlamentares, tendo em vista o exercício pela Assembleia da República das suas competências constitucionais e legais.»

Como já declarou o grupo parlamentar do PCP, «o resultado directo desta intenção é a diminuição do debate político (...). Não se duvida que a actividade do Parlamento, particularmente a actividade legislativa, deva ser rodeada de cautelas e de exigências técnicas. Mas a Assembleia da República não é uma repartição pública, nem um gabinete técnico. É uma instituição eminentemente política, é um centro de debate político e de decisão política, pautado pelas regras da diversidade de pontos de vista e de expressão pública dessa diversidade. É evidente que, com um sistema como o que o PSD quer impor, a Assembleia ficaria mais tolhida quanto ao exercício da função fiscalizadora, que além do mais exige transparência. O Governo ficaria mais protegido da crítica e a Assembleia, por isso mesmo, mais governamentalizada». Os eleitores seriam defraudados, a democracia ficaria mais pobre.

4. Pela parte do PCP sabemos, até pela experiência da última legislatura, que a defesa da instituição parlamentar, elemento essencial do nosso regime democrático, passa em boa medida pela capacidade dos partidos da oposição, com as suas características e entidades próprias, actuarem com coesão na defesa da democraticidade, do prestígio e da eficácia da Assembleia da República.

Por isso, o grupo parlamentar do PCP, ao mesmo tempo que manterá uma posição clara de oposição ao Governo e prosseguirá na apresentação e defesa das propostas com que se comprometeu perante os eleitores, continuará a combater as intenções e a prática do PSD de governamentalização e de marginalização política da Assembleia da República e a procurar vias de acção comum com outros grupos parlamentares da oposição.

Mas combateremos com igual firmeza quaisquer pretensões de hegemonização da oposição, qualquer tentativa de artificialmente (por distribuição de tempos, marcação de ordens do dia, ou outros expedientes) criar na Assembleia da República uma bipolarização que os eleitores não sufragaram.



Cuba resiste, empurrando para longe o impossível (II)

■ Miguel Urbano Rodrigues

Era sábado. O sol cáldo do Inverno caribenho transmitia ilusórias transparências às fronteiras dos palácios senhoriais da antiga Plaza de Armas. O peso da História descia do céu azul sobre os silhares das fortalezas espanholas que fecham a entrada da baía de Havana.

Cordões de turistas atravessavam os portões do palácio dos Capitanes Generales. Nas ruínas da Habana Vieja havia muita gente e na Praça da Catedral artesãos vendiam coisas típicas a estrangeiros. Uma caravana de alemães fotografava com solenidade a imponente mansão do marquês de Águas Claras.

Era um sábado habanero semelhante a outros. Para mim apagava-se o tempo ao demorar o olhar nos portais e balcões neoclássicos; guardava a paisagem na memória.

O casco histórico de Havana é património da Humanidade. Não há na América outra cidade com um conjunto de monumentos tão amplo, diversificado e representativo da história colonial.

Ali me sentia numa terra que é também minha. Voltava de certa maneira a casa, a um mundo de que sou parte.

A Havana me liga aquele tipo de relação complexa e íntima que experimento sempre ao reencontrar, após largas ausências, cidades e vilas do meu Alentejo.

A bicicleta em Havana

Perambulei pela cidade, com vagares, no primeiro dia. Havia lido em crónicas de jornalistas portugueses que Havana é hoje uma cidade moribunda. Alguns dramatizam; usam a palavra agonia; transformam a sua aspiração pessoal em realidade inexistente.

Milhares de fachadas apresentam-se degradadas. A pintura caiu, as portas e janelas estão em mau estado, os gradeamentos apresentam-se enferrujados. Não é melhor o aspecto de antigas mansões da burguesia batistiana, ora habitadas por três e quatro famílias. Os moradores não dispõem de recursos para as reformar. Aliás não há materiais de construção disponíveis.

Esses jornalistas que falam da agonia mentem, contudo, conscientemente.

Reencontrei uma cidade fremente de vida. Diferente na fisionomia de outras capitais da América Latina? Sim. Mas para se descer à raiz do que nela é diferente torna-se indispensável conhecer as causas do fenómeno e as opções do povo.

Em Havana, nesta viragem para o século XXI, é mínimo o número de automóveis. E a sua ausência modela um estranho espectáculo. A bicicleta, talvez umas 400 000, substituiu o carro. São quase todas chinesas, mas uma fábrica cubana já iniciou a produção na Ilha.

Jovens, mulheres, idosos pedalam de manhã à noite pelas ruas e avenidas. A bicicleta passou a ser o principal meio de transporte. O espectáculo do pedido de boleia a um ciclista integra a paisagem do quotidiano. Vi muitas mães pedalam a caminho das creches com dois filhos instalados em assentos improvisados.

O racionamento

Cuba foi sede dos últimos Jogos Interamericanos realizados há poucos meses. Os EUA exerceram pressões ilegítimas sobre o Comité Olímpico. Pretendiam obter o cancelamento ou a transferência. Perderam a batalha na frente política e depois na frente desportiva: Cuba conquistou o maior número de medalhas de ouro, numa proeza que suscitou admiração mundial.

Os Jogos obrigaram o Governo e o Partido a um esforço colossal. Transcorridos meses, pude avaliar o que significou esse desafio ao visitar o estádio de Havana, o conjunto de piscinas, as instalações que, para honrar compromissos assumidos, o país teve de construir em pouco tempo, em plena crise. Aos que anunciam a agonia de Cuba está ali a resposta de um povo cercado, sem petróleo, submetido a um drástico racionamento de alimentos e produtos essenciais.

Da obra realizada, o que mais me impressionou em Havana — em Santiago surgiu da terra outra cidade desportiva — foi o bairro residencial erguido para alojar atletas e visitantes estrangeiros. São centenas de apartamentos que, findos os Jogos, foram vendidos ao povo (com prioridade para os trabalhadores dos que construíram). Os mais caros ficaram abaixo dos três mil contos; os mais baratos custaram aos actuais proprietários menos de mil (em prestações suaves, obviamente).

Longe de mim a ideia de sugerir que não há em Havana um problema de habitação. Muitos milhares de famílias carecem de moradia satisfatória. Mas também nesse sector o bloqueio pesa decisivamente. O plano da construção de casas encontra-se na prática paralisado. Falta tudo, a principal pelo cimento, não obstante a capacidade das fábricas ser largamente excedentária. Cuba estava preparada para exportar centenas de milhares de toneladas de cimento quando a escassez do petróleo começou a atingir duramente o conjunto das actividades produtivas.

A problemática do abastecimento, tal como a dos transportes colectivos, constituiu tema de debate permanente, por vezes apaixonado.

Falei do assunto com elementos da Administração e do Partido, com amigos e gente desconhecida, nas ruas e lojas. Existe uma grande preocupação. Esperar por vezes mais de uma hora por um autocarro, na bicha, desespera. E isso é uma probabilidade quotidiana para milhares de trabalhadores que perdem horas de sono na esperança de recuperar tempo, evitando as tensões de uma espera incerta nas paragens. Quem não tem ainda bicicleta sofre. Mas o mal estar não gera atitudes agressivas na atribuição injusta de responsabilidades. O povo conhece os motivos da falta de combustíveis. E entre a resistência e a capitulação opta pela primeira.

O abastecimento organizado implica também grandes sacrifícios para a população. As quotas garantidas pelo racionamento são pequenas, concebidas em função de um mínimo de proteínas indispensáveis a uma boa saúde. Actualmente falta muita coisa nos lares cubanos. As entregas são, aliás, irregulares no tocante aos produtos importados. Entre as carências mais sentidas incluem-se o sabão, os óleos vegetais, a banha, a manteiga, o leite em pó para as crianças, os detergentes. Cada pessoa tem direito a cinco ovos por semana e a um pãozinho diário. A carne é pouca. O frango e a vaca são distribuídos com regularidade relativa, mas o porco (tradicional na mesa cubana) aparece raramente e o peixe também não abunda (a frota sofre igualmente da escassez de combustíveis).

A venda de vestuário e calçado está também regulamentada. Cada cidadão tem direito a adquirir anualmente um número limitado de peças, das camisas aos sapatos. Pouca coisa.

Existe mercado negro? Sim. Antes havia um mercado paralelo oficial com preços mais elevados. Encontrava-se quase tudo nas lojas desde que se pagasse mais.

O sistema apresentava um inconveniente: muita gente somente tinha acesso ao patamar dos preços subsidiados. Para acabar com o privilégio, o Governo extinguiu o mercado paralelo. Agora todos os cubanos estão submetidos às quotas da caderneta de racionamento.

A escassez estimulou, porém, o mecanismo do mercado negro. E este, naturalmente, não pode sobreviver sem funcionários corruptos, porque a produção e a distribuição são estatais.

Discuti o assunto com dirigentes do Partido e amigos, até com jornalistas estrangeiros. São diversificadas as opiniões sobre a escolha feita. Mas existe consenso quanto a um aspecto fundamental da questão: o mercado negro está longe de constituir em Cuba um problema social e económico comparável pela gravidade ao que já existia na URSS mesmo antes da *perestroika*.

Muitos artigos publicados no estrangeiro sobre o tema são sensacionalistas, desonestos.

Salários e preços

Em meados da década Cuba importava mais de metade dos alimentos consumidos. Actualmente está a produzir quase tudo o que é tido por indispensável e compatível com o clima (o trigo, por exemplo, não pode ser cultivado naquela latitude).

As hortaliças são abundantes durante boa parte do ano. O preço dos tubérculos (batata, batata doce, mandioca e outros) depende da estação, assim como o da fruta. No início de Dezembro, a banana, a laranja, o ananás estavam a ser vendidos fora do racionamento, a preços equivalentes a 20 e 30 escudos o quilo.

O leque salarial não apresenta grande desnível, reflectindo a natureza socialista do regime. O salário mínimo foi fixado em 120 pesos e o máximo não excede 450 pesos (75 contos). Num país onde a saúde e o ensino são totalmente custeados pelo Estado (e os espectáculos desportivos gratuitos) quaisquer paralelos com a sociedade portuguesa seriam descabidos. Invariavelmente, os amigos com quem falei emitiram a mesma opinião no tocante a carências materiais: em Cuba não é dinheiro que falta às famílias,

mas sim aquilo que elas desejariam comprar e não existe no mercado.

A desagregação acelerada da URSS veio, a partir do Outono, agravar as dificuldades. E em Dezembro, com o fim da União, os compromissos comerciais por ela assumidos foram arquivados.

Mas o incumprimento dos acordos vinha de longe. Os embarques de algodão, por exemplo, tinham cessado há muito. Naturalmente, a indústria têxtil cubana, privada dessa matéria-prima essencial, viu a sua crise agravada.

A indústria do vidro encontra-se quase paralisada porque as importações de carbonato de cálcio, outra matéria-prima imprescindível, deixaram de chegar sem qualquer explicação do Governo de Moscovo. A falta de garrafas começou logo a afectar múltiplas actividades industriais, a principal pela cervejeira. A carência de vasilhame atingiu tal acuidade que a população foi informada de que seriam vendidas antes da quadra festiva duas garrafas de rum a cada pessoa que entregasse no acto de compra três vazias.

A fim de aumentar a produção de alimentos o Governo elaborou em 1990 o Plano Alimentar de Emergência para o Período Especial. Há um ano acompanhei em Havana os seus primeiros passos. Estive agora no campo, numa grande unidade agrícola da província de Havana, e passei um dia com equipas de voluntários que participam no esforço produtivo, reforçando o trabalho dos contingentes profissionais. Cada uma dessas equipas, oriunda de sectores socioprofissionais diferentes, cumpre um período de duas semanas em intensas tarefas agrícolas que não exigem especialização. Ficam instaladas em acampamentos confortáveis que dispõem de amplos barracões-dormitórios, de refeitórios e de equipamento social adequado para as horas de lazer.

Os intelectuais no campo

Em Guira de Melena (um município que produz quase um terço das hortaliças e batatas do país) dezenas de tractores rasgavam a terra vermelha e gorda de uma planície que fundava no horizonte azul. A faina da sementeira da batata estava no auge e as equipas eram de diferentes acampamentos. Na lonjura (a Unidade Empresarial de Guira tem 5000 hectares) uma centena de juntas de bois realizava outros trabalhos.

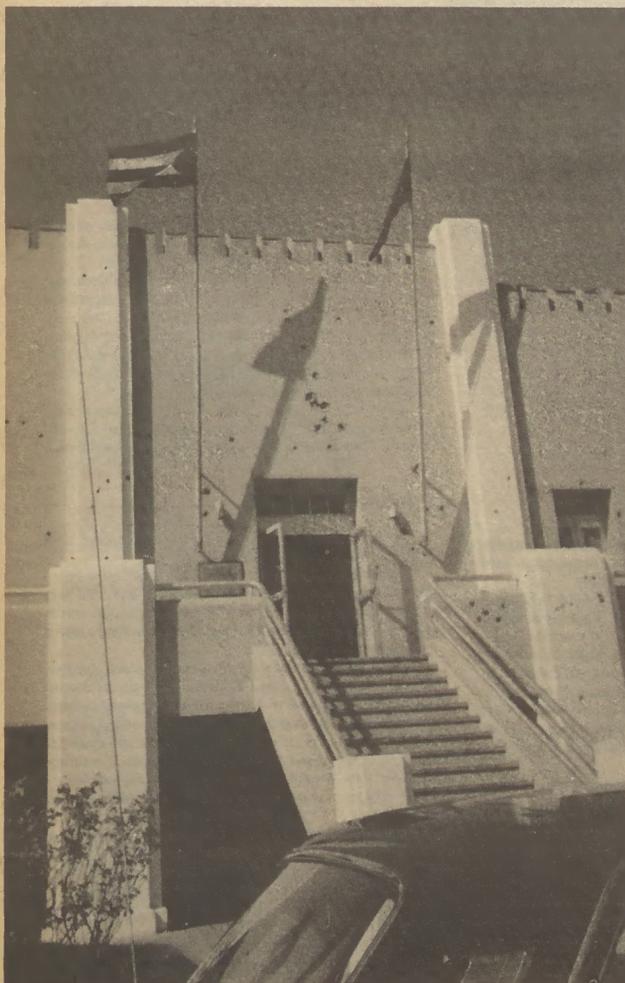
Pedi ao motorista do meu *jeep* que parasse junto de um dos tractores e meti conversa com os voluntários nele empoleirados. Foi interessante o diálogo que prosseguiu pela planura adiante. Não longe de um grupo de professores da Universidade de Havana encontrei uma coluna de máquinas com pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Alegrou-me identificar de repente uma cara conhecida. Era o meu amigo Valero que foi encarregado de negócios de Cuba em Lisboa. «Vienes también a sembrar papas?» — perguntou-me enquanto me fazia estalar os ossos com um abraço demorado.

Os professores universitários fizeram perguntas de difícil resposta sobre Portugal e a atitude do nosso povo perante o bloqueio norte-americano. Ao conversar com aquela gente revolucionária lembrei-me de calúnias sobre Cuba que infestam os média portugueses. A disponibilidade dos homens costuma esgotar-se rapidamente mesmo nas mais belas revoluções. Isso não aconteceu em Cuba. Ali tem-se prolongado; vai na terceira geração. Ao escutar os docentes da Universidade e os diplomatas do Ministério dos Estrangeiros acudiu-me à memória o discurso dos profissionais portugueses do anticomunismo. Sem animosidade; a hora não era para isso. Recordei apenas a pequena dimensão humana e a pobreza de ideias dos senhores que em Lisboa criticam Cuba sem a conhecer e dão conselhos a Fidel Castro sobre mudanças a introduzir no sistema institucional da Ilha. Pequenas criaturas, inchadas de vaidade...

A imaginação ao serviço da Revolução

Uma das surpresas constantes em Cuba é o noticiário relativo a pequenas e grandes invenções que resolvem problemas agudos. O agravamento das carências força o povo, praticamente em todas as frentes da vida, a descobrir soluções para substituir o que falta.

A primeira frente é talvez a da produção de peças e acessórios tradicionalmente importados. Num país onde grande parte do parque automóvel tem mais de 30 anos (alguns carros excederam o meio século) fabricar peças para veículos que deixaram de ser produzidos há décadas



Tudo começou em Moncada há quase quarenta anos...



Em plena crise, Cuba construiu em Santiago um dos mais belos hotéis da América

passou a ser coisa trivial. Por exigências do momento inventam-se peças para todo o tipo de electrodomésticos de múltiplas procedências, desde frigoríficos a televisores e máquinas de lavar roupa. Situações que em qualquer outro país provocariam desalento são enfrentadas em Cuba com serenidade. A ruptura na importação de produtos essenciais estimulou o espírito inventivo. Pelo «Granma» soube que velhas locomotivas inutilizadas haviam sido recuperadas para o serviço. Autocarros que estavam em depósitos de sucata tornaram-se matéria-prima de um veículo novo, o ferrobús, carruagem de emergência nos caminhos-de-ferro.

A cana destaca-se como produto mágico. O açúcar proporciona divisas, tal como o rum. O bagaço é utilizado como gerador de energia; hoje os engenhos açucareiros tornaram-se praticamente auto-suficientes, satisfazendo as suas necessidades energéticas. A palha da cana, prensada, fornece um excelente combustível, que permitirá a poupança anual de centenas de milhares de toneladas de petróleo. Entre as muitas utilizações do bagaço figura também a derivada da sua aptidão para material de construção sucedâneo da madeira e ainda a sua riqueza como fertilizante. Devolvido à terra, fecunda-a, substituindo em 75% os adubos químicos.

O recurso ao sistema Voisin de rotação de pastagens — descrito por Fidel no IV Congresso — trouxe uma resposta (parcial) à falta de rações para o gado. A mesma área de pastos naturais permite agora engordar um maior número de cabeças por hectare. É mais carne, mais leite para o povo.

Novas técnicas de regadio, como o *microjet*, vieram revolucionar a cultura da banana e aumentar a disponibilidade de água para outros fins.

Nos acampamentos que visitei em Guira de Melena quase tudo o que se comia nas cantinas provinha da própria Empresa Agrícola: as hortaliças, os tubérculos, as frutas, a carne de porco e de carneiro.

A resposta popular ao Plano Alimentar confirma que a imaginação funciona como força de combate ao bloqueio e aos efeitos do fim do socialismo na Europa. Foi colocada a serviço da defesa da Revolução.

Obviamente há situações inultrapassáveis. Uma das carências mais sentidas é a do papel. O bagaço da cana está a ser utilizado na produção de um papel de qualidade inferior. Mas para as rotativas esse papel não serve. A imprensa teve assim de se adaptar ao inelutável. O «Granma» reduziu a tiragem de 700 000 para 400 000 exemplares e o número de páginas não excede a meia dúzia. As nove horas já não se encontra um jornal na bancas. As

edições de domingo e segunda foram suprimidas. Os outros diários tradicionais, «Juventud Rebelde» e «Trabajadores», passaram a semanários, sendo editados nos dias em que o «Granma» não aparece. Cada capital de província conservou o seu diário, mas com redução das tiragens anteriores. O papel de jornal, esgotadas as reservas, terá agora de ser comprado na Europa e no Canadá. As tiragens dos livros também são, actualmente, muito mais baixas.

O turismo

O turismo e a exportação de medicamentos foram, nos dois últimos anos, as principais fontes de captação de divisas. Cuba, por dom da natureza, conta com algumas das mais belas praias do mundo. Faltavam, contudo, infra-estruturas hoteleiras que permitissem o desenvolvimento de uma indústria turística moderna.

No Varadero — um areal paradisíaco onde a transparência das águas gera a ilusão de contemplarmos os fundos marinhos através de uma lente — foram construídos alguns grandes hotéis em sistema de *joint ventures* com uma empresa espanhola. Em Santiago visitei o primeiro cinco estrelas cubano. Não sou entendido na matéria, mas a concepção, o conforto, a funcionalidade, o bom gosto e a inserção no ambiente bem como o aproveitamento da tradição crioula convenceram-me de que a nova geração de arquitectos cubanos está a erguer nas praias do país, em condições de grande penúria de recursos, equipamentos de fazer inveja ao que aparece na Europa. Os preços são mais do que módicos. Os pacotes de férias oferecidos por Cuba pelo canal das agências de viagens internacionais proporcionam uma estada na Ilha (8 ou 10 dias) por um custo da ordem dos 150 contos, incluindo a passagem, a instalação num excelente hotel e meia pensão. As organizações contra-revolucionárias de Miami e Madrid reagiram já à campanha de desenvolvimento do turismo, publicando anúncios de página inteira em jornais europeus («El País» por exemplo) com apelos aos leitores para visitarem qualquer ilha do Caribe, excepto Cuba.

No Varadero e em pequenos balneários do Oriente falei com muitos turistas, principalmente alemães e canadianos. Todos se manifestavam agradavelmente surpreendidos por descobrirem uma Cuba muito diferente da imagem difundida pelos média nos seus países. Um canadiano de Halifax disse-me em Daquiri: «Não sou comunista, mas acho esta gente maravilhosa e não conheço na Améri-

ca terra mais segura para os turistas. Quem viola os direitos humanos é o presidente Bush com o seu bloqueio...»

Em Bucanero, outra praia de Santiago, uma jovem de Munique, enquanto sorvia, deliciada, um *cocktail* de rum e coco, desabafou: «Esta é a minha primeira viagem à América. Eu e o meu marido já decidimos voltar a Cuba para o ano. Nada entendo de política, mas esta terra é fascinante e percebo agora que os jornais e a televisão da Alemanha mentem muito sobre este povo.»

Naturalmente, Cuba, enquanto aperta o cinto, oferece aos turistas quase tudo aquilo de que eles precisam em férias, a principal pelo aluguer de automóveis. Em cada hotel há uma loja para estrangeiros estilo *free shop*, na qual se encontra uma enorme variedade de produtos, incluindo os cubanos. O pagamento, claro, faz-se em divisas. Existem também restaurantes onde se cobra em divisas e uma frota de táxis para estrangeiros cujo taxímetro marca as corridas em dólares.

O povo não encara criticamente a contradição. Os privilégios oferecidos aos turistas são olhados como a das respostas da Revolução à guerra não declarada do imperialismo americano e às consequências do terramoto russo. Sem um mínimo de divisas, Cuba não poderia importar o indispensável para sobreviver como ilha socialista no Oceano capitalista. Ora o turismo rendeu em 1991 uns 400 milhões de dólares. Muito pouco, mas indispensável.

Outra fonte importante de moeda forte é a exportação de medicamentos. O enorme potencial de inteligência e cultura — a expressão é de Fidel — que a Revolução criou manifesta-se criadoramente nos mais diferentes campos. É o que acontece com a medicina, respeitada nos EUA e na Europa, e com a biotecnologia, ciência em que os cubanos têm alcançado êxitos de ressonância mundial. Nos laboratórios de Havana foram realizados nos últimos anos trabalhos que levaram à produção de alguns medicamentos que vieram permitir avanços históricos no tratamento de certas doenças.

Tive a possibilidade de visitar um hospital pediátrico e o Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia. Em Portugal não existe nada semelhante. Cuba é já hoje o mais respeitado produtor de medicamentos do Terceiro Mundo.

O interferon, a vacina antimeingocócica, a vacina contra a hepatite B, o factor de crescimento epidérmico contra as queimaduras, o produto que elimina o vitiligo, e outros já comercializados proporcionaram este ano uns 200 milhões de dólares ao país. Dois outros medicamentos

Cuba resiste, empurrando para longe o impossível (II)

— exclusivamente produzidos em Cuba — a estreptoquinase (com resultados notáveis no combate ao enfarte do miocárdio), e um, (ainda sem nome comercial), que reduz a taxa de colesterol e atenua os efeitos de várias doenças do aparelho circulatório (incluindo as varizes) estavam prestes a entrar no circuito da exportação quando deixei Cuba. Serão fonte de mais umas centenas de milhões de dólares. O difícil trabalho de investigação científica que levou a essas vitórias foi desenvolvido em condições penosas, pela falta de meios agravada pelo bloqueio, o que valoriza ainda mais essas conquistas de significado mundial.

As mazelas sociais

Muitos camaradas têm-me perguntado com frequência se não identifiquei em Cuba aspectos negativos na vida social e falhas no processo de **rectificação**.

Em Cuba há, como era inevitável, muita coisa a mudar e melhorar. É suficiente ler os densos, importantes documentos aprovados pelo IV Congresso do Partido (1) para se chegar a essa conclusão. Gostaria, aliás, de escrever sobre os temas ali mais discutidos como contribuição para o debate ideológico que o PCP se esforça por incentivar. Mas o acesso limitadíssimo que os comunistas têm em Portugal à imprensa que dispõe de espaço para séries de artigos desse género não me permite dar a essas questões o tratamento adequado.

Nas campanhas contra Cuba são obrigatórias — é um exemplo — as referências à prostituição.

Há prostitutas em Cuba? É claro que a resposta só pode ser positiva. Não existe no mundo um país onde essa milenária profissão tenha sido eliminada. Os jornalistas que se alargam a escrever sobre o assunto não o fazem, porém, com poucas excepções, de maneira ética. Não lembram que na época de Batista havia na Ilha mais de 100 mil prostitutas (a maioria para serviço dos turistas e militares norte-americanos) e que hoje elas somadas são, em todo o país, menos numerosas do que em alguns bairros de Lisboa.

A atmosfera social não favorece a marginalidade. O consumo de droga é inexpressivo, com os índices mais baixos da América Latina.

Recentemente, o Governo cubano concedeu a um empresário espanhol a exploração de uma discoteca que funciona no Hotel Comodoro, em Havana, pólo de um conjunto turístico implantado à beira-mar num lugar muito belo. Não tardou que a discoteca — onde tudo era pago em divisas — chamasse a atenção. Ali afluía um elevado número de prostitutas como acompanhantes dos estrangeiros. O Governo interveio. Cancelou o contrato, e a administração da discoteca foi atribuída, como desafio, à Juventude Comunista. Agora um terço da lotação é reservada a cidadãos cubanos, que podem pagar em moeda nacional.

Algumas agências de viagens canadianas e europeias logo fizeram alarido: «assim não se pode fazer turismo a sério».

Os dólares do Comodoro faziam muita falta. Mas o

episódio ilumina duas maneiras antagónicas de olhar o mundo. Em Cuba há fronteiras nas quais a concessão envolve ameaças que a Revolução não pode aceitar.

Contrariamente ao que as campanhas anticubanas sustentam é, aliás, mínimo o número de artistas e desportistas que, nas deslocações ao estrangeiro, pedem asilo em países da CEE. E não se revela habitualmente que destacados campeões cubanos têm recusado ofertas fabulosas, de milhões de dólares, feitas por grandes clubes dos EUA nomeadamente no tocante ao beisebol.

Este ano as equipas nacionais de voleibol masculino e feminino ganharam em *tourneés* no estrangeiro 350 mil dólares. Esse dinheiro foi oferecido ao país pelos atletas.

O futuro

Alguns camaradas têm-me feito repetidamente uma pergunta: vai a Revolução sobreviver?

Não tenho resposta para tal questão. Mas é minha convicção inabalável que o Partido Comunista de Cuba, com o apoio da maioria do povo e nomeadamente da juventude, continuará a defender o socialismo na Ilha, **custe o que custar**. Cuba resiste!

Num livro que escrevi há um quarto de século (proibido pelo ministro da Justiça do Brasil que logo me instaurou um processo) chamei a atenção para o facto de os combatentes da Sierra Maestra se proporem objectivos aparentemente inatingíveis e se baterem por eles com uma confiança que espantava o resto da humanidade. Cavaleiros do sobre-humano, habituaram-se, pela própria modéstia, a olhar sempre o impossível como meta não fácil, mas ao seu alcance.

O mundo tem hoje outra cara. Eles não mudaram e as novas gerações acompanham-nos. Ao visitar há dias o Museu da Revolução e parar, no final, uns minutos diante do iate «Granma» hoje instalado no centro da Plaza del Angel, dei-me conta de que fazia meu o desafio do discurso que ouvira dias antes a Fidel.

Ao reencontrar o meu velho amigo Jorge Mendoza, ex-director do «Granma» e hoje director do Instituto de História; ao conhecer gente que participou no ataque a Moncada e viveu na Serra os anos terríveis e épicos de 57 e 58; ao rever camaradas que se bateram em Playa Giron e há três décadas fazem da construção do socialismo uma luta quotidiana — mais se fortaleceu em mim a certeza de que o importante para os comunistas de todo o mundo não é perguntar hoje se a Revolução cubana terá êxito na sua resistência heróica, mas sim estar ao lado dela com solidariedade militante.

Cuba, como afirmou Fidel Castro, trabalha, em condições inimagináveis, pelo socialismo e pelo direito à independência, sobre as ruínas dos pilares do seu antigo relacionamento com o mundo.

Não sei, ninguém pode prever com um mínimo de segurança, qual será o desfecho do heróico desafio cubano. Mas para os comunistas é um dever sentir como sua a luta do povo de Martí.

(1) in «Resoluciones, principales intervenciones e relacion de miembros del Buró Político y del Comité Central — PCC, 10-14 de Octubre» — Editora Política, Havana 1991, 187 páginas.



BALADA DO SOLDADO

Realização: Grigori Tchukhrai

Após ter destruído um tanque-inimigo, Aliocha obtém seis dias de licença.

O tempo de um salto a casa e de um beijo à mãe. Também o tempo de dramáticos encontros e do nascer de um primeiro amor com a meiga Shura que a guerra cortará de imediato.

Impiedosa visão das misérias da retaguarda recusando heroísmos balofos e acentuando problemas humanos, este trabalho de Grigori Tchukhrai é excelente exemplo da rejeição dos «modelos estalinianos» que tinham imperado no cinema soviético durante mais de duas décadas.

O cineasta atinge aqui um dos pontos altos da sua carreira, justamente galardoado com o «prémio da melhor realização» no Festival de Londres.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 – O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 – A MÃE
- 003 – ESCRAVA DO AMOR
- 004 – A BALADA DO SOLDADO
- 005 – AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 – A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

DESCONTO ESPECIAL
15%

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX



Professores da Universidade de Havana na sementeira da batata

Um barco para Cuba

No passado dia 26 de Dezembro partiu do Havre um barco para Cuba, carregado de medicamentos, uma forma de solidariedade para com o povo cubano, que continua sujeito ao bloqueio económico norte-americano. Uma iniciativa francesa, que contou com ampla solidariedade de associações, partidos políticos, organizações de solidariedade, em França e em 16 países da Europa e do Mediterrâneo. Também o PCP participou nesta campanha com uma contribuição de 1000 contos.

Em Portugal, como noutros países, circulou um Apelo contra o bloqueio a Cuba, subscrito por muitas e diversas personalidades.

Aqui divulgamos o texto do Apelo e os nomes de algumas personalidades — portuguesas e estrangeiras — que o subscreveram.

Apelo contra o bloqueio a Cuba

Em Cuba, a conjugação do embargo americano que se mantém há 30 anos com a redução drástica das trocas económicas com a URSS e os países do Leste, deu origem a uma situação dramática.

As dificuldades de abastecimento multiplicam-se. As aquisições incontestáveis em matéria de Saúde e Educação arriscam-se a ser postas em causa.

Crítica-se, em nome dos direitos do Homem, as carências de Cuba em matéria de democracia. Mas esta crítica não dá, por isso, o direito, em nome dos mesmos direitos do Homem, a asfixiar o país economicamente.

Temos sobre o regime cubano posições divergentes. Mas juntamo-nos para denunciar uma situação que visa acabar com um regime mantendo à fome o seu povo.

Em caso algum esta agressão unilateral pela primeira potência

mundial poderá conduzir à liberdade deste povo.

Exigimos, por isso, o levantamento do bloqueio que é um atentado à dignidade e à vida do povo cubano.

Subscvem este apelo, entre outros, em Portugal:

• **Armanda Fonseca** — Jurista, presidente da Associação Portugal-Cuba.

• **Artur Ramos** — Realizador de TV, Encenador Teatral.

• **Carlos do Carmo** — Músico.

• **Daniel Branco** — Presidente da Câmara Municipal de V. F. Xira.

• **Eduardo Chitas** — Professor Universitário da FLL.

• **Fernando Lopes-Graça** — Compositor.

• **Fernando Midões** — Realizador de TV.

• **Frederico Gama Carvalho** — Investigador, Presidente da Organização dos Trabalhadores Científicos (OTC).

• **Helder Coelho** — Professor Catedrático da UTL.

• **Helena Seródio** — Professora Universitária da FLL.

• **José Morais e Castro** — Actor.

• **José Saramago** — Escritor.

• **Luiz Francisco Rebello** — Presidente da Sociedade Portuguesa de Autores (SPA).

• **Manuel Gusmão** — Professor Universitário da FLL.

• **Manuel Ruas** — Realizador de Cinema e TV, Dirigente Sincial.

• **Orlando de Almeida** — Presidente da CM Amadora.

• **Pedro Vieira de Almeida** — Arquitecto.

• **Rego Mendes** — Vereador da CM Lisboa.

• **Rogério Paulo** — Actor.

• **Rosa Ventura** — Música, Dirigente Sindical.

• **Rui Godinho** — Vereador da CM Lisboa.

• **Urbano Tavares Rodrigues** — Escritor e Professor Universitário da FLL.

• **Vítor Sá** — Professor Universitário.

• **Zilda Carvalho** — Investigadora.



Ainda as seguintes personalidades, entre muitas, de outros países:

• **Ahmed Ben-Bella** — Antigo Presidente da República Argelina.

• **Alain Krivine** — Jornalista.

• **Alfonse Sastre** — Dramaturgo.

• **Claude Bourdet** — Jornalista.

• **Costa Gravas** — Cineasta.

• **Ernest Mandel** — Professor, dirigente da IV Internacional.

• **François Maspéro** — Escritor.

• **Georges Montaron** — Director do Témoignage Chrétien.

• **Gregor Gysi** — Presidente do PDS da Alemanha.

• **Günter Wallraff** — Escritor.

• **Jean Ferrat** — Cantor.

• **Jorge Amado** — Escritor.

• **Luís E. Mejia Godoy** — Cantor.

• **Luiz Inácio Lula da Silva** — Presidente do PT do Trabalho do Brasil.

• **Manuel Vasquez Montalban** — Escritor.

• **Maurice Barth** — Padre.

• **Miguel d'Escoto** — Secretário do FLP.

• **Régis Debray** — Escritor.

• **Siné** — Desenhador.

• **Wolinsky** — Desenhador.

• **Zundi Terzi** — OLP.

E também 72 deputados do Parlamento Europeu dos Grupos Socialista, Coligação de Esquerda Unida Europeia, Arco-Iris e Verdes de Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Bélgica, Alemanha, Holanda, Dinamarca, Inglaterra e Irlanda.

A estocada final na URSS

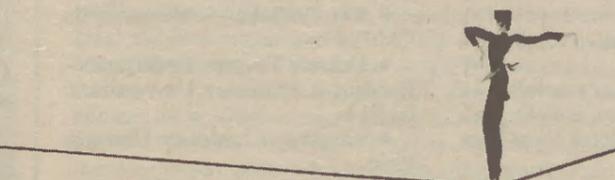
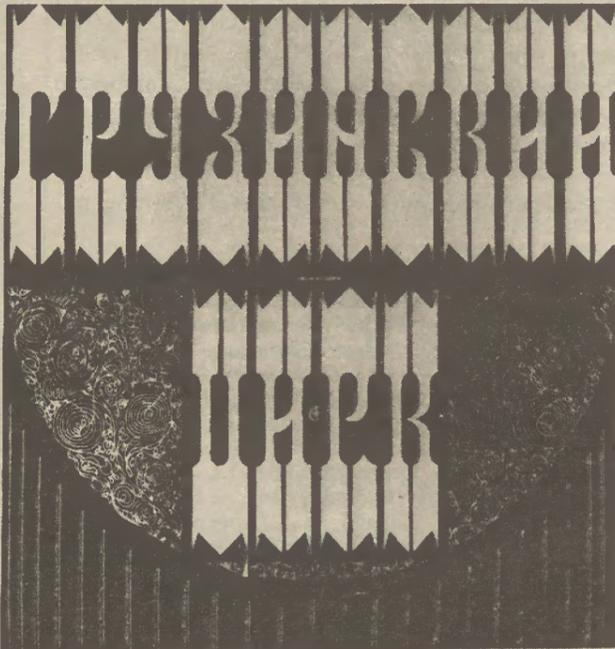
A desintegração do que foi a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que se vinha processando desde há anos (cujos momentos e factores essenciais terão de vir a ser historicamente considerados), chegou a seu termo, a nível de Estado e poder de Estado. A operação final de desmantelamento da URSS acelerou-se após o desfecho dos acontecimentos de 19-21 de Agosto - esse estranho *putsh* logo facilmente abortado, cuja real natureza e objectivos, implicados e fautores, estão ainda imersos na obscuridade, tanto mais opaca quanto foi tão claramente «transparente» a «informação», tipo CNN/Guerra do Golfo, de que foi objecto...

De qualquer modo, é evidente que a derrota do golpe de Agosto do Comité de Estado de Emergência serviu para «limpar o terreno», permitindo a tomada de medidas decisivas para consumir o desmantelamento da URSS - cuja manutenção renovada, como **União de Repúblicas Socialistas e Soviéticas**, fora todavia explicitamente decidida por uma maioria de mais de 76% dos eleitores no referendo de 17 de Março, apesar da enorme campanha pelo «não» de Eltsine e seus aliados internos e externos. Logo nos dias seguintes, o influente diário moscovita «**Komerçant**», representante de meios de negócios apoiantes de Eltsine, podia titular na sua primeira página: «Graças a Deus, a **perestroika** acabou!». E pouco depois o «**Kto Vinovet**», de Kiev, no seu nº 9 de 1991, já descaradamente rejubilava com o que chamava «a grande revolução capitalista de Agosto».

Reunido no início de Setembro (em condições de tão intolerável pressão sobre os deputados que até o insuspeito «**Konsomolskaia Pravda**», de 4 de Setembro, resumia a situação dizendo: «Primeiro um *putsh*, em seguida um golpe de Estado»), o Congresso dos Deputados do Povo da URSS muda de chofre - pela terceira vez num ano, o que bem reflecte a instabilidade institucional já prevalecente - todo o conjunto dos órgãos supremos do poder central da URSS. Além de retirar os poderes especiais que antes atribuíra ao Presidente da URSS, cria um Conselho de Estado (com os presidentes das repúblicas que desejassem participar), um novo figurino de Soviete Supremo (que já nada tem a ver com o seu anterior modelo constitucional), e um chamado Comité Económico Inter-republicano (em substituição, de forma *ad hoc* e diminuída, do Governo da URSS, o qual fora ainda não há muito laboriosamente eleito, ministro a ministro, pelo próprio parlamento). Para tornar as coisas ainda mais irreversíveis, o Congresso dos Deputados do Povo da URSS, até então instância suprema da legitimidade democrática constitucional, é levado a autodissolver-se... Já altos responsáveis diziam então que «a Constituição de facto já não tem mais razão de ser»... Por isso, pouco depois o especialista em assuntos da URSS Bernard Fréderik pode com razão constatar, no «**Le Monde Diplomatique**» de Outubro de 1991: «Sem ter jamais sido suspensa, a Constituição da URSS já não existe de facto. Os *putshistas* violaram-na, é uma evidência, mas o presidente federal, o da Rússia, e os das outras Repúblicas, também já lhe não ligam nada; eis o que é pouco conforme com um Estado de direito, mas é realmente enganar as pessoas pretender que este Estado tenha sido de direito.»

Com efeito, entretanto, rapidamente e em força, são remodelados, desorganizados ou mesmo liquidados outros esteios institucionais e políticos até aí fundamentais para a sobrevivência e defesa da integridade da URSS. O KGB é desmembrado e absorvido o seu fundamental pela Rússia. Faz-se uma substituição generalizada dos comandos das

Forças Armadas - com o esclarecedor episódio de o novo ministro da Defesa, Mosseiev, nomeado por Gorbachov, ser logo dois dias depois demitido e substituído por Chapochnikov, devido à oposição de Bush e Eltsine a Mosseiev, que para eles não era de confiança... Operação não menos decisiva, e para mais sem base legal ou constitucional, o PCUS é efectivamente liquidado de alto a baixo, primeiro com uma imediata «suspensão de actividade» sob pretexto de investigação ao envolvimento de alguns seus dirigentes no «golpe de Agosto», depois unilateralmente «dissolvido» por Eltsine na Federação russa, que se apropria de todos os seus bens e sedes, desde o edifício do Comité Central (onde Eltsine passa a ter o seu gabinete de trabalho), passando por todos os escalões intermédios até às empresas (onde aliás já meses antes também ilegalmente Eltsine proibira a sua actividade, assim como dos sindicatos). A autodemissão de secretário-geral de Gorbachov, e a prática impossibilitação de reunião do Comité Central do PCUS, desempenharam um papel de não pequeno relevo nesta operação drástica de liquidação do PCUS, o qual aliás já vivia perseguido e ilegalizado há meses nos Estados Bálticos, na



CARLOS ADORN INOLEZ
Membro do CCCQ

«(...) até o insuspeito «**Konsomolskaia Pravda**», de 4 de Setembro, resumia a situação dizendo: «Primeiro um *putsh*, em seguida um golpe de Estado» (...).»

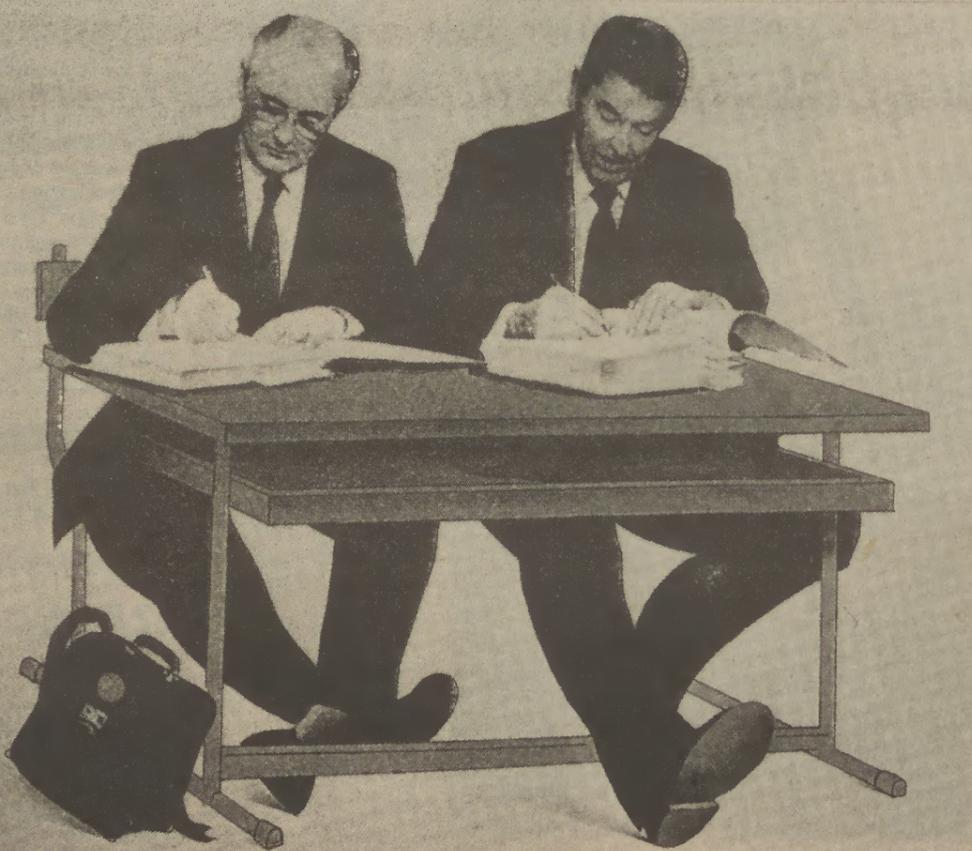
Geórgia, em várias outras regiões. As «investigações» vão-se arrastando indefinidamente, sob o terror moral e físico que agora se generaliza, para que na prática a destruição do PCUS se torne outro facto consumado.

Chamando a si cada vez mais poder, Eltsine faz-se atribuir plenos poderes em 1 de Novembro, para aplicar unilateralmente reformas económicas radicais (liberalização dos preços, privatizações...), à revelia do que acordara menos de duas semanas antes ao assinar o Tratado económico com 9 repúblicas e Gorbachov. Doravante, Eltsine pode governar por decretos, declaradamente mesmo contra a Constituição e as Leis, e os actos legais e legislativos que dificultam a aplicação das suas reformas podem ser por si suspensos; pode nomear (e nomeia de facto) prefeitos e governadores em substituição dos soviets eleitos; impõe o adiamento das eleições que deviam realizar-se em começo de Dezembro, vetando assim a decisão contrária do Soviete Supremo Russo. Os *Ukaz*es (decretos) de Eltsine sucedem-se freneticamente em todas as matérias: são já mais de 270... Eltsine resolve assumir directamente a chefia do Conselho de Ministros da Rússia, acumulando o cargo com o de Presidente da Federação russa. Dissolve por decreto cerca de 80 ministérios federais e absorve na Rússia os fundamentais. Toma conta dos recursos naturais e patrimoniais da URSS na Federação russa, põe a sua mão sobre o próprio *Gosbank* (Banco de Estado) e sobre o Banco de Comércio Externo da URSS, chantageia o poder central a propósito do financiamento do orçamento do Estado, em ruptura, assumindo directamente o pagamento dos funcionários e militares. Afirma a Rússia como «herdeira da URSS». Assim, com determinação e sem «legalismos», a Rússia de Eltsine (quer dizer, o seu círculo de interesses e colaboradores próximos) vai-se tornando o centro de força efectiva da União Soviética, relegando cada vez mais o Presidente da URSS, como seu refém, para um papel decorativo, manipulado e a prazo.

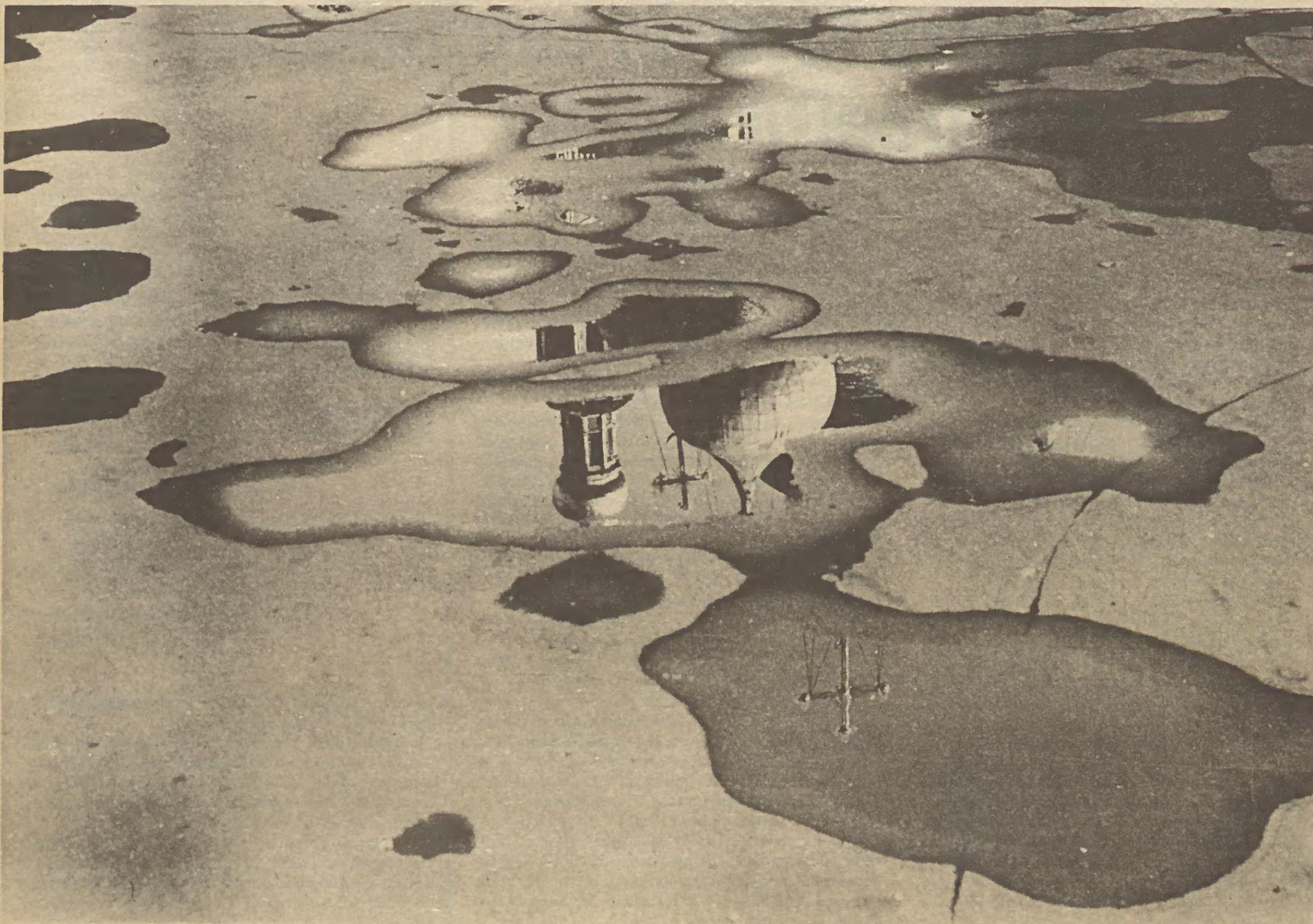
Elucidativa é a declaração de Eltsine, pondo claramente os pontos nos «is» sobre quem manda de facto, no Congresso de Deputados russos, em começos de Novembro: «Na Rússia, só há um poder: o Congresso e o Soviete Supremo da Rússia, o governo russo e o presidente russo». A ordem real era já a inversa, como vimos: tudo está subordinado a Eltsine. Também por essa altura Burbulis, vice-chefe do governo russo e braço-direito de Eltsine, pergunta intencionalmente a jornalistas estrangeiros: «Quanto mais tempo poderemos aceitar que haja no território russo dois presidentes e dois governos?», para de seguida definir maldosamente o papel que já então atribui ao Presidente da URSS: «Ficaremos encantados de ver M.Gorbachov continuar a fazer aquilo para que tem tão notável talento: falar muito e durante muito tempo...». Anatoli Sobtchak, presidente da Câmara da ex-Leninegrado, vai mesmo mais longe, prevenindo que o posto de Presidente da URSS vai em breve ser suprimido... Jan Krauze, correspondente do *Le Monde* em Moscovo, que relata estas declarações no seu artigo «URSS: o «centro» desintegrado», de 5 de Novembro, interroga-se pertinentemente: «Para quanto a estocada final?»

Voltando atrás no tempo, recorde-se que ainda em 18 de Outubro havia sido assinado, finalmente, um **Tratado de União Económica**, por 8 e depois mais 2 repúblicas das 12 que restavam, e que criava, no papel, um vago «espaço económico comum». Esse tratado, que se fundava, na sua filosofia, sobre «a propriedade privada, a liberdade de empresa e a concorrência» (ver *Le Monde Diplomatique*, Novembro de 1991), em medíocre imitação da CEE mas em contravenção clara da Constituição soviética, não passou todavia de um texto genérico, por falta das mais 20 leis e acordos que haveriam de lhe dar substância concreta. Na ausência de um centro coordenador executivo eficaz, sob a gerência frouxa de um Comité Económico Inter-republicano sem qualquer força real face às repúblicas, que afirmavam sucessivamente a sua independência, a deriva económica e social não podia senão acentuar-se ainda mais, aproximando-se do caos. E mesmo assim, até este tratado é desde logo posto em causa por vários signatários, incluindo a Rússia de Eltsine, que a seu respeito declara: «Claro, nós assinámos, mas não é o Evangelho»...

УРОКИ
НОВОГО
МЫШЛЕНИЯ



EM FOCO



Por isso, não é de espantar que o Tratado de renovação da União, tão laboriosamente elaborado por Gorbachov com os presidentes das repúblicas e que tinha marcada para 25 de Novembro a data de solene assinatura, esse já nem assinado é sequer... E todavia, também agora se tratava já de um esvaziado «mínimo denominador comum», uma **União de Estado Soberanos**, já não **socialistas** nem **soviéticos** como explicitamente decidira o referendo de Março! É que, para Eltsine e para outros, ainda seria uma **União**, e isso seria «demasiado centro» para as ambições hegemónicas. Para Eltsine, pela própria força objectiva das realidades, o único centro aceitável é a sua Rússia, ele próprio afinal.

Os acontecimentos vão rapidamente precipitar-se, a **estocada final** avizinha-se.

Em 1 de Dezembro, a Ucrânia vota a sua independência e o seu presidente, Kravtchuk, recusa definitivamente participar na tal «União de Estados Soberanos». Rapidamente sobrevem o encontro de Brest, entre Eltsine, Chuchkevitch (presidente do Soviete Supremo da Belarus, ex-Bielorrússia) e Kravtchuk, o qual estava previsto para celebrar um acordo de trocas comerciais entre a Federação Russa e a Belarus, depois completado com uma «troca de impressões» com Kravtchuk - mas que vai resultar (de improviso?, não!), Eltsine revela em entrevista ao «El País», de 18 de Dezembro, que os planos já tinham começado a ser traçados um ano antes, em Dezembro de 1990... em algo radical e qualitativamente diferente, naquilo que a quase generalizada opinião dos comentadores internacionais, e altas individualidades soviéticas, qualificam como um **autêntico golpe de Estado**: a sentença de morte da URSS como Estado.

Com efeito, o texto do **Acordo de Brest**, assinado em 8 de Outubro, sobre a constituição de uma «**Comunidade de Estados Independentes**», desde logo formada pelos Estados eslavos (Rússia, Ucrânia e Belarus), declarava nomeadamente: «A URSS como sujeito de direito internacional e realidade geopolítica cessa a sua existência» (preâmbulo); «A partir do momento da assinatura do Acordo, nos territórios dos Estados-membros não é admitida a aplicação das normas legais dos Estados terceiros, incluindo as da URSS» (Art. 11º); «Terminam as actividades dos órgãos da ex-URSS nos territórios dos Estados-membros da Comunidade» (final). É a própria evidência que tudo isto é ilegal e inconstitucional, num caracterizado golpe de Estado, realizado por homens que não possuíam qualquer mandato para tanto, mas que tinham a força, e as cumplicidades, para continuar a impor factos consumados impunemente...

É extremamente clarificador que, logo após a assinatura, Eltsine tenha telefonado a Bush a informá-lo, mas só várias horas depois o ainda Presidente da URSS fosse prevenido - afronta «inadmissível», diz Gorbachov em entrevista à **Time** (de 23 de Dezembro), onde em vão se lamenta: «Aqueles três repúblicas não têm nenhum direito de decla-

rar a União Soviética não-existente (...) Que espécie de democratas são esses? Como podem eles chamarem-se a si democratas?» E ainda, referindo-se à pronta reacção de James Baker, que declarara que a União Soviética já não existia, Gorbachov, com suma inocência, lamenta-se: «Enquanto nós estamos ainda a tentar resolver as coisas, os EUA parecem já saber tudo!»

Assim, num primeiro tempo, Gorbachov reage considerando aquelas decisões ilegais e que era necessário convocar o Congresso dos Deputados do Povo da URSS e realizar um referendo. Um dos seus assessores mais próximos, Chakhnazarov, declara mesmo que se trata de um «puro golpe de Estado». Aliás, o Comité de Controlo Constitucional da URSS considerou que o anúncio da morte da URSS e a recusa de aplicar as leis soviéticas não têm qualquer valor jurídico. Mas rapidamente, num segundo tempo, após novo encontro com Eltsine, já este pode declarar que «a sua ati-

tude (de Gorbachov) está a mudar...». E com efeito, é Gorbachov que já diz que «tudo está a correr conforme prevê a Constituição. Quando a situação muda, a mudança deve ficar registada num acordo apropriado. Sobre este ponto há um entendimento total» (**Público**, 17 Dez. 1991). O importante agora é o **registo do óbito**, porque o óbito é já um facto consumado...

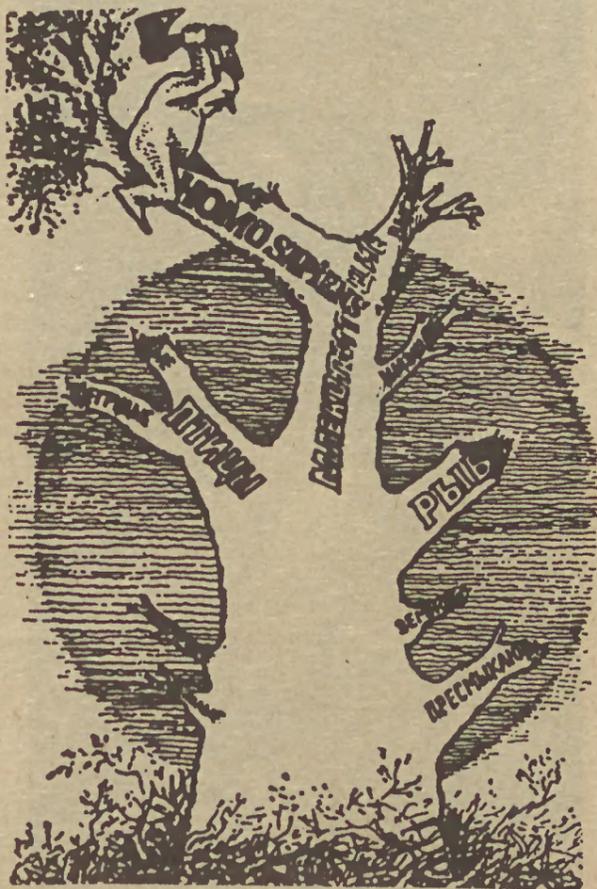
Eltsine, que antes de ir para Brest obtivera «de antemão» apoio de Chapochnikov (**Público**, 12 Dez. 1991), volta a encontrar-se com os comandos das Forças Armadas, prometendo-lhes assegurar os salários dos militares e aumentar os oficiais para o dobro, ir resolver os gravíssimos problemas sociais que os perturbam, etc. E depois disso, pode ir ao Soviete Supremo russo declarar vitoriosamente: «O Exército está connosco».

E sendo assim, não perde tempo: declara o fim do Comité Económico Inter-republicano (governo da URSS); a reunião do Conselho de Estado é adiada **sine die**; o Soviete Supremo da URSS, que Gorbachov queria reunir «para garantir a constitucionalidade do processo», é boicotado, deixando-o sem **quorum** para deliberar. Os órgãos supremos do Estado são riscados do mapa do poder efectivo. Resta ainda, formalmente, como um «fantasma», o Presidente da URSS - até quando e para quê? Para que, e até que, possa ainda servir a Eltsine para dar uma aparência «civilizada» ao golpe de Estado realizado. Assim o aconselham, aliás, os seus amigos estrangeiros: Baker na sua viagem aplanar os últimos escolhos para a «transição pacífica»...

O **Encontro de Alma-Ata**, a 21 de Dezembro, em que as outras repúblicas, pela voz dos seus presidentes, se declaram por sua vez «co-fundadoras» da nova «Comunidade de Estados Independentes» já nascida a 8 de Dezembro em Brest - entidade contudo ainda vaga e de funcionamento indefinido - serve para que essas repúblicas não percamos o comboio, mas serve sobretudo para consolidar o poder de Eltsine e o papel hegemónico da Rússia, a quem é atribuído o lugar da URSS no Conselho de Segurança na ONU, enquanto Chapochnikov é escolhido para Comandante Supremo das Forças Armadas, despojando Gorbachov dessa ainda fictícia função e da posse da «pasta negra» dos códigos nucleares.

E finalmente, a 25 de Dezembro, Gorbachov deixa publicamente de ser aquilo que já há muito de facto não era, Presidente de uma URSS que não morreu de morte natural, antes foi assassinada.

Nas fábricas, nos campos, nas escolas, por todos os territórios da ex-União Soviética, ficarão contudo os seus povos, e serão eles que, mais tarde ou mais cedo, hão-de vir a determinar o seu futuro, não segundo os planos dos liquidatários da URSS, mas segundo os seus próprios interesses e anseios, o seu trabalho e a sua luta, solidários com os dos trabalhadores e dos povos do mundo inteiro.



A outra face do capitalismo no Terceiro Mundo

Na aguda luta entre o ideal socialista e o capitalista é necessário ter em conta o destino de centenas e centenas de milhões de seres humanos a quem o sistema capitalista não assegura as mais elementares condições de vida humana.

No final deste século há um conjunto de países, abrangendo grandes proporções de continentes inteiros, cujas perspectivas de desenvolvimento socioeconómico são nulas.

Gigantes como o Brasil, a Argentina, a Nigéria, o Sudão ou a Índia enfrentam crises económicas, sociais e políticas das quais é praticamente impossível saírem a curto ou a médio prazos.

Num momento em que sobressai o desmoronamento do Centro e do Leste europeus, com o colapso daquele modelo socialista, creio ser justo fazer comparações. E compare-se, então, o Brasil, independente desde 1820, com todas as suas riquezas, esse Brasil que podia ser um continente, com a Bulgária, país também ele dominado durante séculos e cuja independência foi reconhecida no fim do século XIX.

A Bulgária socialista fez, desde 1945, coisas que o Brasil, super-rico, não fez em quase dois séculos.

A fome e a miséria que alastram pelo Brasil, ou pela Índia, ou pela Nigéria, não podem comparar-se com as privações mais ou menos duras que enfrentam búlgaros, romenos ou outros cidadãos de outros países socialistas.

O capitalismo não é apenas Bruxelas, Paris, Roma, Tóquio ou Nova Iorque. Essas montras do capitalismo são sustentadas por gigantescos armazéns de pobreza que fornecem no Terceiro Mundo lucros espectaculares, baseados em mão-de-obra baratíssima, matérias-primas ao desbarato, fuga de cérebros, negócios sujos de drogas e armamentos, que drenam as frágeis economias do Terceiro Mundo.

É justo perguntar-se: haveria a estabilidade no centro do capitalismo se não existissem na periferia as favelas do Brasil, os bairros de lata de Kinshasa, os milhões de seres humanos que, na América Latina, na África, na Ásia, vivem por uma tigela de arroz, por um punhado de feijões, sem os alcançar?

Não está desligada a «fatura» do Ocidente com a miséria e a fome do Terceiro Mundo. O santo mercado gera, no centro, estabilidade e desenvolvimento, mas, na periferia, gera o caos e a tragédia.

O facto de a UEO e a NATO repetidamente afirmarem que o perigo vem do Sul (após a dissolução do Tratado de Varsóvia), tais afirmações não confirmam essa consciência ocidental da necessidade de «pacificar» ou «domesticar» o Terceiro Mundo, de molde a mantê-lo na órbita dos interesses dos diferentes blocos?

Só uma **Nova Ordem Económica Internacional**, que assente numa relação de troca muito mais justa, pode permitir aos países do Terceiro Mundo encontrar vias que os façam sair da gravíssima crise que atravessam.

A situação, que continua a deteriorar-se, é responsável pela fuga e imigrações de milhões de árabes, africanos e muçulmanos para países da CEE que, uma vez aí, realizam, na divisão do trabalho reinante, os piores trabalhos, que são os mais mal pagos.

Apesar dos avanços do capitalismo, são conhecidos factores de crise que varrem hoje, sob a forma de recessão, países como os EUA, a Grã-Bretanha, o Canadá, a Nova Zelândia e a Austrália. Neste quadro, essa degradação é fundamento para as ondas de racismo e xenofobia que atravessam muitos dos países ocidentais.

Grupos de recorte fascista, bandos que praticam crimes contra os estrangeiros, profanação de cemitérios de judeus, assassinatos de jovens dirigentes de partidos de esquerda, são os sintomas dessa crise.

Os trabalhadores do Terceiro Mundo, que não encontram saída nos seus países, procuram no Ocidente meio de sobreviver, sujeitando-se em muitos casos a uma vida (em termos europeus), abaixo do mínimo de dignidade humana.

Os partidos comunistas e outros partidos de esquerda, os sindicatos, os municípios dirigidos por eleitos de esquerda têm uma enorme responsabilidade face aos trabalhadores imigrantes.

Cooperação

Há que encontrar formas de cooperação política que possibilitem a integração plena destes milhões de trabalhadores, que os levem a estar ao lado dos outros trabalhadores, por políticas de progresso social que criem novos espaços de liberdade e democracia nos terrenos político, económico, social e cultural

Constitui um **novo e actual desafio**, face às políticas intervencionistas do Ocidente, a **capacidade de as forças progressistas e revolucionárias do Ocidente e do Terceiro Mundo reforçarem a sua solidariedade e cooperação.**

Face ao alastramento da xenofobia e do racismo, só a cooperação entre as forças de esquerda de cada país e forças representativas dos trabalhadores imigrantes criará condições para derrotar a extrema-direita que se esconde por detrás do racismo.

O crescente envolvimento militar do país, tendo em conta a nova importância geo-estratégica que pode vir a ter o flanco Sul da Europa (face à descompressão no Centro da Europa), **exige o relançamento de um forte e prestigiado movimento de opinião nacional em torno de uma política antimilitarista, de paz e cooperação com todos os povos.**

Situado à entrada do Mediterrâneo, ligado à civilização árabe por laços de sangue e História, Portugal e o povo português estão interessados numa política de cooperação e não numa política de confronto e de hostilidade com os povos árabes, africanos e de todo o mundo.

Portugal está interessado na solução do problema palestino, com o reconhecimento dos direitos nacionais palestinos, incluindo o direito à independência; na solução do problema cipriota; numa política que impeça a «libanização» de África, e antes de respeito pelas fronteiras actuais; em suma, **numa política de paz e amizade com todos os povos.**

Como ficou demonstrado com o massacre de Santa Cruz, em Timor, no coração da Juventude não morreu a generosidade e a solidariedade.

Há condições para manter a pressão que, no quadro de um vasto movimento plural e independente das mais diversas forças, associações e individualidades, impeça a morte desse movimento de apoio à luta do povo maubere.

O Partido deve saber agir de modo a que os jovens comunistas (estudantes ou trabalhadores), que os intelectuais, que os seus militantes ajam ainda mais solidariamente com os povos carentes do Terceiro Mundo. Essa solidariedade activa, sendo justa, é também um importante contributo à luta contra o racismo, a xenofobia e a extrema-direita.

A campanha de solidariedade do PCP com o povo de Angola e com o MPLA, **que visa recolher vestuário e calçado**, pode ir muito longe, bastando, para o efeito, que nos debruçemos um pouco mais sobre esta importante frente de luta e que a saibamos levar mais longe, dentro e fora do Partido.

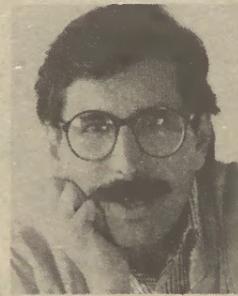
À onda de xenofobia, racismo e fascismo, devemos nós contrapor uma onda fraterna, de amizade e solidariedade, de paz e cooperação, que faça do Mundo um local mais justo para se viver.

Com a força, o empenho e o entusiasmo dos comunistas, essa onda pode atingir toda a dimensão necessária ao momento presente.

«Ocidente» versus Terceiro Mundo

Depois da derrota do socialismo no Centro e no Leste da Europa agravaram-se as contradições dos países capitalistas desenvolvidos com o Terceiro Mundo.

Os enormes mercados do Terceiro Mundo, as suas reservas de matérias-primas e de mão-de-obra baratas, a ex-



DOMINGOS LOPES
Suplente do CC do PCP

«O capitalismo não é apenas Bruxelas, Paris, Roma, Tóquio ou Nova Iorque. Essas montras do capitalismo são sustentadas por gigantescos armazéns de pobreza que fornecem no Terceiro Mundo lucros espectaculares, baseados em mão-de-obra baratíssima, matérias-primas ao desbarato, fuga de cérebros, negócios sujos de drogas e armamentos, que drenam as frágeis economias do Terceiro Mundo.»

portação de capitais, são factor de competição acirrada entre a CEE, o Japão e os EUA.

A guerra do Golfo também esteve ligada a essa disputa. Através dessa guerra os EUA impuseram à CEE, ao Japão, a sua supremacia numa zona vital no plano geo-estratégico.

As manifestações dessa rivalidade estão patentes, entre outros aspectos, nas discussões em torno do papel da NATO, do alargamento do seu eixo de acção, na criação de um pilar militar europeu a partir da UEO, das alterações das constituições do Japão e da RFA, de modo a permitirem a estes dois países intervir militarmente fora das suas fronteiras.

As decisões de Maastricht confirmaram a tendência para transformar gradualmente a CEE num novo bloco militar autónomo.

Até ao desmoronamento da URSS o mundo parecia caminhar para um maior equilíbrio e, através de um processo cheio de contradições, com avanços e recuos, para um desarmamento gradual e progressivo.

Neste momento, é difícil manter esta afirmação. Assiste-se a uma disputa no lado ocidental, com destaque para a corrida no domínio intervencionista. O afundamento do Tratado de Varsóvia e o seu desaparecimento não deram origem ao natural desaparecimento da NATO, mas antes estão a dar lugar ao seu reforço.

Apesar do desaparecimento do Tratado de Varsóvia, da URSS, que antes serviam de pretexto para a política belicista dos EUA e da NATO, o certo é que essa política se mantém em muitos dos graves conflitos que marcam os tempos actuais.

Se a Palestina se mantinha ocupada, se em El Salvador os EUA apoiavam a ditadura, e na Nicarágua apoiavam os «contra», se o racismo se mantinha, entre outras justificações, para não alargar o espaço de influência do comunismo, que motivos existem hoje que mostrem não serem falsos tais «argumentos»?

Vinte anos de dura luta pela independência da Palestina não comovem o Ocidente, mas umas tantas manifestações no Báltico, mais um *referendum*, e a independência é reconhecida...

Anos e anos de ajuda à subversão e ao terrorismo puro da Renamo e da Unita em nome do multipartidarismo em Moçambique e em Angola, décadas de apoio à completa e total ausência de liberdades na África do Sul, ou décadas de apoio a Mobutu ou a outros ditadores e ditaduras no Terceiro Mundo, com relevo especial ao apoio dos EUA a Pinochet...

Em El Salvador, na Indonésia, na Turquia, não era possível prosseguir aquelas políticas de repressão sem o apoio dos EUA e do Ocidente. Mas os olhos dos EUA e do Ocidente estavam fixos no modo de destruir regimes de orientação progressista, com base no pretexto de que eram regimes de partido único, como se o não fossem os da Arábia Saudita, do Chile, do Kuwait, do Zaire, da África do Sul, de El Salvador ou da Guatemala, etc....

Foi e é a política dos EUA e das organizações político-financeiras internacionais, que eles influenciam decisivamente (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial), que são responsáveis pela situação de tragédia em que se encontra o Terceiro Mundo.

A miséria e fome que martirizam a vida dos povos de países riquíssimos, como o Zaire, a Venezuela, o Brasil, a Argentina, não auguram nada de bom, antes pré-anunciam grandes explosões sociais.

Os assaltos e pilhagens na Venezuela, no Brasil, no Zaire, no México são testemunhos dessa explosão sempre à espreita.

Gazetilha

Previsão

O Professor Cavaco está contente porque, não tarda, é o novo presidente dos doze grandalhões da CEE. Aumentam as farroncas.

Esperem pelas broncas...

Vicente sente

Diz o Vicente que morreram nesta idade as ideologias, e que a Sociedade (pasma!) a Sociedade se autogere.

Vicente, não será um autoclister?...

Epigrama

Milhões de contos, então, deve o Governo às farmácias... Eu creio que são falácias das forças da Oposição.

Mas, inda mesmo que não, deixemo-nos de falácias: Para que são as farmácias? Não basta a televisão?...

Inflexão

A OCDE em análise de bronze diz que a nossa inflação vai para onze. Braga não se comove jura que vai a nove. O Governo, porém, tem suas leis: paga, para acompanhar a inflação, a seis...

Inflação tira peruca, põe peruca.

Há aí telenovela mais maluca?

Quem manda?...

Entram o Roquete e o Espírito Santo (digníssimos banqueiros desta praça) com um balúrdio de massa para um monopólio de jornais, e tanto!

Depois do que se vê quem mande e vença leitores meus, quem há-de dizer que na Imprensa não há mais liberdade?

Claro que há, ora bem. Mas pra quem? Mas pra quem?...

História

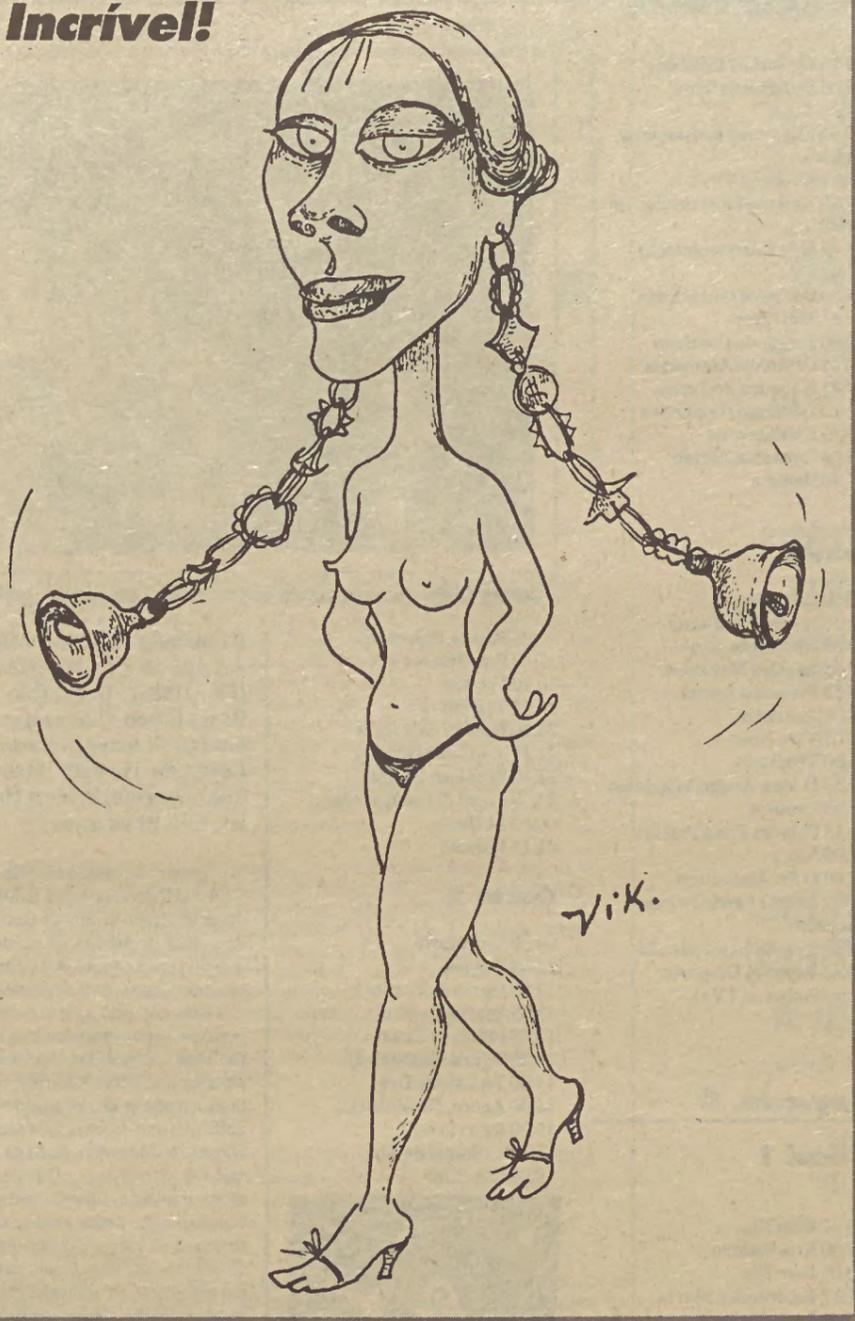
O chefe da NATO diz que sou amigo e obrigado. Eu, que sou homem honrado, grito: «Deus, o que é que eu fiz?»

Felizmente pra mim, foi sonho meu. Mas aqui a um vizinho, aconteceu.

■ **IGNOTUS SUM**

PONTOS CARDEAIS

Incrível!



Crimes

Segundo a polícia de Praga, capital da Checoslováquia, a totalidade dos crimes registados na cidade duplicou após a deposição do regime socialista há dois anos, enquanto a criminalidade nas ruas quintuplicou. «As pessoas regressam constantemente ao hotel sem as carteiras e as malas», afirma uma rececionista do hotel Jalta, situado na praça de S. Venceslau, no centro da cidade, que por seu lado se tornou «o antro favorito de carteiristas, ladrões e prostitutas». Curiosos são, entretanto, os raciocínios expendidos a propósito por Pavel Tigrid, conselheiro político do actual presidente Vaclav Havel. Para ele, «as pessoas perderam o que antes aqui era da maior conveniência - o medo da polícia», o que não o impede de propor mais adiante (aliás já o aconselhou ao governo) um combate à inesperada criminalidade através da introdução maciça de... patrulhas de bairro à paisana. Trata-se de uma congeminção algo ortorrómbica para um problema manifestamente bicudo: se o que travava a criminalidade na Checoslováquia era o medo da polícia, então por que introduzir mais efectivos à paisana? Não seria mais eficaz fardá-los? E desde quando é que o medo da

polícia trava a criminalidade, como abundantemente nos prova qualquer filme de Hollywood ou noticiário televisivo? Não serão outras, e mais sérias que as fardas, as razões que estimulam a marginalidade e o banditismo, como o desemprego, a fome, a voragem consumista, o individualismo exacerbado, a injustiça económica, social, cultural e etc., etc.?!

E nada de confundir as coisas, como também faz o senhor Tigrid (que até passou os últimos 40 anos em França...), considerando que o crime é um «preço» a pagar pela introdução das liberdades. Não é a liberdade que engendra o crime, mas a exploração, a injustiça e a miséria, elas próprias crimes maiores contra a humanidade - na Checoslováquia ou em qualquer parte do mundo...

A divina

Imelda Marcos, a viúva do ex-ditador das Filipinas, Ferdinand Marcos, após ter demonstrado a sua profunda dedicação ao povo e ao país fugindo para o estrangeiro com muitos milhões de dólares e deixando para trás o que não pôde levar, nomeadamente os seus não sei quantos milhares de pares de sapatos, regressou agora à bolina do regime democrático que se procura consolidar nas Filipinas, passado que está o perigo de

ser - como merecia - julgada pelos numerosos e vários crimes de que foi protagonista, conivente e usufrutuária no tempo da ditadura do seu marido. E tão segura está da impunidade que já prepara o regresso ao poder através da sua candidatura à presidência do país, encabeçando o partido do ex-ditador, o KBL (de quem se diz «mãe»), parecendo igualmente convencida da vitória ao afirmar que «tomar conta de um povo necessitado é um mandato divino».

Lá necessitado está, o povo das Filipinas, sobretudo por causa do saque e da exploração desenfreada que lhe impuseram a família Marcos e apaniguados durante 20 anos de feroz ditadura. Daí que esta candidatura do KBL à presidência das Filipinas nas eleições de 1992 seja, adequada e simultaneamente, uma coisa «divina» e filha da «mãe»...

Dedicações

Eduard Chevardnaze, o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, confessou numa entrevista ao diário italiano «Corriere della Sera» que «se estivesse no lugar dos ocidentais estaria aterrorizado com o que poderá suceder na ex-URSS em termos de controlo do potencial nuclear, já que, numa situação de instabilidade geral, tudo, pode acontecer».

frases da Semana

«O último relatório (da OCDE) sobre a economia portuguesa enquadra-se claramente nesta tradição (conclusões que incorporam análises de grande rigor e, por vezes, também de particular dureza sobre a economia) e, embora sejam evitadas, entre outras, referências expressas ao eleitoralismo da política seguida ao longo de 1990 e 91, pode encontrar-se nele análises fundamentadas que querem dizer exactamente o mesmo. Lá se diz, por exemplo, a páginas tantas, que «a política orçamental... tomou um caminho expansionista pouco apropriado em 1990 e 1991.»

✉ (Francisco Melro — «O Relatório» — Suplemento «Economia» — «Público», 30.12.91)

«A ideia de que a cultura se tem de pagar a si própria, que entrou em Portugal há uns seis anos, é uma hipocrisia, se não partir de uma situação de largos investimentos, capazes de possibilitar a rentabilização do enorme e inaproveitado capital da nossa arte.»

✉ (Maria Alice Beaumont, ex-Directora do Museu Nacional de Arte Antiga — «Público», 30.12.91)

«O objectivo principal da CEI foi afastar Gorbatchov como figura política, o que foi conseguido. Agora terão de ser elaborados mecanismos de concertação, mas já sem Gorbatchov. No fundo, Brest e, agora, Alma-Ata são apenas declarações de intenções sem mecanismos de implantação, os quais terão de ser criados.»

✉ (Nikolai Travkin, Presidente do Partido Democrático russo — «Expresso», 28.12.91)

«As pessoas escondem cada vez mais o que pensam — perante um gravador qualquer político é a favor do acordo de Brest e de Ieltsin, e sem o gravador não. O medo regressa à sociedade.»

✉ (Idem)

«Ficará ligado a um período de ouro das obras públicas em Portugal, só comparável à época de D. João V, ao fontismo e ao tempo de Duarte Pacheco. (...) Construiu e inaugurou tanto, que a partir de certa altura o Governo se envergonhou de publicitar as inaugurações — e começou a abrir ao tráfego auto-estradas e pontes sem qualquer cerimónia oficial.»

✉ (José António Saraiva, sobre Ferreira do Amaral — «Política à Portuguesa» — «Expresso», 28.12.91)

Televisão

Filmes na TV

Sexta, 3

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Comboio das Loucuras (ver «Filmes na TV»)
16.15 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.10 Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos (ver «Filmes na TV»)
22.50 Cheers, Aquele Bar
23.15 24 Horas
23.50 Remate
00.15 Saber de mais é Perigoso (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Inglês
12.45 Sonhos de Rock
13.00 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.05 Burlescos
17.30 A Raça Humana
18.00 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.25 B. I.
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.35 A Árvore
22.30 Pantanal
24.00 Rotações
01.15 Visões

Sábado, 4

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 André Topa Tudo no País dos Gigantes
14.20 A Guerra dos Mundos
15.10 Tears For Fears
16.05 Boneca de Luxo (ver «Filmes na TV»)
18.00 Em Terras da Índia
18.50 Paraíso
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Kananga do Japão
23.00 Casa Cheia
23.45 O Desertor (ver «Filmes na TV»)
01.25 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.10 Agarra o 2
14.10 O Salário do Medo (ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio
18.00 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.05 As Teias da Lei

Domingo, 5

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.25 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias

13.15 Os Jovens Cowboys
14.00 Desafios da Vida
14.55 Top+
15.45 Fuga para a Montanha Mágica (ver «Filmes na TV»)
17.20 As Aventuras do Cavalo Preto
17.45 ET - Entretenimento Total
18.50 Os Golos da Jornada
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Kananga do Japão
22.20 Domingo Desportivo
23.35 Confessional
00.30 Conversa Afiada
01.40 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Revolução Azul
10.55 Regiões Magazine
11.55 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
18.30 O Meu Amigo Mordomo
19.25 Crónica
20.15 Palavra Puxa Palavra
21.00 Nós 2
22.00 O Sr. Almaniaco
22.05 Artes e Letras: «Luís Pacheco»
22.55 Três Bilhetes para 26
00.40 Especial Desporto (ver «Filmes na TV»)

Segunda, 6

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sobrevivência
14.00 Brinca Brincando
14.35 Ohms (ver «Filmes na TV»)
16.20 Ponto por Ponto (ver «Filmes na TV»)
17.00 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.15 O Preço Certo
22.40 As Noivas de Cristo
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Alemão
12.45 Sonhos de Rock
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.45 As Aventuras de Black Beauty
17.00 Aventuras
18.00 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.55 Estilo Britânico
21.00 Jornal das Nove
21.35 Teatro — «Desejo sob os Ulmeiros»
00.25 Especial Desporto

Terça, 7

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
12.05 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Nave Terra
14.00 Brinca Brincando
14.35 Unidos para Além da Morte (ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto



«Cotton Club», um excelente espectáculo com alguns problemas de ritmos...

17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
22.20 Rainha da Sucata
21.15 A Lei de Murphy
22.10 Primeira Página
23.10 Carol & Companhia
00.40 24 Horas
01.15 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 Goolies
12.20 Curso de Francês
12.35 Sonhos de Rock
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.30 Tribunal de Júri
18.00 Clip Club



18.35 Eterno Feminino
19.25 Cinemazine
19.55 O Grande Sonho
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.00 Sem Eira Nem Beira (ver «Filmes na TV»)
23.50 Pop Off
00.25 Especial Desporto

Quarta, 8

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca, Brincando
14.35 Heróis de Telemark (ver «Filmes na TV»)
16.45 Tu Cá, Tu Lá
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.25 Cotton Club (ver «Filmes na TV»)
23.50 24 Horas
00.25 Remate

Canal 2

12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Inglês
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2
16.35 O Caminho das Estrelas
17.20 Linha, a Quanto Obrigas
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.15 Uma Questão de Palavras
19.40 Bernstein: Concerto para Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.35 Carlos Cruz: Quarta-feira
22.40 S. Tomé e Príncipe
23.30 O Planeta Selvagem (ver «Filmes na TV»)
00.20 Especial Desporto

O Comboio das Loucuras
«Chattanooga Choo Choo» (EUA/1984). Realização de Bruce Bilson. Interpretação: George Kennedy, Barbara Eden, Joe Namath, Melissa Sue Anderson, Bridget Hanley. Cor, 99 minutos.

Quem viu recentemente na RTP a «História de Glenn Miller» dever ter ficado no ouvido com um dos «sons de marca» da banda, o arranjo para a canção «Chattanooga Choo Choo», de Cole Porter.

Esta comédia, que tem como principal protagonista um dos rostos mais conhecidos do cinema americano, George Kennedy, conta as aventuras de um jogador de golfe que tem de fazer uma última viagem de 24 horas, a partir da Estação de Pensilvânia, naquele famoso comboio (que inspirou a canção), para poder ganhar uma fortuna de herança. Um bom naipe de actores não chega para salvar um argumento tão limitado, embora proporcione alguns momentos de diversão.

(Sexta, 14.35, Canal 1)

Mulheres à Beira de Um Ataque de Nervos
«Mujeres al Borde de un Ataque de Nervios» (Esp./1988). Realização de Pedro Almodóvar. Interpretação: Carmen Maura, António Banderas, Julieta Serrano. Cor, 88 minutos.

Se as vozes, em tom elevado e falando castelhano, é algo que irrita, por boas e muitas más razões, delicados (e por vezes frustrados) ouvidos lusitanos, o facto é que o brilhantismo de Almodóvar — e a sua capacidade e invenção para gozar com os melodramas tremendos, em casa própria — lhe conferem uma alta mestria no domínio da sátira aos costumes e mentalidades que bem conhece, sobretudo aqui, num retrato implacável da Espanha pós-franquista. Algum frenesim sem limites do realizador iria posteriormente subverter, e porventura desbaratar, o seu talento natural, mas este é o melhor «ataque de nervos» que já teve, garantindo-lhe, mesmo, projecção internacional e a nomeação para o Oscar do Melhor Filme Estrangeiro de 1988.

(Sexta, 21.10, Canal 1)

Saber de Mais é Perigoso
«Bellman & True» (G. Bret./1988). Realização de Richard Loncraine. Interpretação: Bernard Hill, Derek Newark, Richard Hope, Ken Bones, Frances Tomelty, Kieran O'Brien. Cor, 118 minutos.

Um programador de computadores é levado a associar-se, inadvertidamente, a um grupo de criminosos quando, após o rapto de um enteado, o forçam a prestar-lhes os seus conhecimentos informáticos para o roubo de um banco. As referências falam de um filme subestimado e interessante que ultrapassa

o género do «thriller» policial para se aventurar pelos caminhos do «cinema social», aliás, com excelentes tradições britânicas. A confirmar.

(Sexta, 00.15, Canal 1)

O Salário do Medo
«Le Salaire de La Peur» (Fr./It./1933). Realização de Henri-Georges Clouzot. Interpretação: Yves Montand, Charles Vanel, Folco Lulli, Peter Van Eyck, Vera Clouzot. P/B, 135 minutos.

O passar dos anos não deve ter envelhecido este filme negro de intenso «suspense» que conta a história de um grupo de aventureiros que, para escaparem à extrema e violenta dureza da pesada atmosfera de um país situado algures na América Central, aceitam a tarefa «impossível» de transportar, através de uma paisagem selvagem e ardilosa, dois camiões carregados de nitroglicerina destinada a extinguir um gigantesco incêndio num poço de petróleo. Com uma fotografia fabulosa de Armand Thirard e uma grande realização de Clouzot, este é o filme na consagração, no cinema, de Yves Montand. Grande Prémio do Festival de Cannes de 1953.

(Sábado, 14.10, Canal 2)

Boneca de Luxo
«Breakfast at Tiffany's». Realização de Blake Edwards. Interpretação: Audrey Hepburn, George Peppard, Patricia Neal, Mickey Rooney, Buddy Ebsen. Cor, 110 minutos.

A tarde de cinema deste sábado, iniciada com o pesado «Salário do Medo», encerra, leve e ligeira, com este agradável filme de Blake Edwards, magnificamente interpretado por Audrey Hepburn e cantando, ainda, com a surpresa de Mickey Rooney na figura de um «japonês». O argumento é uma adaptação de um romance de Truman Capote e na banda sonora, de Henry Mancini, o realce vai para a canção «Moon River».

(Sábado, 16.05, Canal 2)

O Desertor
«Rebel» (Austrália/1985). Realização de Michael Jenkins. Interpretação: Matt Dillon, Debbie Byrne, Bryan Brown, Bill Hunter, Ray Barrett, Julie Nihill, Hohn O'May. Cor, 90 minutos.

Adaptado ao cinema a partir de uma peça de Bob Herbert, este filme australiano foca a história de amor entre um soldado americano, desertor de Guadalcanal, e uma jovem cantora de cabaret australiana. Mistura de filme dramático e musical, a principal falha é o papel, totalmente errado, atribuído a Matt Dillon.

(Sábado, 23.45, Canal 1)

Fuga Para a Montanha Mágica
«Escape to Witch Mountain» (EUA/1974). Realização de John Hough. Interpretação: Eddie Albert, Ray Milland, Donald Pleasence, Kim Richards, Ike Eisenmann. Cor, 94 minutos.

Filme de mistério e fantasia, é um produto acabado dos estúdios Disney e conta a história de duas crianças, com misteriosos poderes, tentando descobrir as suas origens (algures no universo) enquanto são perseguidas por um tenebroso milionário (Ray Milland) que pretende utilizar as capacidades extraordinárias das crianças para atingir os seus próprios fins. Espectáculo de puro divertimento, o êxito justificou a seqüela «Return From Witch Mountain».

(Domingo, 15.45, Canal 1)

Três bilhetes para 26
«Trois Places pour le 26» (Fr./1988). Realização de Jacques Demy. Interpretação: Yves Montand, Mathilda May, Françoise Fabian, Patrick Fierry, Catriona MacColl, Paul Guers. Cor, 102 minutos.

Com «Os Chapéus de Chuva de Cherbourg» ou «As Donzelas de Rocheforts», o realizador francês Jacques Demy conseguiu, com enorme talento, alcançar o «impossível», mesmo no terreno da *nouvelle-vague*: criar, para o cinema europeu, a alternativa à comédia musical clássica norte-americana. Sabendo rodear-se da imaginação transbordante de um compositor polivalente (Michel Legrand), com provas dadas na(s) matéria(s) musical(is) e de um notável grupo de cantores e bailarinos da sua «entourage», a própria narrativa dos seus filmes, com a construção dos diálogos totalmente cantados na partitura-contínua de suporte, dava ao seu cinema o toque da originalidade. Aparentemente cantando, à partida, com potencialidades idênticas para a construção deste filme (com Montand num papel autobiográfico), o resultado, no entanto, deixa bastante a desejar, o que é pena pois se trata da última obra de Demy.

(Domingo, 22.55, Canal 2)

OHMS
«Ohms» (EUA/1980). Realização de Dick Lowry. Interpretação: Ralph Waite, David Birney, Talia Balsam, Dixie Carter, Cameron Mitchell. Cor, 100 minutos.

Telefilme bem intencionado sobre a problemática ecológica, centra-se sobre a luta de dois activistas contra uma grande empresa que pretende fazer passar uma linha eléctrica de um milhão de volts pelo interior de uma fazenda.

(Segunda, 14.35, Canal 1)

Unidos Para Além da Morte

«Fanny By Gaslight» (G: Bret./1944). Realização de Anthony Asquith. Interpretação: Phyllis Calvert, James Mason, Stewart Granger, Wilfried Lawson, Jean Kent. P/B, 108 minutos.

Um aristocrata psicopata tenta dominar as vidas dos outros e seduz a filha ilegítima de um ministro. Drama victoriano, filme de reconstituição de época tipicamente britânico, o desenvolvimento, algo lento, atenua grandemente a sua efectividade.

(Terça, 14.35, Canal 1)

Sem Eira Nem Beira

«Sans Toi ni Loi» (Fr./1985). Realização de Agnès Varda. Interpretação: Sandrine Bonnaire, Macha Méril, Stéphane Freiss, Yolanda Moreau. Cor, 105 minutos.

Numa manhã de Inverno, uma jovem vagabunda é encontrada morta pelo frio. Chamava-se Mona. De quem se tratava? O filme é construído na base de depoimentos desconstruídos de testemunhas com quem conviveu nos últimos meses de vida. Dirigido por Agnès Varda com grande contensão e sensibilidade, este filme é ainda marcado por uma soberba interpretação de Sandrine Bonnaire.

(Terça, 22.00, Canal 2)

Heróis de Telemark

«The Heroes of Telemark» (EUA/1965). Realização de Anthony Mann. Interpretação: Kirk Douglas, Richard

Harris, Ulla Jacobson, Michael Redgrave, Mervyn Johns, Anton Diffring, David Weston, Roy Dotrice. Cor, 131 minutos.

Passado durante a II Grande Guerra Mundial, o filme conta a odisséia da resistência norueguesa à invasão nazi e do auxílio que lhes é prestado pelos aliados na destruição de uma instalação destinada ao desenvolvimento da bomba atómica.

Filme menor de um realizador prestigiado.

(Quarta, 14.35, Canal 1)

Cotton Club

«Cotton Club». (EUA/1984). Realização de Francis Ford Coppola. Interpretação: Richard Gere, Gregory Hines, Diane Lane, Lonnette McKee, Bob Hoskins, Joe Dallesandro, Julian Beck, Jennifer Grey. Cor, 127 minutos.

Alguns furos abaixo de «Jardins de Pedra» (recentemente exibido pela RTP) e de outros filmes do grande realizador norte-americano — sobretudo pela relativa inconsistência do argumento — este «Cotton Club» é, entretanto, um resplandecente espectáculo cinematográfico, na reconstituição fulgurante dos anos loucos do mundo do crime em Nova Iorque e da atmosfera de um dos mais famosos clubes de Jazz da «grande maçã». Na banda sonora, os «clássicos» de Duke Ellington demonstram o génio de um dos maiores compositores deste século. Tudo isto torna imprescindível esta «Lotação Esgotada».

(Quarta, 21.25, Canal 1)

TEATRO

CLUBE ESTEFÂNIA

R. Antª Maria Inácio, 41, r/c. Tel. 542249. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 17.00, dom. às 21.30. DESIMAGINAÇÃO, de António Pedro, pelo grupo Persona.

ESTRELA 60

R. Sto. António à Estrela, 60. Tel. 395328. Diariamente, às 10.30 e às 16. AFONSO HENRIQUES, pelo Teatro O Bando.

TEATRO ABERTO

Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. HOTEL DA BELA VISTA, de Odon von Horváth, encenação de Hellmut Reinke.

TEATRO CINEARTE

Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sáb. e 2ª às 21.30, dom. às 17. PLAY IT AGAIN, SAM, de Woody Allen, encenação de Hélder Costa. 4ª, 5ª e 6ª às 21.30: UMA FLORESTA DE ENGANOS, de Gil Vicente, encenação de Hélder Costa. 3ª às 22.00 na Sala Grande, 6ª às 24 no Cinearte-Café: PRANTO DE MARIA PARDA, de Gil Vicente, versão e interpretação de Maria do Céu Guerra. (Produções de A Barraca)

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Sala I: de 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. MÁ SORTE TER SIDO PUTA, de John Ford, encenação de João Mota. Café-Teatro: sáb., às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3461740. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e feriados também às 16.00, FO-

MOSA VOTOS, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Rua Conde Ferreira, Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. DIAS INTEIROS NAS ÁRVORES, de Marguerite Duras, encenação de Joaquim Benite.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO S. LUÍS

Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. 2ª e 3ª às 21.30. TOTÓ, textos de Tóto e Tossan, adaptados e interpretados por Mário Viegas (Companhia de Teatro do Chiado)

TEATRO DA TRINDADE

Rua Nova da Trindade. Tel. 3423200. 5ª, 6ª, sáb. e dom. às 19.15. O PROFESSOR DE PIANO, de Jaime Salazar Sampaio.

Para crianças

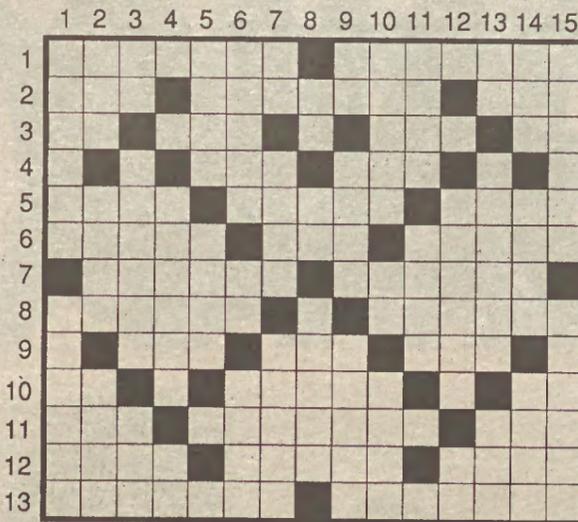
TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00; de 3ª a 6ª grupos organizados. A GRANDE AVENTURA, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TIL.

TEATRO DE CARNIDE

Azinhaga das Freiras. Tel. 7145178. Sáb. às 16.00. TRIC-TRAC, TERRA DOCE, AMAR-GO SABOR, encenação de J.S.Ricardo.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Duque português, ministro dos Negócios Estrangeiros e representando país no Congresso de Viena; Marquês diplomata português e ministro dos Negócios Estrangeiros, último embaixador da Monarquia em Londres; 2 — pai do pai; soltava; partido terrorista basco (inic.); 3 — a ti; debaixo de; enguia; érbio (símb.); 4 — astro rei; ligue; 5 — orquestra de estudantes; loiro-avermelhado; ópera de Verdi; 6 — elimina; camareira; história em que se relatam os sucessos ano a ano; 7 — suportar; astuto (fig.); 8 — os que nos têm amizade; cidade de Espanha; 9 — tecidos para o Inverno; nome de letra no plural; companhia de aviação escandinava (inic.); 10 — art.; origem; início de «Ocaso»; 11 — cabelos brancos; grande actor inglês do cinema mudo, trabalhando nos Estados Unidos; anel; 12 — filho de Adas; idolatrava; filtrar; 13 — expedição de mercadoria; conselheira de Péricles de grande beleza.

VERTICAIS: 1 — Parva; assaltar; 2 — saudação entre os romanos; li-guem; tem conhecimento; 3 — espécie de escumilha; desnecessário; prep.; 4 — arrendam, art. francês; 5 — anéis de cadeia; argolas; 6 — faina; vale mais do que o rei; tradução inglesa de o tomar às 5 horas; 7 — ataque de apoplexia; o de Janeiro tem muita fama; enredo; 8 — germânio (símb.); segundo; tanto pode ser alta, baixa ou litoral; 9 — de saúde; frutos da videira; Ferreira de Castro escreveu um romance sobre ela; 10 — ovelhum; campo; rales; 11 — com ela dão-se saltos em atletismo; vizinhanças; 12 — encorajam; cálcio (símb.); 13 — criminosa; confiados; cont. prep. e art.; 14 — prep.; célebre costureiro francês; rezai; 15 — amplas; peça de ferro para segurar os navios nos rios e mares.

SOLUÇÃO DO Nº ANTERIOR:

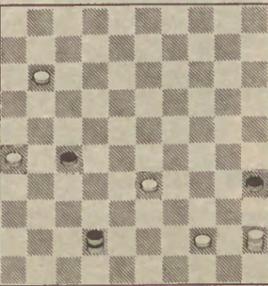
HORIZONTAIS: 1 — Dinis; rei; Pedro; 2 — serena, aderia; 3 — vaga; arca; 4 — aba; agreste; ais; 5 — te; alai; aedo; nt; 6 — ils; aradura; deã; 7 — ier; Sul; coe; 8 — isolai; cercai; 9 — naná; rolha; alic; 10 — adi; dor; ela; aro; 11 — sisa; sabre; amos; 12 — amou; tia; Brás; 13 — usos; messe; amor.

VERTICAIS: 1 — Vaticinas; 2 — Isabel; sadias; 3 — nega; sionismo; 4 — ira; ela; aos; 5 — se; alara; 6 — negar; irós; 7 — Ra; rias; orate; 8 — sé; dual; bis; 9 — ia; Saul; heras; 10 — deter; cale; 11 — pê; edace; 12 — era; ora; ara; 13 — dirá; declamam; 14 — Racine; airoso; 15 — astáticos.

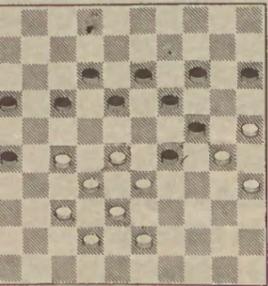
DAMAS

CCCXXXVI — 3 de Janeiro de 1992

Proposição Nº 1992D001
Por: Henri Chiland
— Paris, 1948
[Em jogo prático]
Pr.: [3]: 27 - 35 - (42)
Br.: [5]: 11 - 26 - 33 - 44 (45)



Branças jogam e ganham
Proposição Nº 1992D002
Por: Louis Burlat
— Givers, 1950
[Em jogo contra: J. Foreat]
Pr.: [11]: 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 24 - 26 - 29
Br.: [11]: 25 - 27 - 28 - 30 - 32 - 33 - 35 - 37 - 38 - 42 - 43



Pretas jogam: 23-29?...
... e Brancas jogam e ganham

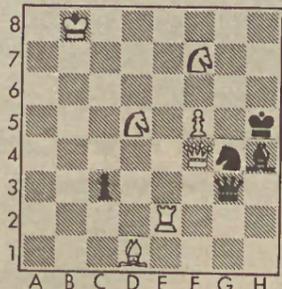
Soluções do Nº CCCXXXVI
Nº 1992D001 [H.Ch.]: 1.33-28, (42-37A); 2.28-22, (37-18); 3.45x1, (37-28); 4.11-6, (28x50); 5.26-21, (50-45); 6.21-17, (35-40)*; 7.1-12 + Nº 1992D002 [L.B.]: 1. 28-23!, (19x48 = D); 2. 30x8, (12x3); 3. 27-21, (16x27); 4. 32x34, (48x30); 5. 35x24+1

A. de M. M.

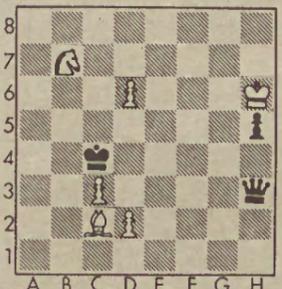
XADREZ

CCCXXXVI — 3 de Janeiro de 1992

Proposição Nº 1992X001
Por: Smulders [Bélgica]
1ª Menção Honrosa: Concurso Le Courier des Echecs (1971/72)
[Tema Bouttier]
Pr.: [5]: Pç3 - Cg4 - Bh4 - Dg3 - Rh5
Br.: [7]: Pf5 - Cs.d5, f7 - Bd1 - Tf2 - Df4-Rb8



Mate em 2 lances
Proposição Nº 1992X002
Por: A. A. Troitski
Schachmatnoje Obozrenije, 1923
Pr.: [3]: Ph5 - Dh3 - Rç4
Br.: [6]: Ps.ç3, d2, d6 - Cb7-Bç2-Rh6



Branças jogam e ganham

Soluções do Nº CCCXXXVI

Nº 1992X001 [S.]: 1. Th2! [ameaça: 2. Cf6+] 1. D:h2 (Df3, Dh3, D:f4+) 2. B:g4 (Dg5, Dh6, Cf4) ++ Nº 1992X002 [A.A.T.]: 1. d7; D:d7; 2. Bb3+; rb5; 3. Ba4 + e.g.se: 1. Dè6+; 2. Bg6, D:P; 3. Bf3+, Rb5; 4. Bè8! e.g.

A. de M. M.

Agenda

Reuniões e debates

Coimbra REUNIÃO NACIONAL DA PORTUGAL

Sábado às 10 horas
no CT de Coimbra

Debate sobre a situação internacional

com a participação de Domingos Lopes

Sábado às 17 horas
no CT dos Olivais - Lisboa

Debate sobre a situação política nacional e internacional

com a participação de José Soeiro

Sábado às 15 horas
no CT da Parede

Reunião de militantes do Bombarral

* **Tarefas imediatas do Partido**
* **Situação política**

Domingo às 10 horas
no CT do Bombarral

PLENÁRIO DA CÉLULA DA LISNAVE

3ª-feira, dia 7, às 18 horas
CT de Almada

Comunistas preparam Assembleia na Maia

O Executivo da Comissão Concelhia da Maia do PCP, reunido no centro de trabalho da Areosa, no passado dia 27 de Dezembro, decidiu realizar a 2ª Assembleia Concelhia, no próximo dia 28 de Março, que elegerá a nova Comissão Concelhia e os delegados à Assembleia da ORP a realizar no próximo dia 5 de Abril.

O PCP solidarizou-se com a reivindicação da Junta de Freguesia de Pedrouços, que exige da CM da Maia o cumprimento da sua própria decisão de instalar na velha casa «Augusto Simões» a sede da Junta. O edifício permitiria ainda abrir um centro de dia para a terceira idade e ampliar as instalações da Associação Humanitária de Pedrouços.

A Comissão Concelhia da Maia repudia veementemente o aumento do preço da água no concelho e denuncia a concessão de valiosos terrenos da Câmara Municipal à Fundação Belmiro de Azevedo, em condições pouco esclarecedoras.

Os comunistas promoveram no passado dia 1, na colectividade Associação Dramática e Recreativa Flor de Pedrouços, um debate com a presença de Luís Sá, deputado na AR e membro da Comissão Política do CCPCP.

Tempo

Céu pouco nublado ou limpo. Arrefecimento nocturno e condições favoráveis à formação de geada.



ANTÓNIO



DIAS LOURENÇO



Em Maio de 1941, com Álvaro Cunhal, numa reunião realizada a bordo de um barco no Tejo



Manifestação em Lisboa em 1980



Em 1974 num comício de apoio ao MFA



29 de Abril de 1974: no aeroporto, à chegada de Álvaro Cunhal a Lisboa



Em Dezembro de 1982, visita a uma fábrica. A paixão de sempre pelo torno...



Em 1942, nas vésperas da passagem à clandestinidade

Na Polónia, em 1978, na homenagem aos combatentes mortos pelos invasores nazis



Em 1956, com óculos para documentação falsa de clandestino

Em 1957



Em 1966, preso em Peniche



Setembro de 1985. Festa do «Avante!». Com a cantora norte-americana Holly Near



... e a paixão de sempre pela escrita. Em Maio de 82, com Piteira Santos, Lyon de Castro, Cardoso Pires e Mário Dionísio, em Glória do Ribatejo, na apresentação de nova edição de Alves Redol

a talhe de FOICE

E se não o deixarem?!...

Insolitamente, o presidente dos EUA decidiu passar o ano a viajar: largando o conforto da Casa Branca no penúltimo dia de 1991, George Bush entrou em 1992 algures entre Camberra e Tóquio, num périplo de 12 dias que prevê passagens pela Austrália, Japão, Singapura e Coreia do Sul.

Não que seja estranho o presidente dos EUA viajar - bizarro seria o contrário num homem que chefia, se não a polícia do planeta, pelo menos as esquadras que actualmente o patrulham. Mas fazer a passagem do ano em terras estranhas não é coisa de presidente americano - se a questão fosse essa, bastaria a Bush convocar as terras estranhas para um «reveillon» na Sala Oval, ou coisa assim.

Dá que tenha de haver outra explicação - e há-a. Em primeiro lugar, Bush não anda em passeio mas em serviço - melhor dizendo, ao serviço, que é para isso que existem os governantes - e, para que não restem dúvidas sobre quem o mandou ali, acompanham-no os principais capitalistas dos EUA conhecidos no império do dólar por «homens de negócios», essa generosa designação onde cabem personalidades que vão dos Al Capone aos Rockefeller. Seja como for, o presidente Bush arrancou para o tal «périplo» ao Extremo Oriente na companhia dos grandes interesses económicos do seu país e ao serviço deles.

*Em segundo lugar, o presidente norte-americano não anda, como se esperaria, a passear suseranias por milhares de quilómetros de Pacífico mas a, confessadamente, «pedir uma maior aceitação de produtos americanos nos mercados da Região», facto que explicará a discreta cobertura informativa que está a ser dedicada ao acontecimento, aliás com razão: desta vez Bush não foi pelo mundo armado em *deus ex machina*, mas ajoujado pela incomodidade de solicitar apoio à encravadíssima economia do seu país. Ora, desgraças dessas e consequentes pedinchices só fazem primeiras páginas quando vêm do Leste, pelo que os noticiários sobre esta viagem do presidente norte-americano têm dado hilariantes piruetas para relativizar os seus reais objectivos no meio de um arraial de lateralidades, seja a sofisticação das seguranças, a panóplia das comunicações, a diversidade dos contactos, os pedidos de audiência, ou até uma ou outra manifestação devidamente mantida à distância.*

Todavia uma missão assim não pode avançar por dois continentes e galgar dois oceanos maquilhada de futilidades. E os factos começam a emergir. Na Austrália, os EUA querem mais facilidades para a entrada dos seus produtos, esquecendo que, sendo o maior parceiro económico deste país, nele introduzem já o dobro das exportações que consentem aos australianos colocar no mercado norte-americano, e mesmo assim com barreiras proteccionistas sobre, por exemplo, o açúcar, o gado e os cereais. No Japão, pretendem derrubar obstáculos à entrada de arroz americano e, ao mesmo tempo, levanta-los à saída de carros japoneses para a América, só para falarmos de dois produtos concretos. Em Singapura e na Coreia do Sul, os pedidos serão menos sofisticados e mais ao estilo tradicional americano, género toma lá um chouriço e dá cá um porco, considerando os laços de fraterna dependência com que ambos os regimes continuam a relacionar-se com o amigo americano. Longe vão os tempos em que os EUA consumiam impunemente 60% dos recursos do planeta, e esta viagem que o capitalismo norte-americano obrigou o seu presidente a fazer limita-se a confirmar, ao mais alto nível, a perigosa degradação em que mergulhou o seu sistema socioeconómico. Degradação que até já inspirou George Bush, ele próprio, a usar o cargo em anúncios de promoção turística onde, de caminho e como se fosse uma qualquer estrela do rock, arrecadou qualquer coisa como um milhão de dólares. Mas sobretudo uma degradação que já obriga o gigante a «pedir» que o deixem continuar a ser grande à custa dos parceiros. O que levanta outro problema: o de não o deixarem...

HC

ÚLTIMAS

Notas do Gabinete de Imprensa do PCP

Sobre aumento de preços e aumento de impostos

O PCP chama a atenção para o facto de no chamado «Programa de Convergência Q₂», recentemente apresentado pelo ministro das Finanças à Comissão das Comunidades Europeias, o Governo anunciar para o próximo ano a eliminação da taxa zero do IVA.

Recorde-se que actualmente mais de 30% do consumo privado (fundamentalmente os bens alimentares)

caem no âmbito da aplicação daquela taxa zero, pelo que a sua eliminação provocará, imediatamente, o aumento dos preços de bens essenciais que pesam relativamente mais nos orçamentos das famílias de menores recursos. No mesmo sentido actuará a igualmente anunciada alteração da tributação de alguns outros bens e serviços (como o açúcar, o café, a água, a electricidade e os

combustíveis) de 8 para 17%.

A estes factos acresce a «fuga de informação» para órgãos da comunicação social, com o objectivo de preparação psicológica da opinião pública, sobre o próximo decreto pelo Governo do aumento dos preços de bens e serviços tais como transportes públicos (urbanos, suburbanos e de longo curso), comunicações (correios, telefones, telégrafo), água, electricidade, etc., que igualmente irão pesar fundamentalmente sobre as camadas mais desfavorecidas da população.

Estas medidas governamentais agora anunciadas, paralelamente com as tentativas de subavaliação da taxa de inflação projectada para 1992 e de imposição de baixas taxas de actualizações salariais (de que é exemplo a proposta do Governo de 6,5% para os trabalhadores da função pública), mostram de forma clara que o Governo se

prepara para fazer recair sobre os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas o essencial dos custos de uma política visando a centralização de capitais e a concentração de riqueza e assente na especulação financeira e imobiliária em prejuízo da actividade produtiva e da sua modernização, dá reestruturação de sectores em crise e da melhoria das condições de vida do povo português.

Vai ficando, assim, cada vez mais claro o que significam na prática as promessas do PSD e de Cavaco Silva em campanha eleitoral.

O PCP dará firme combate a esta política de alta de preços e insiste que não é na base dos baixos salários que se dará resposta aos desafios com que a economia portuguesa e o País estão confrontados.

Lisboa, 30 de Dezembro de 1991.



85 anos de Lopes-Graça

Para comemorar os 85 anos de Fernando Lopes-Graça, a comissão de freguesia da Parede do PCP promoveu um jantar que reuniu cerca de cento e vinte pessoas no restaurante «Lomo Verde». Entre os presentes estiveram José Casanova, António Dias Lourenço, António Abreu, Vasco Gonçalves, Miguel Urbano Rodrigues, Borges Coelho.

Lopes-Graça recebeu simbolicamente 85 cravos vermelhos. Por sugestão do homenageado, os «parabéns a

você» foram cantados com a melodia da «Internacional». Em breves saudações, a comissão de freguesia da Parede e a concelhia de Cascais do PCP desejaram a Lopes-Graça «saúde e força para continuares a intervir na defesa dos interesses do nosso povo e do nosso Partido» e «que este dia se prolongue por muitos outros dias, para que a tua criatividade, a tua arte e a tua música continuem a ser um contributo para a luta do nosso povo e dos oprimidos e explorados».

No prosseguimento da campanha de invenções, calúnias e insultos que actualmente certos órgãos de comunicação social bolsam contra o PCP, o jornal «Independente», na sua edição de 27 de Dezembro, publica um escrito que merece referência por caracterizar o nível da falta de escrúpulos e de indignidade a que já chegou tal campanha. Com títulos insultuosos («KGCunhal», «Álvaro Cunhal deu em polícia, com detectives por conta e tudo» e outros) dá curso a uma história, inventada em todas as peças, de supostas investigações à actuação de membros da direcção do PCP por outros membros da Direcção. Na impossibilidade de desmentir todas as invenções e falsificações diariamente utilizadas na campanha contra o PCP, o Gabinete de Imprensa chama a atenção, a título de exemplo, para este triste caso de completo desrespeito pelos mais elementares princípios de deontologia profissional de qualquer jornalista e de qualquer órgão de informação. Quem se suja em tal lama não são aqueles contra quem ela é atirada, mas os próprios que a fabricam e a utilizam.

Lisboa, 27 de Dezembro de 1991

Medidas concretas e eficazes para a Linha de Sintra

Fazendo um balanço do ano de 1991, a comissão de utentes da Linha de Sintra relata o trabalho desenvolvido, salienta a contradição entre as promessas oficiais e a realidade, e exige medidas concretas e eficazes

«A acção da comissão de utentes ao longo deste ano levou a que alguns planos de obras estruturais se iniciassem mais rapidamente, mas verificámos que outras medidas necessárias tardam em ser implementadas e é notória a resistência por parte dos responsáveis da empresa na sua aplicação» - afirma-se num comunicado da comissão aos utentes daquele troço ferroviário.

No balanço da acção levada a cabo em 1991, a comissão, constituída após o corte espontâneo da via em Queluz, recorda os contactos que teve com o ministro dos Transportes, com a Direcção da Linha de Sintra da CP, junto da população e nos meios de comunicação so-

cial, com o Instituto de Defesa do Consumidor, realçando a realização, em 1 de Junho, do Tribunal de Opinião Pública como «importante acto de denúncia e esclarecimento» para «mostrar aos responsáveis da CP e do Governo que não se vai ficar eternamente à espera de promessas».

A comissão verificou, no entanto, que as promessas feitas nos gabinetes oficiais não tiveram concretização prática: «Foi-nos dito que, após a conclusão das obras em Campolide e com o início da circulação de comboios para Alcântara-Terra, a regularidade dos horários ia melhorar, mas o que estamos a verificar é o contrário. Foi-nos dito que, com a duplica-

ção da linha da cintura, ia haver mais circulações, mas o que verificamos é que cada vez mais comboios são suprimidos. Foi-nos garantido que se ia tomar medidas para acabar com o aspecto imundo das composições, mas continuamos a assistir à falta de limpeza, e a CP mantém em circulação composições em deplorável estado de degradação. Observamos que muitas das obras de modificação e levantamento das gares das estações não estão a ter em conta as condições específicas da movimentação de passageiros e, em vez de melhorarem o escoamento, estão a agravá-lo. Prometeram-nos mais vigilância e segurança no transporte, mas o que verificamos é o fecho e abandono das estações no

período nocturno e o aumento da marginalidade no interior dos comboios».

A comissão de utentes lembra que tem «concedido o benefício da dúvida aos responsáveis», mas expressa o seu pessimismo «sobre a real importância que todas as modificações e planos anunciados e prometidos venham a ter sobre a melhoria da qualidade do transporte ferroviário» na Linha de Sintra.

Neste contexto, a comissão afirma-se «determinada a prosseguir o seu trabalho de sensibilização e organização dos utentes» e manifesta a sua «vontade de continuar a desenvolver acções e iniciativas que obriguem à aplicação de medidas concretas e eficazes a médio prazo».